



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA, MEMÓRIA E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA ANÁLISE DO
CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA –
CODES SISAL**

SOLANGE LIMA DA SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional da Universidade do Estado da Bahia como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Alicia Ruiz Olalde

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA, MEMÓRIA E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

TERMO DE APROVAÇÃO

**A GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO SISAL: UMA ANÁLISE DO
CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA – CODES SISAL**

Solange Lima da Silva

Aprovada por:

Profa. Dra. Alicia Ruiz Olalde (Orientadora)

Universidade Federal do Recôncavo Baiano/Universidade do Estado da
Bahia

Profa. Dra. Rocío Castro Kustner

Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento

Universidade Estadual de Campinas

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA

2008

*Dedico à minha Família pelo apoio e incentivo
em todos os momentos.*

AGRADECIMENTOS

Chegar à conclusão deste trabalho só foi possível graças à boa vontade e o apoio de algumas pessoas e destacá-las corre-se o risco de cometer injustiças, mesmo assim, agradeço a todos que possibilitaram a sua realização mesmo àqueles não citados.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Profa. Alicia, que além de toda a disposição para contribuir com a orientação, abriu mão dos seus sábados para estar tirando dúvidas e indicando passos, aos professores do Mestrado que me ajudaram a trilhar o caminho do conhecimento, a Ivan Fontes pelo apoio e atenção sempre dispensados, a Profa. Edinusia Moreira Carneiro que em momentos de incertezas soube dar pistas e orientar-me, ao professor e amigo Humberto sempre disposto a responder às minhas indagações, a Rubia e aos meus colegas Osvaldo, Aline, Ivaneide, Marcone e Josiane, além de tantos outros, pelos momentos divididos, pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo.

Especialmente, a Diretoria do CODES SISAL que permitiu a minha participação em atividades, oficinas e reuniões internas e, em especial, a Valdir Fiamoncini, Daiana Matos e Gabriel Neto, sempre atenciosos e respondendo a questionamentos e inquirições.

Agradeço, também, aos representantes das entidades da sociedade civil e do poder público que se propuseram a contribuir para a Pesquisa dando o seu depoimento e contribuindo com suas análises para a conclusão deste trabalho.

Por fim, a todos aqueles do Território do Sisal que se organizam, que debatem, que lutam para a construção de uma sociedade mais igualitária.

“ A exclusão social é uma indicação clara de que a sociedade está errada, tem de inventar novas formas de inserção social, sair da prisão de que tudo tem que ser rentável pelos critérios do mercado. Passar, por exemplo, por organização comunitária ”. Celso Furtado

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o processo de gestão social no Território do Sisal, Estado da Bahia, trazendo para o cerne da discussão o papel desempenhado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL, fundado em dezembro de 2002, a partir da articulação e mobilização de atores sociais e públicos com a finalidade de promover transformações institucionais e socioeconômicas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa procurou identificar em que medida o processo de gestão social liderado pelo Conselho tem contribuído para a implementação de políticas públicas participativas visando à inserção social. Para tanto, vivenciamos o cotidiano do Conselho com a participação em oficinas, reuniões e seminários e utilizamos como instrumento de levantamento de dados a entrevista semi-estruturada e a coleta de dados a partir de documentos institucionais. Frente à relevância do CODES SISAL para uma região castigada pelas condições climáticas, que enfrenta um histórico de ações governamentais que não proporcionaram avanços na qualidade de vida da população, concluímos que desempenha um papel de fundamental importância na organização dos atores sociais para a superação dos obstáculos à promoção do desenvolvimento, contudo enfrenta diversos problemas e desafios. O êxito a ser alcançado pelo CODES SISAL depende muito do grau de participação das entidades/instituições, tanto do movimento social, quanto do poder público, e da legitimidade que conseguir frente a sociedade como um todo. Para tanto, é necessário aos integrantes a conscientização do seu papel e compromisso no desencadeamento do processo participativo.

Palavras-chave: Gestão Social. Desenvolvimento Territorial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation has as objective analyses the process of social management in the Territory of Sisal, State of Bahia, bringing for the discussion the part carried out by Regional Council of Maintainable Rural Development of the Sisaleira Region of the State of Bahia – CODES SISAL, founded in December of 2002, starting from the articulation and mobilization of social and public actors with the purpose of promoting institutional, social and economical transformations that contributed to the maintainable development. The research looked for identify in what measure the social management of the Council has contributed for implementation of public politics of participation seeking to social insertion. For that we lived the daily of Council with the participation in workshops, reunions and seminars and utilize as instrument of rising of data the semi-structured interview and the collection of data starting from institutional documents. Front to relevance of CODES SISAL for a region punished by the climatic conditions, that confronts a historical of governmental actions that they did not provide advancement in life's quality of the population, we concluded that it carries out a part of fundamental importance in the organization of social actors for the overcoming of obstacles to the promotion of development, however it faces several problems and challenges. The result to be reached by CODES SISAL depends a lot of the degree of participation of the entities/institutions, so much of the social movement as the public power, and of legitimacy that it gets front the society at all. For that, it is necessary to the members the conscientiousness of their part and obligation in the execution of the process of participation.

Key words: Social Management. Territorial Development. Public Politics.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Mapa dos Territórios de Identidade – Estado da Bahia.....	70
Figura 2	Mapa do Território do Sisal.....	72
Figura 3	Gráfico – Distribuição percentual do número de estabelecimentos rurais e área nos municípios que compõem o Território do Sisal.....	75
Figura 4	Estrutura organizacional do CODES SISAL.....	111
Figura 5	Detalhamento dos eixos estratégicos de desenvolvimento.....	117

LISTAS DE FOTOS

FOTO 1 - Lançamento do Programa Território da Cidadania..... 146

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos rurais e área nos municípios que compõem o Território do Sisal – Ano 1996.....	74
Tabela 2 - Estimativa população total, população rural e urbana, área e densidade demográfica dos municípios do Território do Sisal – Ano 2007.....	76
Tabela 3 - Síntese de dados do Estado da Bahia e Território do Sisal – Ano 2000.....	77
Tabela 4 - Taxa de analfabetismo nos municípios do Território do Sisal - Ano 2000.....	78
Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - municípios do Território do Sisal – Ano 2000.....	79
Tabela 6 - Programa Bolsa Família – número de famílias e valores pagos - municípios do Território do Sisal /Anos: 2005, 2006, 2007.....	80
Tabela 7 - Estimativa de famílias pobres – municípios do Território do Sisal/Ano 2004.....	81
Tabela 8 - Produto Interno Bruto - municípios do Território do Sisal/Mil Reais – Ano 2005.....	82
Tabela 9 - Comparativo de área e produção de sisal – Brasil e Estados do Nordeste 2005-2006.....	88
Tabela 10 - Área e valor das principais culturas temporárias e permanentes no Território do Sisal – Ano 2006.....	89
Tabela 11 - Principais rebanhos dos municípios do Território do Sisal e variação ano 1996/2007.....	91
Tabela 12 - Quantidade produzida de mel nos municípios do Território do Sisal e total do Estado da Bahia – variação ano 2000 a 2007.....	93
Tabela 13 - Ações do MOC no semi-árido – primeiras experiências.....	95
Tabela 14 – Composição do Colegiado Territorial.....	111
Tabela 15 – Projetos de custeio elaborados, contratados e variação percentual em relação ao total. Período de 2003 a 2006.....	142

Tabela 16 - Projetos de Infra-estrutura e Serviços no Território do Sisal período de 2003 a 2006.....	143
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não - Governamentais
ABRAÇO Sisal - Associação de Rádios Comunitárias do Sisal
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário
APAEB Araci - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Araci
APAEB Serrinha - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha
APAEB Valente - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ARCO Sertão - Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
ARTAB - Articulação das Entidades Urbanas de Valente e Região
ASA - Articulação no Semi-árido Brasileiro
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
CAR - Companhia de desenvolvimento e Ação Regional
CEAIC - Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-Árido da Bahia
CEALNOR - Central de Associações do Litoral Norte
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CET - Coordenação Estadual dos Territórios
CIAT - Comissões de Instalação das Ações Territoriais
CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COASB - Central das Associações Comunitárias de Ocupação e Assentamentos do Semi-árido Baiano
CODES - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar
COOBENCOL - Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização
COOPERAFIS – Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão
COOPERJOVENS - Cooperativa de Produção de Jovens da Região do Sisal
COOPMEL - Cooperativa dos Apicultores do Semi-Árido Baiano
COOAMEL - Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia
CRA - Coordenadoria de Recursos Ambientais

CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIREC - Diretoria Regional de Educação
DIRES – Diretoria Regional de Saúde
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO - Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FATRES - Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-Árido da Bahia
FENASCOOB - Federação das Cooperativas de Crédito de Apoio a Agricultura Familiar
FUNDAÇÃO APAEB - Fundação de Apoio ao desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRT – Índice Rural Territorial
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC - Movimento de Organização Comunitária
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OAN - Ouvidoria Agrária Nacional
ONG´s - Organizações Não-Governamentais
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINF - Programa Nacional de Apoio a Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REFAISA - Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI - Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia
SEBRAE - Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às desigualdades sociais
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SINTRACAL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação,
Montagem e Acabamento de Calçados de Jequié e Região, Sub-Sede Conceição do Coité,
Valente e Serrinha

SINTSEF - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

SRA - Secretaria de Reordenamento Agrário

UNICAFES Bahia - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da
Bahia

SUMÁRIO

LISTAS DE FIGURAS

LISTAS DE FOTOS

LISTAS DE TABELA

LISTAS DE SIGLAS

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. GESTÃO SOCIAL E VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: NOVOS PARADIGMAS.....	23
2.1 REINVENTANDO O DESENVOLVIMENTO.....	23
2.2 GESTÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	29
2.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	40
3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	45
3.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: O TERRITÓRIO COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO.....	45
3.2 A POLÍTICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL.....	55
3.3 A TRAJETÓRIA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA.....	63
4. O TERRITÓRIO DO SISAL.....	72
4.1 TECENDO O TERRITÓRIO.....	72
4.2 POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	85
4.3 EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	94
5. O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA – CODES SISAL.....	106
5.1 HISTÓRICO.....	106
5.2 O PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SISAL.....	116

5.3	GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	129
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
8.	ANEXOS.....	162

1. INTRODUÇÃO

A proposta da dissertação é analisar o processo de gestão social no Território do Sisal, Estado da Bahia, trazendo para o cerne da discussão o papel desempenhado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL, fundado em dezembro de 2002, a partir da articulação e mobilização de atores sociais e poderes públicos locais, com a finalidade de promover transformações institucionais e econômicas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável.

Sua composição inicial era formada por representantes de 11 (onze) Prefeituras Municipais e igual número de Entidades representativas da Agricultura Familiar (entre sindicatos, cooperativas e associações). Além de outras entidades de apoio como Organizações Não-Governamentais – ONG's e Igreja Católica. A composição atual, conta com a participação formal de representantes de 20 (vinte) Prefeituras Municipais, mais 20 (vinte) representantes de Entidades da Sociedade Civil, na sua maioria de representação da agricultura familiar, e 15 (quinze) entidades/instituições de apoio governamentais e não-governamentais.

O CODES SISAL, a partir de 2003, passa a receber o apoio financeiro e técnico da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT. Este Programa prevê o aporte de recursos voltados ao fortalecimento de Colegiados Territoriais, neste caso o CODES SISAL, visando o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento rural e sustentável, através da elaboração e implementação de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

O CODES SISAL, após longo processo de discussão com as entidades públicas e sociais, elaborou o seu PTDRS que aponta as prioridades do Território e os possíveis caminhos para chegar ao desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, destaca-se a ação do Governo Federal que vem implementando uma política de desenvolvimento rural, com abordagem territorial, cujo objetivo é a promoção de ações de desenvolvimento sustentável com a intenção de estimular o funcionamento de instituições, constituídas com o papel de realizar ações visando à proposição e gestão de políticas em conformidade com as demandas levantadas pelos atores sociais.

Na Região Sisaleira do Estado da Bahia, mais precisamente em 20 (vinte) municípios¹ identificados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT como o *Território do Sisal*, apesar do convívio com as dificuldades ainda presentes no meio rural brasileiro, ampliado pelo descaso político e pelas práticas assistencialistas, que, efetivamente, não apontam para perspectivas de desenvolvimento, consolida-se essa Instância de Gestão.

O CODES SISAL vem buscando desenvolver ações de planejamento e qualificação da demanda por políticas públicas, que promovam o desenvolvimento sustentável, com uma ampla agenda de eixos temáticos que abrangem discussões relativas às questões de saúde, meio ambiente, educação, comunicação, cultura e agricultura familiar, primando pela potencialização dos recursos endógenos. Assim, está em processo de consolidação um espaço de participação social, com a finalidade de debater os problemas territoriais e buscar soluções.

Para a compreensão da problemática que queremos abordar, faz-se necessário descrever os problemas enfrentados no Território do Sisal e, assim, entendermos a importância de analisar o papel do CODES SISAL como resultado do fortalecimento da capacidade organizativa. Segundo Abramovay (2003b, p.86), “as estruturas sociais podem ser vistas como recursos, como um ativo de capital que os indivíduos podem dispor”, formado no processo histórico, capaz de mobilizar indivíduos e instituições, o CODES SISAL é fruto deste impulso que tenta transformar o Território de receptor de ações governamentais, para ator principal do processo de elaboração, implementação, execução e avaliação políticas públicas.

Importa reconhecer, que apenas capacidade organizativa tem uma ação limitada para redução a pobreza, já que outros requisitos são necessários, como por exemplo, reformas estruturais que proporcionem a democratização do acesso à terra e a criação de mecanismos para a geração de emprego e renda, mas é um passo importante na busca de relações mais igualitárias. Levantamos a discussão sobre a importância da gestão social para criar as condições para a inserção social.

O Território do Sisal está localizado em pleno semi-árido da Bahia, é caracterizado pelo clima seco, irregularidades na distribuição de chuvas e pela vegetação de caatinga. A economia basicamente compõe-se da pecuária de pequeno porte, pela agricultura de subsistência, cultivando-se em escala comercial o sisal (fibra vegetal utilizada na fabricação

¹ Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

de tapetes, cordas e artesanato). A agricultura reveste-se de importância social por ocupar a grande maioria da força de trabalho, formada por agricultores e agricultoras familiares.

Esse Território, como a maioria dos territórios rurais brasileiros, é marcado pela concentração de terras, pela pobreza e miséria dos seus habitantes, pela falta de políticas públicas que atendam às necessidades de educação, saúde e geração de renda. O clientelismo ainda é marcante. Os serviços públicos são percebidos como “favores” a serem pagos através do voto. O meio rural é o que mais sofre pela ineficácia das políticas públicas, persistindo, portanto, a condição de miséria do seu povo.

A abordagem territorial tem como premissa fortalecer a participação dos atores sociais, com a criação de um ambiente de descentralização política e administrativa, reforçando-se os processos de empoderamento², com a intenção do resgate do poder de decisão pelos grupos sociais desfavorecidos e valorizar ações que estimulem a diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça.

Analisar em que medida o processo de gestão social liderado pelo CODES SISAL tem contribuído para a implementação de políticas públicas participativas com a finalidade da inserção social é o nosso objetivo, por entender ser de suma importância a participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento. A escolha do Território do Sisal se justifica pelo diferenciado e marcante histórico de organização da sociedade civil.

Cabe ressaltar que a experiência no Brasil de formação de conselhos é de espaços despolitizados, criados por exigências legais, que, em muitos casos, não cumprem os objetivos a que se propõem, com a reprodução de práticas autoritárias e clientelistas. A partir da análise do CODES SISAL, com sua composição de vários municípios, com interesses comuns, mas, em alguns casos, também, conflitantes, expressando todas as inter-relações, confrontos, coesões e identidades, constatou-se a presença de alguns problemas mencionados, como a dificuldade de atingir os objetivos a que se destina, mas não há a desconsideração do seu importante papel enquanto espaço de discussão da problemática territorial.

No decorrer da pesquisa averiguamos, através dos objetivos específicos, se o Conselho oportuniza processos participativos que caracterizam horizontalidades, a predominância de conflitos ou consensos nas relações e de que forma são mediados, como se efetiva o processo de monitoramento e avaliação das ações previstas, se os instrumentos utilizados na construção

² Empoderamento do inglês empowerment; representa o processo de tomada de consciência de uma pessoa, de sua cidadania, seus direitos e deveres, seu papel na construção de sua própria vida e da comunidade. Significa passar a ser protagonista, ter consciência de seu papel, ter voz ativa, ser sujeito da história (ZAPATA et al. 2007).

de políticas públicas são participativos e se essas políticas já refletem melhorias econômicas e sociais.

A abordagem do problema pressupõe o método de Pesquisa Qualitativa, que segundo Silva e Menezes (2005), consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser sempre traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são, portanto, básicas no processo de pesquisa qualitativa. Para Goldenberg (2005) na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, recorreremos à pesquisa exploratória, que, para Silva e Menezes (2005), visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Optamos por encaminhar a construção da pesquisa com a revisão bibliográfica e estudo de caso.

Segundo Goldenberg (2005) o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, considerando a unidade social estudada, diz mais

[...] o estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2005, p. 33)

Utilizamos como principal instrumento de levantamento de dados a entrevista semi-estruturada, aplicada com o objetivo de estimular o relato sem que haja o direcionamento para esta ou aquela resposta. Além das entrevistas, houve a coleta de dados nos documentos institucionais, que incluem o Estatuto Social do Conselho, Regimento Interno, listas de frequência às reuniões, atas, arquivo fotográfico, material de divulgação, relatórios e o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para tanto, consultamos representantes de entidades sociais e públicas que participam do Conselho, procurando atingir o maior número possível. Realizamos entrevistas com doze

entidades representantes da sociedade civil, nove representantes do poder público (Prefeituras Municipais) e dez entidades de apoio, somando-se trinta e uma consultas. A intenção era entrevistar a totalidade de conselheiros, mas devido à grande dificuldade de encontrá-los, frente à própria constituição do Conselho com vinte municípios e a impossibilidade de conciliação de agendas, chegamos a um número que retrata diferentes segmentos e que consegue dar conta das especificidades dos representados. (Listas de Entrevistados – Anexo 1).

Através do Roteiro de Entrevistas (Anexo 2) procuramos buscar as informações necessárias para averiguarmos as premissas definidas no objetivo geral e específicos. Utilizamos os resultados das entrevistas como instrumento para a construção do diagnóstico da problemática da gestão social e das dificuldades em gestionar o processo de participação, apontando caminhos para a superação dos entraves.

Além das entrevistas, a participação como ouvinte em diversas atividades do Conselho foi fundamental para entender a dinâmica das atividades, oportunizando a vivência dos problemas e partilhando de relatos de conselheiros sobre a visão do Conselho e seus impasses.

Quanto à estruturação dos capítulos, no Segundo Capítulo, que segue esta Introdução, apresentamos a revisão bibliográfica, citando autores considerados relevantes para o aprofundamento das questões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, a nova forma de perceber a gestão social, enquanto capacidade de organização e articulação entre atores sociais para a construção de políticas públicas, e a ressignificação do papel da agricultura familiar na atualidade a partir do entendimento da sua importância na geração de emprego e renda no meio rural e para o Território do Sisal.

O mesmo procedimento foi utilizado para construir o Terceiro Capítulo, que faz um resgate da abordagem territorial do desenvolvimento e da forma como está sendo aplicada no Brasil e no Estado da Bahia para o direcionamento das políticas públicas. Apresentamos a concepção do desenvolvimento territorial utilizada pelo Governo Federal, desde 2003, enquanto estratégia para dar visibilidade às características rurais do nosso país e apontar para a criação de políticas públicas de acordo com as demandas de cada território. O território, então, é adotado como unidade de planejamento na intenção de superar concepções setoriais, com políticas públicas repartidas e não integradas, que não dão conta das diversas dimensões que o compõem.

No Quarto Capítulo, analisamos o Território do Sisal e sua organização, caracterizando sua população, as estratégias e possibilidades de desenvolvimento e as experiências de gestão social que marcam a sua trajetória, resultado da luta pela sobrevivência

em um território que convive com a seca constantemente. Convivência que leva a consolidação de laços de solidariedade e de capacidade organizativa para a transformação social, apesar do histórico de políticas públicas assistencialistas.

No Quinto Capítulo está o foco da nossa discussão, o papel desempenhado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia - CODES SISAL. Reconstruímos o histórico dos caminhos e descaminhos para a sua criação, resgatando os anseios quanto ao surgimento de um espaço de discussão a nível territorial que abarcasse municípios com a mesma problemática e lutas. Identificamos os entraves encontrados no processo de estruturação e reconhecimento do seu papel e as dificuldades para a definição de demandas e implantação de políticas públicas em parceria com governos e entidades da sociedade civil organizada.

Retratamos o grande desafio da construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sisal, que tem como princípio ser participativo e representar as inquietações, incertezas e esperanças de um desenvolvimento com equidade social, assim como, explicitamos as dificuldades em se colocar em prática as prioridades definidas e como transformar os desejos em realidade.

No sexto capítulo, apresentamos as considerações finais da pesquisa que apontam para a importância do processo de gestão social, na construção de um desenvolvimento que abarque múltiplas dimensões e prime pela equidade social, e do papel da agricultura familiar para a sustentabilidade dos pequenos municípios que compõem o Território do Sisal. Além de reconhecermos que a redução das desigualdades sociais perpassa a gestão social, sendo necessárias, portanto, modificações estruturais em uma sociedade que se alicerçou por princípios desiguais.

No Território do Sisal os atores sociais já começam a trilhar o caminho para a transformação, já se reconhecem enquanto identidade coletiva, com capacidade de organização, já estruturaram espaços de discussão de políticas públicas e estão empenhados em um processo de mudança em busca de um desenvolvimento mais igualitário. O CODES SISAL é a representação enquanto instância de gestão destes desejos.

2 – GESTÃO SOCIAL E VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: NOVOS PARADIGMAS

2.1 – REINVENTANDO O DESENVOLVIMENTO

O debate sobre o desenvolvimento e as discussões acerca da qualidade de vida dos seres humanos não eram tão evidente antes da Segunda Guerra Mundial, foi com a necessidade de reconstrução dos países, que vem a tona a exigência de se pensar uma forma de impulsionar às atividades produtivas em países destruídos e, também, encontrar alternativas para países que não estavam conseguindo acompanhar os padrões dos países avançados. Dentro da lógica capitalista, a via escolhida foi a da industrialização.

Assim, durante os anos de 1950 não se fez qualquer distinção entre as noções de desenvolvimento e de crescimento econômico, que se apresentavam basicamente como sinônimas. O problema aparece quando se constata que o crescimento econômico intensivo em algumas áreas de concentração industrial nos países subdesenvolvidos, não proporcionava efeitos multiplicadores na melhoria das condições sociais, permanecendo a miséria crescente em seu redor.

No contexto brasileiro, nesta época, o processo de substituição de importações levou à criação de várias indústrias, que aumentaram o nível de produção do país, mas não garantiram melhorias nas condições de vida da população como um todo, permanecendo a condição de subdesenvolvimento.

A partir da década de setenta, há o aprofundamento do debate mundialmente devido à evidência dessa falha de concepção, crescimento econômico nem sempre gera a esperada melhoria nas condições de vida da população indiscriminadamente. Surgindo o debate a cerca de um desenvolvimento que deveria ser sustentável implicando a preocupação ambiental e o futuro das próximas gerações.

As discussões avançaram em duas posições opostas e para Sachs (2002) se caracterizaram pelos que previam abundância e pelos catastrofistas. Os primeiros viam as preocupações com o meio ambiente descabidas, que levariam ao atraso e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização, o meio ambiente não era uma preocupação de peso para as pessoas ricas e ociosas e a prioridade deveria ser dada à aceleração do crescimento. Os efeitos negativos seriam contornados com o aumento do nível de renda per capita a padrões dos países desenvolvidos e soluções técnicas garantiriam a continuidade do progresso material.

Do outro lado, os pessimistas anunciavam que caso o crescimento demográfico e econômico, assim como o consumo, não diminuíssem o apocalipse seria incontornável, a humanidade poderia ter que escolher entre o desaparecimento em conseqüências da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição.

Essas posições extremadas seriam deixadas de lado ao longo do debate e surge uma alternativa, o crescimento econômico ainda se faz necessário, mas socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB (SACHS, 2002). Essas discussões permearam as preparações da Conferência de Estocolmo, em julho de 1972, na Suécia e culminaram em uma nova abordagem do desenvolvimento.

Essa conferência viria a acrescentar, definitivamente, às questões prioritárias discutidas pela Organização das Nações Unidas – ONU, a sustentabilidade ambiental. Desse modo, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano*, mundialmente conhecida como *Conferência de Estocolmo*, passou a ser o marco de referência para as discussões sobre o que, na seqüência, iria constituir-se numa das questões mais complexas e cruciais da história recente da humanidade, o ecodesenvolvimento. Concepção que integra ecologia e desenvolvimento e aponta a necessidade de se implantar outro modelo de relação entre a sociedade e a natureza, onde a devastação fosse substituída por ações com um melhor aproveitamento dos recursos naturais. Conforme Sachs (2002)

[...] o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade (SACHS, 2002, p.53).

As discussões se acirram ao longo do tempo e com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum* (Relatório da Comissão Mundial presidida pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland), em 1987, há a designação do conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações satisfazerem suas necessidades, constatando-se que não basta o crescimento dos padrões socioeconômicos, é imprescindível que isso aconteça sem que sejam comprometidos os fundamentos naturais das sociedades contemporâneas,

imprescindíveis para as gerações futuras se desenvolverem. Para ser alcançado o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos.

Permanecendo o debate foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro (Brasil) – ECO 92, o conceito tornou-se princípio fundamental e parâmetro para a Agenda 21, uma série de metas, aprovadas pelos mais de 160 países participantes. O principal documento produzido na ECO-92, a Agenda 21 é um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Ele concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica e trata dos temas

Dimensões Econômicas e Sociais – enfoca as políticas internacionais que podem ajudar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento, as estratégias de combate à pobreza e à miséria, as mudanças necessárias a serem introduzidas nos padrões de consumo, as inter-relações entre sustentabilidade e dinâmica demográfica, as propostas para a promoção da saúde pública e a melhoria da qualidade dos assentamentos humanos;

Conservação e questão dos recursos para o desenvolvimento – apresenta os diferentes enfoques para a proteção da atmosfera e para a viabilização da transição energética, a importância do manejo integrado do solo, da proteção dos recursos do mar e da gestão eco-compatível dos recursos de água doce; a relevância do combate ao desmatamento, à desertificação e à proteção aos frágeis ecossistemas de montanhas; as interfaces entre diversidade biológica e sustentabilidade; a necessidade de uma gestão ecologicamente racional para a biotecnologia e, finalmente, a prioridade que os países devem conferir à gestão, ao manejo e à disposição ambientalmente racional dos resíduos sólidos, dos perigosos em geral e dos tóxicos e radioativos.

Medidas requeridas para a proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes - analisa as ações que objetivam a melhoria dos níveis de educação da mulher, bem como a participação da mesma, em condições de igualdade, em todas as atividades relativas ao desenvolvimento e à gestão ambiental. Adicionalmente, são discutidas as medidas de proteção e promoção à juventude e aos povos indígenas, às ONG's, aos trabalhadores e sindicatos, à comunidade científica e tecnológica, aos agricultores e ao comércio e a indústria.

Revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas - discute os mecanismos financeiros e os instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais; a produção e oferta de tecnologias eco-consistentes e de atividade científica, enquanto suportes essenciais à gestão da sustentabilidade; a educação e o treinamento como instrumentos da construção de uma consciência ambiental e da capacitação de quadros para o desenvolvimento sustentável; o fortalecimento das instituições e a melhoria das capacidades nacionais de coleta, processamento e análise dos dados relevantes para a gestão da sustentabilidade (www.mma.gov.br, acesso em 11/11/2008).

O problema que se apresenta é como resolver a degradação ambiental e colocar em prática todas as propostas da Agenda 21 em um sistema capitalista, cuja base de constituição

desde a Revolução Industrial no século XIX é pautada na exaustão de recursos naturais. Não só isso, como redistribuir renda e melhorar a condição de vida de milhões de pessoas e pensar ainda no seu futuro, se a máxima do capital é lucro e para tanto é necessário que alguns percam para que outros ganhem?

Todas as indagações quanto ao conceito do desenvolvimento sustentável procuram equacionar estas questões ou pelo menos chamar a atenção para um problema maior, já que com a continuação da máxima capitalista, sem atentar para a necessidade de responsabilidade ambiental e social, gerará mais exclusão e degradação.

O que acontece na prática é que se cria uma relação de forças, que pende sempre para o lado dos interesses capitalistas, que encontram meios de burlar a lei para garantir a lucratividade, então, o desenvolvimento sustentável é mais considerado enquanto valor social que se quer almejar do que algo plausível que venha efetivamente a se implantar (VEIGA, 2005).

Contudo, segundo o próprio Veiga (2007), em consequência da urgência, ou situação crítica pela qual passa nossa sociedade com a degradação ambiental, com o aquecimento global se impondo como de premente solução, gera a conscientização sobre os riscos e as incertezas que as sociedades enfrentarão, ressaltando que já começa a haver mudanças de mentalidade sobre o meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento. Para o autor, explicitando o exemplo dos maias, cuja população chegou a 50 milhões antes de ser exterminada, afirma

[...] é a consciência do risco de que semelhante ecocídio possa ocorrer com sociedades contemporâneas que legitima esse desejo coletivo de que o desenvolvimento venha a ser sustentável. Isto é, que o crescimento econômico respeite os limites da natureza em vez de destruir seus ecossistemas. E que dê, assim, uma chance às gerações futuras de que também possam progredir (VEIGA, 2007, p. 60).

O desenvolvimento de forma harmoniosa necessita a intersecção das dimensões espacial, social, ambiental, cultural, econômica e a ampliação da responsabilidade de toda a sociedade. Assim, a construção histórica do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável está vinculada com o incremento da preocupação da manutenção e existência de recursos naturais e um ambiente propício para continuidade das gerações futuras, rediscutindo o ritmo e a forma como o sistema capitalista propunha o desenvolvimento das sociedades. Para Veiga (2008)

a expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses dois objetivos, isto é, crescer sem destruir (VEIGA, 2008, p. 189).

O que vemos ao longo da história é a valorização de um desenvolvimento focado na industrialização e no crescimento econômico, como já enfatizamos, e a disponibilidade de um ambiente de inovação tecnológica e maior nível de informação que não são utilizados para a resolução dos problemas ambientais. Esta modernização tecnológica causa impactos, também, nas áreas rurais, reduzindo o número de empregos, concentrando terras e expulsando o pequeno produtor rural, que não consegue competir com a produção mecanizada.

A solução desta problemática passa por modificações na forma de gestão das políticas públicas, esta precisa focar as necessidades locais, fazer investimentos na agricultura de base familiar que absorve grande parte da mão-de-obra do campo e priorizar o desenvolvimento sustentável.

Como forma de alcançar estes princípios que se fala em desenvolvimento territorial, que hoje é pautado mundialmente na agenda de diversos governos, definindo-se como estratégia para o enfrentamento dos problemas locais através da articulação entre atores públicos e sociais a partir do diálogo e priorização de políticas públicas.

Nesta abordagem, o desenvolvimento parte da concepção de território como define Abramovay (1998) citado por Sabourin (2002, p. 23) “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”, portanto, considera-se que o desenvolvimento não pode fundamentar-se apenas em políticas públicas setoriais, que abarcam apenas parte de uma realidade, devem dar conta de toda uma dinâmica de múltiplas dimensões e especificidades.

Para Sabourin (2002), a idéia central da abordagem territorial do desenvolvimento é a preocupação pela integração e pela coordenação entre as atividades, os recursos e os atores, por oposição a enfoques setoriais ou corporativistas que separam o urbano do rural, e o agrícola do industrial (a universidade do ensino básico, a pesquisa da extensão, etc).

Assim, a concepção de desenvolvimento deve ter um enfoque integrador, necessitando a interligação entre diversas dimensões para se alcançar um nível satisfatório de qualidade de

vida para a sociedade como um todo. De que adianta as políticas públicas terem como enfoque a geração de renda, se não atentar para questões de serviços básicos de saúde e educação, de conservação ambiental, de acesso à cultura e de organização da sociedade para a participação no poder.

A abordagem territorial apresenta-se como aquela que possibilita a integração e a coordenação de ações públicas a partir das demandas sociais, portanto mais suscetível de vir a promover um desenvolvimento sustentável no encaminhamento das ações governamentais por está embasado na participação social.

2.2 - GESTÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

A promoção do desenvolvimento deve ser um debate aberto, público, com a participação de amplos setores da sociedade para buscar alternativas para a solução de problemas. Historicamente, as ações voltadas para o desenvolvimento sempre se apresentaram como decisões vindas de “cima para baixo”, em uma hierarquia piramidal que precisa ser questionada e nivelada em relações horizontais, que permitam uma ampla participação a fim de propiciar o bem-estar coletivo. Criando uma interação entre os segmentos interessados há a identificação com os objetivos propostos o que resulta em sustentabilidade política e maior possibilidade de acertos.

Para Bandeira (2000), até a década de setenta, mundialmente, predominavam as políticas públicas focalizadas na ação do governo, pressupondo que esta se constituía no motor do processo de desenvolvimento. Na década de oitenta, focaliza-se a administração do desenvolvimento, incorporando a avaliação da capacidade do Estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade e, na década de noventa, amplia-se enfocando tanto a capacidade do Estado, quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento.

Ressalte-se que essa tendência da década de noventa, que prevalece até nossos dias, mostra-se como fundamento para as ações de promoção do desenvolvimento apoiadas por instituições internacionais. Segundo Bandeira (2000), o Banco Mundial em uma série de documentos destaca o conceito de governança considerado como um processo esclarecido e previsível de formulação de políticas públicas, por servidores públicos profissionalizados, por um Poder Executivo que possa ser responsabilizado por suas ações e por uma sociedade civil forte e atuante nas questões do interesse público. Apresentando a concepção de que são necessários mecanismos adicionais de participação, além do processo eleitoral, para informar os órgãos que constituem a estrutura do Estado sobre as preferências da sociedade. Como argumentado no documento World Development Report 1997

[...] técnicas específicas e mecanismos de consulta aos usuários e aos segmentos que se pretende beneficiar podem, também, ajudar a melhorar a qualidade de serviços públicos específicos. [...] além de aumentar o fluxo de informações disponíveis para os responsáveis pelo setor público, as técnicas de consulta aos cidadãos e usuários podem introduzir mais abertura e transparência no sistema. Na medida em que mais pessoas tomam conhecimento do desempenho de órgãos e dirigentes específicos, torna-se mais provável que o público exerça pressão no sentido de que esse desempenho seja melhorado. Ao mesmo tempo, as organizações públicas terão menor

possibilidade agir de forma arbitrária (WORLD DEVELOPMENT REPORT, 1997. www.worldbank.org acesso em 10/05/2008).

A posição dos organismos internacionais se justifica pela necessidade de estabilização dos países subdesenvolvidos e, quanto mais, as políticas públicas promoverem resultados positivos, em termos de resolução dos problemas sociais, significa maior credibilidade e, portanto, maior garantia para os investimentos feitos nesses países.

Sen (2000) caracteriza o grande desafio que é buscar o desenvolvimento, com tantos problemas para serem superados: um mundo de privação e pobreza, de fomes coletivas, violação de liberdades políticas, negligência da condição de mulher e minorias, ameaças graves ao meio ambiente e a sustentabilidade. Supondo que a condição de agente dos indivíduos é central para lidar com essas privações e essa posição é restrita pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas, aponta que o desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente e o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas e, preponderantemente, a democracia e participação popular, argumenta

A política pública tem o papel não só de procurar implementar as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir a discussão pública mais completa. O alcance e a qualidade das discussões abertas podem ser melhorados por várias políticas públicas, como liberdade de imprensa e independência dos meios de comunicação (incluindo ausência de censura), expansão da educação básica e escolaridade (incluindo a educação das mulheres), aumento da independência econômica (especialmente por meio do emprego, incluindo o emprego feminino) e outras mudanças sociais e econômicas que ajudam os indivíduos a ser cidadãos participantes. Essencial nessa abordagem é a idéia do público como um participante ativo da mudança, em vez de recebedor dócil e passivo de instruções ou de auxílio concedido (SEN, 2000, p.318-319).

A condição de agente requer uma capacidade organizativa e participativa, para que mesmo em situações de exclusão, seja possível unir esforços para a busca de soluções para os problemas chamando a responsabilidade gestores públicos ou criando laços para a construção de soluções alternativas.

A denominação de agente, neste sentido, é apresentada como sinônimo da condição de ator, como afirma Touraine (1994) abarcando um potencial de transformação da realidade, vejamos

[...] Ao buscar transformar sua realidade, o indivíduo atua de forma a sair da condição de passividade, de consumidor, postando-se como ator que tem na sua ação a possibilidade de conquistar seus propósitos de vida. Este movimento de ruptura do ator, o afirma na medida em que deixa de ser meramente um produto social e passa a ser produtor, pois o sujeito é, sobretudo, um transformador das relações de dominação (TOURAINÉ, 1994, apud GHIZELINI, 2007, p.64)

Vale ressaltar que Amartya Sen tem uma concepção centrada no indivíduo, não discutindo a questão da luta de classes e a composição da sociedade de opressores e oprimidos, características do sistema capitalista, mas há o entendimento de que a humanidade constrói a história e que, portanto, a organização das classes oprimidas se dá pela consciência de seu papel, que se forma a partir da individualidade na luta pela superação da exclusão social, motivando a cooperação, a solidariedade, as redes de compromissos, a condição de agente ou ator que busca a transformação social, que na contemporaneidade constituem as “armas” da luta social para a transformação.

De acordo com esse enfoque, acredita-se que essas “armas” são estratégias dos indivíduos, para promover modificações em um sistema já consolidado na divisão de classes e acentuada desigualdade social, mas que é passível de transformação ou de criação, dentro do próprio sistema, de alternativas de relações mais igualitárias, fruto de um movimento de conscientização e ação, principalmente, advindo das classes excluídas. Como argumentou Santos

[...] a mudança histórica provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os desertados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único (SANTOS, 2007 b, p.14).

Analisando, então, a estrutura política no Brasil, no que se refere à participação, constata-se que a nossa democracia priorizou apenas o voto, mesmo a Constituição prevendo outras formas participativas como conselhos gestores e comissões, não estimulou a criação de

instituições populares que definissem demandas e estas fossem as bases para a construção de políticas públicas, seja por que não tinha mesmo interesse nessa definição, seja por que a própria população não tinha capacidade de se organizar em consequência das precárias condições de inserção social ou, como diria Amartya Sen, devido às restrições das liberdades.

É premente a mudança desse contexto, mesmo porque já há uma percepção de alguns setores da sociedade que as transformações são necessárias, muitos movimentos de organização civil já lutam por uma estrutura de poder mais participativa e há a conscientização de que a hierarquia que se formou há séculos no Brasil precisa ser substituída, não cabe mais uma administração que se diz pública sem dar voz aos excluídos. Como afirma Dowbor

[...] na sociedade que desponta para o terceiro milênio, mais capacidade de governo significará maior capacidade de gestão e de decisão política na própria base da sociedade. O problema pode ser colocado na seguinte forma: como pode-se continuar a raciocinar em termos de pirâmide autoritária do poder quando a complexidade, diversidade e ritmo de mudança da sociedade exigem formas de regulação extremamente ágeis, flexíveis e ajustadas a situações muito diferentes? E o reverso simétrico do problema é o seguinte: como o respeito à capacidade de decisão de milhões de atores sociais diferenciados poderá assegurar a coerência do conjunto? (DOWBOR, 2003, p.10)

Daí a necessidade de uma governabilidade que atue de forma horizontal, que crie espaços de participação popular, novas institucionalidades para dar visibilidade à diversidade, que quebre a hegemonia do mercado e que construa um Estado que realmente seja público. A idéia é que Estado e mercado estejam sujeitos ao controle da comunidade organizada, para democratizar as relações de poder.

Dowbor (2003) apresenta os principais pontos que poderiam caracterizar o enfoque no poder local para uma governabilidade horizontal e participativa constituído por um tripé de sustentação da gestão dos interesses públicos formado pelos partidos políticos, sindicatos e comunidades organizadas, resumidos da seguinte forma:

- O princípio da proximidade: as decisões, mesmo aquelas que dizem respeito ao topo da hierarquia, devem estar mais próximas da população interessada, com descentralização dos encargos, atribuição de recursos e flexibilidade de aplicação.
- Papel mobilizador da administração local: as atribuições da administração local não devem se limitar às áreas dos serviços básicos como limpeza urbana e serviços sociais, deve ter papel

mais amplo de pensar o desenvolvimento em objetivos de longo e meio prazo da comunidade, de acordo com suas demandas.

- Organização dos atores sociais: deve haver a criação de fóruns de elaboração de consensos em torno dos problemas chave do desenvolvimento, com a participação de empresas, sindicatos, organizações comunitárias, organizações não-governamentais, instituições de pesquisa.
- Enfoque da inovação: novos enfoques organizacionais mais flexíveis que permitam uma maior transparência da administração e com participação da sociedade indicando acertos e erros, além de caminhos a serem seguidos.
- Enfoque de eixos críticos de ação: definição de eixos que permitam desencadear uma mobilização da sociedade em torno dos seus interesses de médio e longo prazo.
- Enfoque dos recursos subutilizados: aproveitamento dos recursos subutilizados com a identificação dos recursos naturais, humanos e de capital que poderiam ser melhor mobilizados no nível local, constituindo um eixo de trabalho essencial .
- Enfoque da pesquisa do potencial local: esforço sistemático de estudos e organização do conhecimento sobre o potencial existente, enfocando ciclo completo de atividades que asseguram o desenvolvimento econômico e social, identificando os pontos de estrangulamento e as áreas de inércia administrativa.
- Trabalhar a matriz de decisões: formas mais flexíveis de gestão dos interesses públicos com a criação de espaços de discussões e parcerias para a promoção do desenvolvimento.
- Enfoque da gestão intergovernamental: a racionalização da gestão intergovernamental, sob a coordenação da autoridade local que é o prefeito, para que haja uma articulação entre as políticas federais, estaduais e municipais, criando uma sinergia de objetivos.
- Atividades centradas nos objetivos humanos: a organização das parcerias sociais na gestão do desenvolvimento implica que todos os atores sociais busquem na gestão compartilhada o objetivo maior que é o bem-estar coletivo.
- A visão da sustentabilidade: criação de um amplo espaço de ação coordenada e planejada, envolvendo o conjunto dos atores da comunidade em torno dos interesses locais de longo prazo.
- Enfoque da comunicação e da informação: o acesso à informação, a cultura, a mídia, a educação são eixos essenciais para a recuperação da democracia, não se pode esperar uma participação efetiva se uma grande maioria estiver excluída desse processo.

No Brasil o impulso à participação decorre de um período caracterizado pela centralização do poder, fruto do golpe militar em 1964 quando se instala um governo

autoritário que impede a liberdade de expressão e direitos políticos. Esses fatos incitam a criação de um movimento na sociedade de luta pela queda do regime e já nos meados da década de oitenta, quando finda o regime, já está estabelecido um ímpeto de participação na sociedade que culmina na luta por eleições diretas no país e exigência de um processo de descentralização de responsabilidade como forma de maior exercício do cidadão no controle das ações públicas.

Outro fato, aliado a esse, é a crise do setor público que atinge o Brasil também na mesma época, resultado de um movimento de reordenação econômica mundial que culminou em uma transformação do papel do Estado na condução das políticas econômicas e sociais, construiu-se um consenso entre pensadores neoliberais da existência de uma suposta crise fiscal resultando na necessidade de uma nova concepção de Estado. O Estado, segundo Farah (1998), perde o seu papel, definido pelo pensamento hegemônico da década de trinta, de promover a correção de falhas do mercado, de superar as crises econômicas, de sustentar o nível de atividade econômica e promover o bem-estar social.

Seguindo essa lógica, o poder executivo propõe um processo de descentralização, que começa a fazer parte da agenda nacional em função da Constituição de 1988. Na experiência brasileira há o conagraçamento de duas tendências: uma que compartilha do pensamento neoliberal de um Estado mínimo, para superar falhas de um caráter gastador e ineficiente, e, outra, progressista, uma reação da sociedade civil que saindo de um contexto histórico de ditadura militar, exige uma maior democratização e participação.

De acordo com Cunha e Cunha (2000), a Carta Constitucional redefiniu o papel do governo federal, que passou a coordenar as políticas sociais, enquanto municípios arcaram com maior parte da responsabilidade de execução dessas políticas. Neste contexto, muitos municípios acostumados com práticas clientelistas e assistencialistas se viram obrigados por lei em efetivar a criação de conselhos, comissões, conferências, que em verdade não se caracterizaram como legítimos representantes dos interesses coletivos, constituídos apenas para cumprir exigências constitucionais.

Na criação desses espaços de participação, além desse problema de não-legitimidade, Cunha e Cunha (2000) citam alguns desafios para a efetividade das ações rumo à participação dos atores sociais na construção de políticas públicas mais igualitárias: a capacidade técnica para aperfeiçoar os instrumentos de gestão (diagnóstico, plano, sistema de informação, monitoramento e avaliação), formação e capacitação dos recursos humanos, aumento da capacidade de mobilização de recursos públicos e desenvolvimento de habilidades gerenciais. E mesmo quando atores sociais conseguem se organizar nesses moldes, criando espaços de

parcerias com o Estado, como as organizações não-governamentais, muitas delas articulam espaços de despolitização tomando para si atribuições do setor público e destituindo o Estado do seu papel.

A participação dos atores sociais e a democratização são processos lentos na realidade brasileira, mas que demonstram exemplos de iniciativas que dão uma maior importância para o local, visto hoje, como contraponto ao processo de globalização. O desafio é articular a sociedade civil para que efetivamente participe da formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, superando a dicotomia do Estado e sociedade.

Nesse contexto, a transição para uma sociedade sustentável requer a constituição de novas institucionalidades. É difícil enfrentar esse desafio de redesenho das formas de governabilidade no Brasil, principalmente, se considerarmos que temos um histórico de organização política que de todas as formas impediu uma participação ativa dos setores mais vulneráveis da sociedade.

Os conselhos gestores são exemplos de incentivo à participação, apontam para novos arranjos políticos que resgatem a esfera pública de decisão e deliberação da população, porém, ainda assim, se revelam atrelados a uma cultura política caracterizada por relações sociais autoritárias. Faz-se urgente ressignificar o poder local para minimizar ou corrigir a desordem institucional e alavancar o desenvolvimento local com bases na equidade, justiça e sustentabilidade ambiental.

Dagnino (2002) aponta os problemas que dificultam a democratização das decisões por parte do Estado: o predomínio de uma razão tecno-burocrática, o excesso de papelada, a lentidão, a ineficiência, a falta de sensibilidade e o despreparo da burocracia estatal, a falta de recursos, a instabilidade dos projetos que resultam de parcerias com o Estado na medida em que estão submetidos à rotatividade do exercício do poder e a falta de transparência que dificulta o acesso a informações. Por outro lado, a sociedade civil carece de qualificação técnica e política para construir espaços de consenso com o reconhecimento dos diferentes interesses e capacidade de negociação sem perda da autonomia e construção do interesse público.

O dilema entre essa partilha de poder entre Estado e sociedade, só será realmente superada quando houver a superação da matriz cultural hierárquica que favorece a submissão frente ao Estado e afirma a política como atividade privativa das elites, como adverte Dagnino (2002), e quando se implantar um verdadeiro processo de elaboração e implementação de políticas públicas que partam da sociedade civil com a parceria dos agentes públicos,

abarcando a diversidade, a alteridade e o interesse coletivo. Nesse processo é importante a organização da sociedade civil, seja em associações, em conselhos, em fóruns, como forma de criar consensos e pressão sobre os poderes públicos.

Mesmo conscientes da importância do processo participativo na promoção do desenvolvimento, cabe ressaltar que a transformação social enseja um processo de mudança cultural e o ambiente que potencializa a participação sofre interferências diversas, como adverte Fischer (2002), quando chama a atenção para a proliferação de conceitos de desenvolvimento com adjetivos diversos e da retórica da transformação a partir da participação dos atores sociais afirmando ainda

[...] desenvolvimento local, integrado e sustentável é a forma totalizante e a utopia mobilizadora do final dos anos 90 e do milênio. Reconhecer as dimensões estratégicas e estruturais do desenvolvimento local não significa endossar as ideologias e retórica vigentes. Ao contrário, cabe identificar as principais críticas e restrições às ações mobilizadoras postas em prática (FISCHER, 2002, p. 24).

Discorrendo os fatores que impactam os processos de desenvolvimento local, integrado e sustentável e as restrições às ações mobilizadoras aponta alguns entraves

desgaste conceitual, isto é, como todos os modismos e retóricas gerenciais, há um ciclo de construção, aplicação e esvaziamento do conceito, que declina, fragmenta-se e dá origem a outros ciclos de ações e retórica;

desgaste dos métodos participativos e dos chamados consensos vazios, não estruturam planos de ação e não alcançam resultados;

a articulação de comunidades de interesses esbarra em limites concretos de poder, nas falácias da despolitização das iniciativas e na exacerbação das potencialidades e virtualidades locais; os consensos sobre temas como geração de emprego e renda, por exemplo esbarram, é óbvio, nos limites do Estado e dos mercados, quando não nos limites dos grupos sociais e dos indivíduos como atores potencialmente conflitivos;

a descontinuidade política, que aniquila muitas iniciativas ao fim do mandato do gestor que as criou, soma-se às interferências político partidárias locais, regionais e nacionais;

as dificuldades de articulação governo-governo, governo-sociedade e sociedade-sociedade não serem triviais e muito menos metodológicas, mas explicadas por especificidades culturais e, talvez, pela adolescência de um país de 500 anos que aprende democracia “ao andar”;

a construção externa das estratégias de desenvolvimento local, o que pode ocorrer tanto nos modelos competitivos quanto na perspectiva cooperativa, seja por ação dos governos, das organizações não governamentais ou de outros atores institucionais como agências internacionais;

fragilidades metodológicas dos tipos de intervenção em desenvolvimento local, modismos e mimetismos, havendo muita semelhança entre os modos de fazer, que atuam na superfície dos problemas e creditam a mobilização bem mais do que é possível obter;

estruturas de interesses na constituição de agências promotoras do desenvolvimento local e consultores que substituem meios por fins, ao adotarem metodologias que se sobrepõem aos resultados e criam dependência nas comunidades apoiadas;
superposição de programas e projetos de diferentes instituições, que, por sua vez, superpõem agendas, dispersam e fragmentam esforços, para não perder oportunidades de financiamento;
avaliação inexistente ou inadequada de processo, resultados e impactos, o que reforça equívocos, impede e limita a reconstrução de cursos de ação (FISHER, 2002, p.24).

Tamanho é o desafio da participação e da gestão social, mas imprescindível para a transformação social. Bandeira (2000) argumenta que é cada vez mais aceita a idéia de que a participação mais direta da comunidade é necessária na formulação, no detalhamento e na implementação de políticas públicas e destaca que há várias linhas de argumentação na literatura que denotam a importância do tema, a que enfatiza a necessidade da participação para assegurar a eficácia e a sustentabilidade de programas e projetos específicos; a que destaca a importância da participação e da vitalidade da sociedade civil para a boa governança e a que se refere à relação da participação com a acumulação de capital social, definido pelo autor como um conjunto de características socioculturais que aumentam a propensão dos atores sociais para a colaboração e para o empreendimento de ações coletivas.

Acsehrad (2002) chama a atenção para o cuidado que se deve ter a essa importância dada a participação, referindo-se a um modelo de pós-democracia consensual, que se caracteriza pelo encobrimento de litígios, pelo desaparecimento da política e pela designação de certos segmentos sociais como aptos à negociação com o Estado na condição de parceiros, continua

[...] se conselhos e fóruns integram de fato empresários e trabalhadores, poluidores e poluídos, figuras híbridas entre Estado e sociedade, os faz, porém, nesta condição homogênea de 'parceiros', de modo a diluir qualquer diferença de papel social, de responsabilidade ou de poder. [...] Os conselhos tornam-se cada vez mais 'participativos' em sua composição, ao mesmo tempo em que se tornam menos decisórios em sua pauta e passíveis de apropriação por uma política-espetáculo. A vontade de indiferenciação social interna aos espaços de 'parceria' tende assim a favorecer o desenvolvimento de uma democracia imagética. A aparência de estabilidade por meio dos consensos simbólicos torna-se elemento essencial das políticas de atração de investimentos internacionais (ACSELRAD, 2002, p. 38).

Bandeira (2000), na mesma linha do pensamento anterior, afirma que práticas participativas não podem ser encaradas como procedimentos infalíveis, capazes de sempre proporcionar soluções adequadas para problemas de todos os tipos. Apresenta, também,

alguns desafios: a qualidade das decisões que sempre dependerá do grau de capacitação da sociedade, a possibilidade de existência de objetivos não declarados utilizados por meios espúrios para influenciar as discussões com direcionamento dos resultados, além do processo de participação que pode ser utilizado para promover indivíduos ou organizações.

Analisando algumas experiências participativas, Bandeira (2000), apresenta alguns condicionantes das possibilidades de sucesso na implementação de processos participativos em escala regional. Destaca que as instâncias políticas devem ter um compromisso efetivo com as demandas públicas, para garantir a alocação de verbas; considera que o marketing político pode prejudicar as ações participativas que podem ser divulgadas erroneamente, promovendo gestores públicos e desprestigiando toda a construção participativa; o cuidado com expectativas exageradas além da capacidade de realização, que levam a poucos resultados e podem desmotivar os atores sociais; a necessidade da construção de capital social e o apoio institucional.

A importância da participação, hoje presente na elaboração de diversos programas e projetos governamentais, seja pela percepção de que a forma centralizada como sempre foi tratada a coisa pública não obteve êxitos em termos de eficiência e eficácia na alocação de recursos nem em termos de resultados para a população como um todo, seja por que organismos internacionais cada vez mais exigem os pressupostos participativos para o fomento de ações de desenvolvimento, além da discussão do desenvolvimento a partir do local enquanto contraponto à globalidade, levam a criação de espaços públicos como conselhos, fóruns, audiências públicas, cada vez mais divulgados.

Esses espaços públicos necessitam de metodologias que primem pelo monitoramento e avaliação dos seus procedimentos para aprimorar suas ações e cumprir os objetivos a que se destinam, caso contrário, criam-se espaços apenas para cumprimento de obrigações legais, que com o tempo se esvaziam e não trazem benefícios algum para a sociedade.

Além do que, diante das fragilidades das estruturas sociais, da ausência de tradição participativa, carecem de reconhecimento por parte do próprio movimento social e dos atores públicos, que muitas vezes, vêem esses espaços como fundamentados por oposição partidária e se distanciam.

Deve-se reconhecer que mudar estruturas sociais demanda tempo, depende da valorização da sociedade ao processo de gestão pública participativa e da criação de novas institucionalidades que empoderem os atores sociais na busca pela promoção do desenvolvimento embasado no diagnóstico da problemática local e nas suas especificidades. Como afirma Putnam, “a história institucional costuma evoluir lentamente. No que se refere

ao fortalecimento das instituições (e não à mera elaboração de cartas constitucionais), o tempo é medido em décadas” (2005, p. 193), assim, poderemos reconhecer seus entraves, seus avanços e suas potencialidades, mas predizer o seu papel como efetivamente transformadores de estruturas sociais só no decorrer de décadas.

2.3 – A RESSIGNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Vemos hoje que a concepção de desenvolvimento rural está se modificando em virtude da dificuldade em se encontrar respostas aos dilemas de superação da pobreza e da exclusão social. Permanecer no campo, retornar ao campo ou às cidades pequenas e rurais constituem estratégias para fugir da violência ou da falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho nas grandes cidades.

O avanço do sistema capitalista e do processo de industrialização propiciaram uma concentração da população nos centros urbanos à procura das “facilidades” da modernidade o que gerou uma série de problemas, tais como: o êxodo rural, desemprego, violência, crescimento das favelas, falta de infra-estrutura e de serviços públicos que atendam eficientemente toda a coletividade. A qualidade de vida esperada pela aglutinação de pessoas e serviços não foi verificada e, sim, um acirramento das desigualdades sociais, implicando atualmente um novo papel para a ruralidade.

Froehlich e Monteiro (2002), afirmam que é nas grandes metrópoles onde a barbárie aparece e o exercício da cidadania torna-se quase impraticável, o termo rural passa a resgatar o seu sentido original de campestre e abranger um conjunto de práticas orientadas para exercícios de contato com a diversidade biológica e cultural, em condições de saúde e segurança, que agora se chama qualidade de vida.

No Território do Sisal as atividades rurais e todo o seu patrimônio constituem características a serem preservadas, pois a herança cultural e histórica de um povo lutador, ainda, resistem em meio a uma proliferação da cultura de massa, ainda encontram-se as tradições como as festas juninas e suas quadrilhas (dança com pares), os reizados (cantigos) em meio às rodas de samba, as vaquejadas, as argolinhas (brincadeira que consiste em retirar um anel pendurado em determinado local montado a cavalo), o costume de sentar no terreiro (em frente à casa) e ficar a contar “causos”, histórias do passado e a relembrar os tempos de fartura no sertão, quando a chuva estava mais presente e se podia colher de tudo. A solidariedade, o companheirismo, a confiabilidade, ainda permanecem nas relações.

Em andanças pelo Território é possível identificar a valorização da terra, mesmo esta tão castigada pela seca, permanecer nela é uma espécie de orgulho, uma fuga a modernidade, manter as tradições, o patrimônio e garantir a sobrevivência constitui uma lógica de reprodução dos agricultores familiares, que também necessitam da ligação com áreas urbanas para a efetivação de serviços.

Há de se ressaltar, que a cidade também invade o campo, são inúmeros casos de relatos da violência, ainda, que em número extremamente reduzido se comparado aos números das zonas urbanas, principalmente, praticados por jovens que não encontram expectativas no campo, mesmo porque as escolas do meio rural preconizam que o progresso está na cidade, onde aparecem as oportunidades, quando na verdade se tem um sertão rico de variedades, de potencial produtivo, mas que não persegue os caminhos certos, pois ainda falta organização, conhecimento e investimento.

Neste contexto há de se questionar o padrão de desenvolvimento que valoriza a urbanização e exclui o campo, ao invés de perceber que o rural e o urbano são complementares. Surge a nova ruralidade e segundo Veiga (2004) aparecem duas dimensões contraditórias do próprio processo de globalização para os possíveis destinos das áreas rurais: uma econômica que envolve as cadeias produtivas, comércio e fluxos financeiros, agindo para torná-las cada vez mais periféricas e excluídas das dinâmicas que alimentam o crescimento da economia global e a dimensão ambiental que envolve as bases de amenidades naturais, como fonte de energia e biodiversidade, cada vez mais valiosas à qualidade de vida e ao bem-estar, com as responsabilidades cívicas sobre as condições do desenvolvimento humano passando a fazer parte da agenda das relações internacionais.

Nesse contraditório do processo de globalização cabe uma ressignificação do rural que, segundo Wanderley (2000), se constitui como o pólo do passado, da herança, dos valores profundos, da sociabilidade convivial, como um lócus de resistência aos efeitos dos processos de deslocalização, o meio rural pode passar a ser visto como valor indispensável ao futuro da sociedade, que assim se dispõe a lhe consagrar os recursos necessários, ao mesmo tempo em que os atores rurais podem passar a assumir novas funções sociais, precisamente como mediadores entre a sociedade global e os espaços rurais.

Durán (1998) sintetiza a ruralidade enquanto resultado de ações de sujeitos humanos que têm a capacidade de debater e refletir acerca das circunstâncias e demandas socioculturais que se apresentam, portanto, frente aos dilemas da globalização os desafios primordiais são: a organização, a inovação e a potencialização de recursos endógenos para a inserção sustentável nos processos produtivos da economia global.

No Brasil as políticas públicas priorizam os centros urbanos e esquecem o meio rural como se este tivesse que por fim desaparecer, já que os próprios critérios para definição do rural tendem a valorizar a urbanização e, portanto, o estabelecimento de ações desconectadas com as especificidades rurais. Veiga (2001) confirma o mito da urbanização, o chamado grau de urbanização utilizado pelo IBGE corresponde à porcentagem das pessoas que residem em

sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer consideração sobre suas características geográficas, não levam em consideração a densidade demográfica, nem os níveis de rarefação que caracterizam o campo.

Segundo Abramovay (2003a), muitos dos enganos nas políticas de desenvolvimento rural são devido aos limites na definição do rural, que não refletem as especificidades locais e tomam o campo como atraso e seu declínio questão de tempo. A definição do IBGE citada por ele, usando a expressão de Elena Saraceno (1996/99), é de natureza residual: “as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne urbana”. Em consequência dessa visão não se consegue perceber a dinamização de áreas rurais, não há uma reflexão da importância da agricultura e dos seus múltiplos aspectos.

Ainda para Abramovay (2003a, p.26), “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”. A imensa diversidade da agricultura, ainda, não é captada e valorizada ao se definir caminhos para o desenvolvimento, o autor diz mais

[...] indicadores estatísticos não são capazes de exprimir todos os aspectos desta dinâmica e muitas vezes deixam na sombra o mais importante que são as instituições, a capacidade localizada de tomar iniciativas conjuntas, em suma, os elementos que compõem o capital social do desenvolvimento dos territórios (ABRAMOVAY, 2003a, p.27)

Neste contexto, a promoção do desenvolvimento territorial, o qual pretende usar os recursos de uma região por seus habitantes para satisfazer suas próprias necessidades, onde crescimento econômico não é um fim em si mesmo, proporciona uma maior visibilidade ao rural quando aponta um caminho para potencialização de recursos endógenos, Wanderley (2004) diz que o novo olhar sobre o meio rural visto, anteriormente, como a fonte de problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc , apresenta agora, aqui e ali, indícios de que é igualmente portador de soluções.

Veiga confirma

[...] o que mais faz falta é um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas micro-regiões, planejar

ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução. Trata-se de encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo às associações os meios necessários ao desencadeamento do processo (VEIGA, 2001, p.111).

Em suma, pensar a redução da pobreza e o desenvolvimento rural implica uma análise mais ampla que leve em consideração várias dimensões como a econômica, a social, a cultural, ambiental e político-institucional, a fim de que essas áreas se integrem ao sistema produtivo gerando emprego e renda e que tenham assegurado a cidadania, principalmente, para os agricultores familiares que durante um longo tempo não foram prioridade para as políticas públicas.

A agricultura familiar tem papel imprescindível pela sua capacidade de criação de renda para populações excluídas, com aspectos que apontam para a multifuncionalidade, que segundo Maluf (2003), caracteriza-se pela reprodução socioeconômica das famílias rurais, a promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade, manutenção do tecido social e cultural, preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. O que é necessário é a percepção dos gestores públicos que devem valorizar este potencial e investir para a permanência do trabalhador no campo.

O grande desafio do desenvolvimento é superar as dicotomias entre o rural e o urbano, o moderno e o atrasado, lutar por visibilidade das especificidades rurais, construindo-se redes sociais e vínculos institucionais que operem com flexibilidade e transparência, enriquecidas com normas e valores de confiança cidadã, que facilitem a construção de parcerias entre os diferentes atores. Isso possibilita a construção de um consenso dialógico, na medida em que mobiliza os atores em torno de objetivos comuns, permite o processamento dos conflitos, melhorando a qualidade da participação social.

Deve-se superar a visão de que a pequena unidade de produção é um resquício do passado, fadado a desaparecer com o maior predomínio do avanço tecnológico e capitalista. O Brasil é um exemplo de que milhões de pequenas propriedades rurais devem ser encaradas como meio estratégico para a superação da miséria do campo, porque contribuem de forma considerável para a produção de alimentos e ocupação da mão-de-obra. Importa destacar que a inserção é via mercado capitalista, mas a distinção fundamental é a forma de distribuição dos lucros, de forma mais igualitária, preservando as redes de sociabilidade e contribuindo para o desenvolvimento de forma mais sustentável.

A valorização da multifuncionalidade da agricultura familiar é um dos caminhos para se alcançar o desenvolvimento sustentável e nesta perspectiva o enfoque territorial é aquele

que agrega as diversas dimensões socioeconômicas e ambientais e objetiva, também, uma maior integração rural e urbana indispensável para a dinamização das áreas rurais.

3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1 – A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: O TERRITÓRIO COMO UNIDADE DE PLANEJAMENTO

O interesse e a discussão acerca do conceito de território se acentuam a partir dos anos 50 e 60, despertando o olhar de várias disciplinas como a geografia e outras ciências sociais. Há o enriquecimento do tema com abordagens que enfatizam os aspectos econômicos, entendendo o território a partir das relações sociais de produção e de forças produtivas, as dinâmicas sócio-culturais e políticas, a identidade, os conflitos sociais, as relações de poder. Superando o conceito de região que aparece como “um recorte espacial com determinadas características naturais (físicas) e humanas” (SAQUET, 2007, p.38), o território é investigado a partir de uma dinâmica própria de interação e articulação de seus componentes.

As análises atuais compreendem o território a partir da apropriação de determinado espaço e as territorialidades enquanto ações, face vivida, domínio do território, sentimento de pertença, relações sociais, espaço de atuação, daí a importância da compreensão destes processos para o entendimento da lógica da globalização que gera desigualdades e relações de poder que privilegiam o poderio econômico, diante do desafio do desenvolvimento para a superação dessas adversidades. Portanto, fundamental é o entendimento de como se dão estas relações para a construção de novas territorialidades, já que a gestão de territórios gera conflitos e fragmentações.

Segundo Haesbaert (2007), há duas tradições principais na construção do conceito de território nas ciências sociais: uma, já ultrapassada, que concedia privilégio à dimensão natural, espécie de território como espaço vital para a sobrevivência de certos animais, e outra, muito presente, que prioriza as relações de poder, a condição política do território, principalmente, aquela ligada ao Estado Nação moderno. Citando, também, a dimensão simbólico-cultural, ainda que considerada minoritária, e a econômica, que não aparece isolada, mas integrada a discussões sobre o domínio político do espaço a serviço de interesses econômicos.

Para o autor é imprescindível trabalhar com o território numa interação entre múltiplas dimensões, em consequência da necessidade de se discutir as questões de controle, do ordenamento e da gestão do espaço, já que os territórios não se restringem à figura do Estado, e hoje, mais do que nunca, precisam incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras. Ressalta que o território define-se, antes de

tudo, com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder. O caráter relacional é considerado não apenas no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais, mas também de envolver uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira, inclui, também, o movimento, a fluidez, as conexões.

A gestão do território é um desafio para a conquista do bem-estar social, preocupação elencada por Haesbaert (2007), uma vez que o Estado por si só já não consegue dar conta da complexidade da realidade social, principalmente, no caso do Brasil, em que o grau de desigualdade é muito significativo. Gestores públicos e a intelectualidade apontam a necessidade da aliança de diversos setores da sociedade, em ação coletiva, para a discussão e busca de solução para os problemas sociais, compreendendo-se não apenas problemas pontuais, setoriais, mas a dinâmica territorial. Porém, uma preocupação se evidencia, sobre como se gerenciar os conflitos de interesse e relações de poder neste processo, o que Haesbaert chama de desterritorialização, promovida pela precarização socioespacial ou processo de exclusão, como afirma

[...] desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. Da mesma forma cada momento histórico tem os seus próprios elementos estruturadores de uma experiência, se não total, como nas sociedades holistas, pelo menos integral ou coesa do espaço, ora de caráter concreto, ora mais simbólico, cada contexto tem também os seus próprios agentes básicos de desterritorialização. Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização (HAESBAERT, 2007, p.68).

Para Santos (2007a), o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história de homens e mulheres plenamente se realizam a partir das manifestações de sua existência. Considera que o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como território usado, não a área geográfica em si, é o chão mais a identidade, o sentimento de pertencer àquilo que nos

pertence, é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Em Santos (2002), chama a atenção para novos recortes territoriais construídos a partir da globalização, produtos de relações e fluxos de âmbito global, resultado da nova construção do espaço e no novo funcionamento do território, o que denomina de horizontalidades e verticalidades

As horizontalidades serão os domínios das contigüidades, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. [...] O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares, se apresenta sob três formas: acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entres cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. O acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço (SANTOS, 2002, p.16).

Essas relações são contraditórias, pois, por mais que se tenha um processo de imposição de fora, que a tudo tenta comandar, com a força de organismos internacionais e governos das principais potências mundiais que interferem nas economias de países dependentes economicamente, exigindo determinadas condutas, há também relações compartilhadas, relações de solidariedades, informações compartilhadas, que precisam ser exploradas, ampliadas, constituindo-se em possibilidade de resistência da sociedade. O território pode ser considerado como espaço de dimensões diversas, que evidencia identidade, afirmação dos indivíduos.

Andrade (2002) ressalta as relações de poder, que constituem o imperativo das relações econômicas e políticas em um território, afirma

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-

se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 2002, p.213)

Souza (1995) enfatiza que esse conceito, ao longo do tempo, se restringiu ao território nacional, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, dominação, defesa do território pátrio, escamoteando toda uma dinâmica, já que afirma que territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada, cita uma rua, à internacional (área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado Atlântico Norte – OTAN), por exemplo; construídos e desconstruídos dentro de escalas temporais as mais diferentes, podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência temporária, cíclica.

Apresentando o conceito da geografia política define como um espaço em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social, que gera raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem).

Ainda, Souza (1995), aponta que no território há a interação entre homem e espaço expressando uma territorialidade, que gera um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que a par de suas complexidades internas, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade e que o poder é onipresente nas relações sociais, presente em toda a espacialidade social, ao menos enquanto o homem também estiver presente, assim, explicita “o território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (1995, p.78).

Para Tonneau e Cunha (2005), o território é produto do entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, em que se instituem processos de identificação e de negociação dos interesses comuns e conflitantes, espaço em que se confrontam diferentes poderes e estratégias de gestão. Falar em território não implica democracia, nem mesmo desenvolvimento, têm-se territórios de não-desenvolvimento, territórios de fome e de miséria, com relações arcaicas de dominação marcadas pelo clientelismo e apontam a situação do semi-árido brasileiro, em que o problema maior consiste em mudar as relações de poder, inserir os excluídos e fazer com que as populações gerenciem seu próprio destino.

Para Silva e Silva (2006), o território deve ser entendido como uma síntese de quatro características

- a) o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente, desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;
- b) em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;
- c) os territórios assim identificados possuem conflitos de interesse, mas tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização;
- d) assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global (SILVA e SILVA, 2006, p. 162)

A grande problemática que se apresenta é como no ordenamento territorial captar toda a complexidade e múltiplas dimensões presentes no território para a promoção do desenvolvimento, superando o economicismo, dando visibilidade ao rural, evidenciando toda uma problemática de desigualdades próprias do sistema capitalista, superando os conflitos sociais e relações de poder.

No ímpeto de um maior poder de decisão e deliberação da população é que se fala em desenvolvimento territorial, tratando-se de uma estratégia dos atores sociais de determinado território na busca pela construção de um projeto de desenvolvimento que tenha como base o endógeno e as potencialidades locais. Buscar a identificação de suas demandas, a integração de dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais. Operacionalizar ações em que o território seja pensado como unidade de planejamento, este é o desafio.

A intenção é criar espaços participativos onde se possa dar voz àqueles que até então foram excluídos do debate do desenvolvimento, principalmente, as populações rurais não-modernizadas, que historicamente lutam por melhorias no campo, em áreas que não têm atrativos para investimentos, sejam públicos ou privados.

O desenvolvimento territorial vem ganhando visibilidade mundialmente e integrando diversos projetos de desenvolvimento de base local. Zapata et al. (2007) conceituam o desenvolvimento territorial como um processo intencional dos atores, das pessoas de um

determinado território, para, a partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, construir um projeto de desenvolvimento com mais participação social, mais equidade e mais sustentabilidade.

No contexto brasileiro, novos princípios de gerenciamento público estão sendo colocados em prática com o intuito de se induzir processos de desenvolvimento, a partir das bases locais, através da parceria entre a sociedade civil organizada e o setor público, com uma política que visa a participação dos atores sociais na construção de demandas públicas.

Nos países da Europa Ocidental aparece pioneiramente a concepção de desenvolvimento territorial, apontando uma realidade bastante diferenciada dos países periféricos, como é o caso do Brasil. Nesses países, a questão que se coloca é resolver o problema de parcela minoritária da população economicamente ativa que se encontra desempregada e reduzir as disparidades de desenvolvimento social e econômico entre as regiões centrais com elevados índices de satisfação das necessidades da população e aquelas, que por motivos históricos ou geográficos, não conseguiram trilhar pelos mesmos caminhos (CARRIÈRE e CAZELLA, 2003).

A realidade brasileira é muito mais complexa, o desafio é combater a pobreza de uma maioria da população, que se encontra fora do mercado de trabalho e que as políticas públicas não conseguem solucionar problemas básicos de educação, saúde, moradia, segurança e saneamento. Além da necessidade de enfrentar disparidades regionais, com regiões mais desenvolvidas econômica e socialmente, como a Região Sul e Sudeste do país, e outras, como o Norte e Nordeste, com piores indicadores sociais.

O debate, portanto, consiste em aproveitar a dinâmica do desenvolvimento territorial para promover ações que possam enfrentar esses problemas e modificar a forma de implementação e gestão das políticas públicas, que até então não conseguiram apresentar soluções inovadoras para a mudança desse contexto. O desafio é a modificação de características comuns na condução das políticas destinadas a uma grande quantidade de municípios, destacadamente, os que compõem o Território do Sisal: políticas assistencialistas, a ineficácia administrativa, a falta de responsabilidade fiscal, o endividamento e uma estrutura administrativa centralizada, onde as decisões são tomadas de cima para baixo, sem a consulta aos verdadeiros interessados.

Para Carrière e Cazella (2003), o pensamento sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial está ligado a vários fenômenos socioeconômicos, políticos e ambientais que surgiram a partir dos anos 1980. Destacam a crise econômica provocada pela guerra entre Israel e países árabes em 1973, o aumento do preço do petróleo e as insuficiências do modelo

fordista de desenvolvimento, baseado na produção em massa com a atuação de grandes estruturas produtivas viabilizadas pelo Estado, como determinantes pelo surgimento de um conjunto de teorias apoiadas na abordagem territorial do desenvolvimento, com duas vertentes, uma apoiada na formação de sistemas industriais localizados e outra na atuação e organização dos atores locais que devem assumir os rumos do desenvolvimento.

O modelo dos sistemas industriais localizados se inspira nas experiências dos países da Europa Ocidental, principalmente, a bem destacada região denominada de Terceira Itália. Abramovay (2003b) apresenta três traços básicos desta região: a) existência, num certo território, de um conjunto diversificado, mas ao mesmo tempo com forte grau de interação de empresas de porte familiar, em que a gestão, a propriedade e o essencial do trabalho vêm da família; b) ambiente de inovações e de troca de informações entre indivíduos e empresas, em que a colaboração é, no mínimo, tão importante quanto a própria concorrência; c) integração entre empresas e indivíduos urbanos e rurais.

Bagnasco (2001) destaca que na experiência da Itália, no final da década de 1960, no auge da crise geral do fordismo, o crescimento rápido das pequenas e médias empresas, da região Centro e Nordeste da Itália, mostrou-se sólido e duradouro, sem, contudo, estar calcado em uma política regional, parecendo suceder de forma espontânea, de baixo para cima, a partir da iniciativa de novos empreendedores locais, que organizando os seus recursos, transformaram-se em bem-sucedidos atores nos mercados que se estavam globalizando. O contrário ocorria no Sul, região atrasada, que recebeu incentivos governamentais e intervenção pública, na década de 1970, onde se concentraram indústrias para os setores básicos, como siderurgias e petroquímicas, mas que não conseguiu estimular o desenvolvimento endógeno e tornou-se mercado consumidor dos produtos das indústrias de bens de consumo do norte, desestimulando o desenvolvimento do artesanato local.

É a partir de experiências como estas que a região é colocada como objeto de investigação das ciências sociais e procura-se, então, um desenvolvimento mais sustentável e de acordo com as potencialidades locais. A este respeito afirma Pecqueur (2005, p. 10), “no contexto da globalização, as soluções liberais, situadas apenas no quadro macroeconômico, não parecem suficientes para produzir soluções inovadoras, que respondam às necessidades do desenvolvimento”, definindo o desenvolvimento territorial como todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território.

Esse processo de maior participação dos atores sociais, aliado a uma tendência mundial de superação da economia enquanto resultado de políticas macroeconômicas, com

estudos que comprovavam que algumas regiões conseguiram impulsionar o seu desenvolvimento a partir de outras variáveis que não apenas recursos tradicionalmente considerados, como: mão-de-obra disponível; os aspectos físicos (recursos e localização); técnicos, sobretudo, os ligados à infra-estrutura de transportes (rede viária, portos, aeroportos e ferrovias); comunicações (telefones, rádios, televisão, etc) e incentivos tributários e fiscais (FONSECA, 2005), vão interferir na agenda do setor público a partir da década de 90.

Então, atenta-se para esse novo contexto e há o desenho de um projeto político com ênfase na participação cidadã, com abertura para conquistas dos movimentos sociais, que articulados, buscam melhorias na qualidade de vida.

No caso do Brasil, Carrière e Cazella (2003), afirmam que nesse processo, os municípios rurais e os atores ligados à agricultura familiar e à luta pela reforma agrária foram, respectivamente, os espaços e os protagonistas que melhor se apropriam e passam a reivindicar do Estado as condições necessárias à implementação de um estilo de desenvolvimento ascendente e ancorado nas forças vivas do território.

Assim, a estratégia de promoção do desenvolvimento territorial em condições de subdesenvolvimento, como é o caso do Brasil, necessita da atuação do Estado, enquanto elemento indutor desse processo, porém, esta atuação é necessária, mas não suficiente. Cabe destacar que existem desigualdades na capacidade organizativa dos atores sociais, é evidente que algumas áreas necessitarão de um agente externo para induzir a organização e incitar a busca de soluções coletivas para os seus problemas. Para Pecqueur (2005), a existência de um Estado presente e ativo é uma necessidade para permitir a ação descentralizada e diz mais

Precisa, portanto designar, paralelamente ao desenvolvimento das instâncias locais, uma missão do Estado que permita assegurar pelo menos três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação. A **redistribuição** se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a **mediação** aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a **coordenação** deve ser vertical – proveniente das coletividades territoriais – e horizontais, entre projetos e entre atores do território (PECQUEUR , 2005, p.19).

Tonneau e Cunha (2005) fazem um alerta no sentido de que, o conceito de desenvolvimento territorial não é uma panacéia, um remédio milagroso para todos os males do país e, particularmente, do semi-árido. Até o momento, este conceito sugere práticas promissoras, inovadoras, desafiadoras, mas confronta-se com muitos entraves estruturais,

sendo o mais grave deles, a enorme desigualdade que caracteriza nossa sociedade, em seus mais diferentes aspectos, pelo que, há o risco do discurso não conseguir se concretizar em mudanças efetivas nas relações entre poder público e sociedade civil. O projeto do desenvolvimento territorial sustentável depende de parcerias verdadeiras, este não poderá ser desencadeado unicamente pelo desejo do governo federal.

É um grande desafio induzir processos de protagonismo dos atores sociais, enquanto estratégia de superação da pobreza e indução do desenvolvimento a partir das potencialidades locais, principalmente, em áreas com maior nível de exclusão social. Através da parceria entre Estado e sociedade civil, procura-se discutir o desenvolvimento com base em necessidades endógenas, com a criação de conselhos e fóruns de debates, mas o processo de transformação social requer muito mais que apenas um ambiente de discussão, tornar-se imprescindível a modificação de condutas individuais e institucionais, o que demanda tempo e a substituição de valores.

Como já discutido, a partir da Constituição de 1988, com os conselhos de gestão pública da área de educação, saúde, assistência social e da criança e adolescentes, dentre outros, foi dado um primeiro passo no esforço para estimular a participação da sociedade. Quando foi criado o PRONAF, resultado da luta dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar, e com ele os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs, como condição para que os municípios recebessem recursos do programa, em sua linha de infraestrutura e serviços, impulsiona-se um modelo institucional de participação. Estes conselhos surgiram com a missão de descobrir os potenciais de desenvolvimento rural e apontar as estratégias e alternativas para a melhoria das condições de vida de populações rurais através da elaboração e implementação de Planos de Desenvolvimento Rural.

Abramovay (2001) aponta que apesar de seus limites, enquanto precariedade de participação social e submissão aos poderes locais dominantes, criam condições para um potencial transformador, uma vez que abrem espaços de discussão que expõem a problemática da verticalização das políticas públicas e oportuniza a reflexão acerca das especificidades locais e debates sobre o uso dos recursos públicos, oportunizando uma inovação institucional.

Os limites apontados por Abramovay (2001) explicitam a burocratização que tomou conta desse modelo de organização, uma vez que os conselhos se constituíram apenas enquanto instrumento para que o poder local recebesse os recursos federais com a supervisão da sociedade civil, ficando evidenciada a falta de preparo das representações sociais na sua construção para enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento no meio rural. Salienta que

[...] não existe grande dificuldade em se transferir, do Governo Federal para o plano local, regras formais, estruturas administrativas e alguns procedimentos burocráticos. O problema é que não se transferem, num passe de mágica, valores, comportamentos, coesão social e, sobretudo, a confiança entre os indivíduos que os estimulam a tomar em conjunto iniciativas inovadoras (ABRAMOVAY, 2001, p. 4).

Segundo Abramovay (2003b), o processo de empoderamento, tomada de consciência e organização no meio rural, ainda é pouco conhecido e a experiências que se têm, mesmo em áreas desenvolvidas, é que, muitas vezes, iniciativas como Conselhos Municipais, montagem de Secretarias Municipais de Agricultura, pressão social sobre os Fundos Constitucionais e política agrícola, reproduzem práticas clientelistas, autoritárias e burocráticas.

A participação e a tomada de decisões a partir de fóruns, conselhos e comissões, ainda se apresentam como um cenário recente que necessita de novas atitudes e posturas. O estímulo do Governo nas suas diversas esferas poderá modificar esta configuração e a atitude pró-ativa dos movimentos sociais é fundamental para o engajamento dos diversos atores sociais.

A partir de 2003, a concepção de desenvolvimento territorial passa a nortear as políticas públicas, com a construção de pactos de concertação social entre municípios que expressavam uma identidade coletiva, isto é, efetivaram-se formas de articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados, com o detalhamento em um plano de desenvolvimento negociado. Para tanto, nesta estratégia, há a construção de institucionalidades representadas por espaços de compartilhamento do poder e das responsabilidades, objetivando o controle social sobre as ações previstas no plano. Esses espaços, definidos como Colegiados Territoriais, têm por objetivo articular diversos atores para definição de demandas para a promoção do desenvolvimento, com base endógena e sustentável, representando o Território enquanto unidade de planejamento.

3.2 – A POLÍTICA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

A partir de 2003, o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, optou por uma Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que desse visibilidade às necessidades locais, exigência de um histórico em que movimentos sociais e entes públicos municipais reivindicavam a implantação de processos descentralizadores da condução das políticas públicas.

Criou-se, então, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial – SDT, que integra a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cuja finalidade é

Articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os ao processo de desenvolvimento nacional e promover a melhoria das condições de vida das suas populações (BRASIL, MDA/SDT, 2005b, p. 6).

A estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário compõe-se, além da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), da Secretaria Reordenamento Agrário (SRA), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) e a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN). Como organismo colegiado inclui o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e como autarquia vinculada, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial tem como estratégia a integração com essas Secretarias e com o Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (INCRA), para, a partir das discussões em torno de demandas prioritárias, articular os programas gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, buscando atender as necessidades elencadas localmente.

A justificativa para a adoção da política nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais é que as políticas adotadas historicamente no Brasil para a promoção do desenvolvimento rural não conseguiram atingir os objetivos a que se dispunham de melhoria na qualidade de vida e redução da pobreza, porque se pautaram em estimular alguns setores, sem considerar suas interações e complementaridades. Em consequência deste fato, as políticas públicas passam a ter como alvo o reconhecimento da importância da

agricultura familiar e do acesso à terra como indispensáveis para enfrentar a raiz da pobreza e exclusão social no campo, estimulando uma nova compreensão do mundo rural, não mais reduzido às atividades agrícolas, mas dotado de complementaridades com o urbano, rico em diversidades e dimensões, numa perspectiva territorial.

Para tanto, uma preocupação latente é “estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais” (BRASIL, MDA, 2003, p.13). O que significaria a gestão social definida como uma maneira de gerir assuntos públicos, e para que ocorra de modo eficaz, deve se apoiar em sistemas descentralizados, baseados em forte participação, com maior fluidez e densidade de informação, estabelecimento de parcerias e de articulações em rede. Em resumo, com a idéia de gestão social pretende-se que os agentes sociais, a sociedade civil e o poder público estejam presentes em todos os momentos do processo, que vão desde a mobilização e a sensibilização daqueles que precisam ser envolvidos, até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas. Ou seja,

A gestão social diz respeito fundamentalmente a um processo político de tomada de decisões de forma compartilhada entre o Estado e a sociedade; um processo de empoderamento dos atores sociais e de ação-reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e habilidade coletiva de transformar a realidade (BRASIL, MDA/SDT, 2005b, p.7).

A concepção da política é viabilizar um programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, com uma abordagem territorial. O foco é o território, definido como

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidade e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, MDA, 2003, p.34).

E territórios rurais

são territórios, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais (ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural). Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (ibid, p.34).

Nesses espaços, mais ou menos delimitados, a idéia é fortalecer a participação dos atores sociais, que em um ambiente de descentralização política e administrativa, sejam capazes de, coletivamente, associar-se para planejar e demandar, de forma qualificada, políticas públicas, através de discussões, reflexões e de acordo com suas reais necessidades, reforçando-se os processos de empoderamento e resultando no fortalecimento do poder de decisão pelos grupos sociais desfavorecidos.

Em função do entendimento de que a escala municipal é muito restrita para impulsionar o desenvolvimento e a estadual é extremamente ampla para dar conta das especificidades, opta-se pelo território, que aglutina municípios com uma mesma identidade e passíveis de articulação e integração.

Dentro dessa lógica, o Governo Federal define os eixos orientadores da política de desenvolvimento territorial³:

- Adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potencialidades para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula de maneira integrada, as dimensões social, cultural, político-institucional, econômica e ambiental;
- Valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;

³ Série Documentos Institucionais n.2, maio 2005 – MDA/CONDRAF

- Adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios;
- Estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;
- Atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável, centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;
- Estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social;
- Priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando, preferencialmente, em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
- Incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial é responsável pela implantação destes princípios e tem duas linhas de trabalho:

- implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, que determina as diretrizes para o fortalecimento da gestão social e custeia financeiramente os projetos.
- fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados – formada pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, assim como pelas instâncias de gestão do desenvolvimento territorial.

A gestão social deve desencadear processos como a formação de redes sociais, com a intensificação da solidariedade, da cooperação, da confiança, da comunicação, da participação e da co-responsabilidade entre os atores, tornando o próprio território um ator coletivo do seu desenvolvimento (BRASIL, MDA/SDT, 2005b). Estas redes ainda devem colocar-se à disposição para apoiar processos de dinamização da economia dos territórios e da melhoria dos indicadores sociais e a criação de novas institucionalidades, novas regras do jogo, novos acordos, arranjos institucionais, consolidados no ambiente do Colegiado Territorial.

Para operacionalizar os princípios participativos e de abordagem territorial é imprescindível a realização de um pacto de concertação social, que começa a ganhar forma a partir do processo de mapeamento e identificação dos territórios rurais em cada Estado. A sua concretização se efetiva através de consulta à sociedade civil e às instâncias de governo. O processo se encaminha com a realização de reuniões, oficinas, debates, dentre outros, estimulados e apoiados pela SDT, que apontam os elementos de identidade de cada território, havendo a formação de Comissões de Instalação das Ações Territoriais – CIAT, em sua forma primária, depois se constituindo em Colegiados Territoriais, espaço mais complexo e representativo, responsável pela gestão social. Em alguns territórios foram reconhecidas as estruturas de fóruns, conselhos ou comitês já anteriormente constituídos. Em outros, a construção ainda se desenrola processualmente, inclusive, com territórios que apresentam modificações em sua composição.

A estratégia de atuação apontou um processo de revelação de Territórios Rurais a partir dos seguintes passos

- a) Caracterização geral dos territórios existentes usando dados secundários, geopolíticos e demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- b) Identificação de aglomerados municipais com características “urbanas” (20 territórios), “intermediárias” (80 territórios) e “rurais” (450 territórios) utilizando como critérios a densidade demográfica, as relações de dependência econômica e as modificações ambientais;
- c) Priorização a partir de parâmetros que materializam o foco de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário: concentração de agricultores familiares, concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária e concentração de famílias de trabalhadores rurais sem terra, mobilizados ou não e;
- d) Ordenamento para o diálogo e seleção nos Estados considerando a densidade e atividade do capital social, a convergência dos interesses institucionais públicos e das organizações sociais que têm atuação estadual, a existência de áreas prioritárias de ação do Governo Federal nos Estados e a incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional (DIAS et al., 2006, p.8)

Concomitantemente, a SDT diante da sua disponibilidade orçamentária, especificou como dotação um montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por ano, em média, para cada território apoiado, com o objetivo de promover ações de mobilização, gestão e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, além capacitação de agentes de desenvolvimento. Outra oferta é o aporte de, aproximadamente, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por território/ano, oriundo do Programa Nacional de Apoio a Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF, para aplicação em projetos territoriais como promotores das dinâmicas locais (DIAS et al., 2006). Inicialmente, foram selecionados pela SDT/MDA, oitenta territórios rurais no Brasil, como experiência piloto, e, atualmente, há um montante de cento e sessenta quatro territórios apoiados.

Com a formação/consolidação dos Colegiados Territoriais se dá a articulação entre os atores públicos e a sociedade civil em um novo espaço com o objetivo de definir os eixos aglutinadores do desenvolvimento, com princípios sustentáveis e endógenos, o que resulta na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, que deve explicitar as prioridades para o território, depois de ampla discussão.

A construção dos arranjos institucionais nos territórios, segundo publicação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, segue quatro passos básicos:

1º. Passo: Definição do foco sobre o qual se quer construir o arranjo.

- necessidade da construção da visão de futuro, o diagnóstico do território e a definição dos eixos de desenvolvimento, definição de forma clara o foco das diversas ações, programas e projetos para o desenvolvimento territorial rural sustentável e definição dos eixos aglutinadores de desenvolvimento.

2º. Passo: Leitura do quadro institucional local.

- listar os potenciais parceiros que poderão atuar no território de forma coordenada e cooperativa. Nesse elenco, entram iniciativas em nível municipal, estadual, regional e até nacional, que poderiam contribuir com o desenho. Implementação, monitoramento e a avaliação dos diversos programas e projetos em cada eixo de desenvolvimento que compõe o PTDRS.

3º. Passo: Diálogo com/entre os agentes.

- promover o diálogo e a negociação com eles(as) e entre eles(as), que deve se efetivar com base no foco das iniciativas e, também, com base nas potencialidades e limites de cada um.

4º. Passo: Operacionalização dos arranjos institucionais.

- os arranjos só se estruturam durante o processo de desenvolvimento. É aí que começa a haver as dificuldades de comunicação e que se explicitam as divergências entre atores; é nesse momento que a disputa e a competição podem minar as bases da confiança e da cooperação. Só irão valer e atingir o intento desejado se eles forem vistos como processos permanentes de concertação, diálogo e transparência.

O PRONAT assumiu em 2003 a execução do Programa Nacional de Apoio a Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais – PROINF, repassando recursos aos territórios apoiados pela SDT. Estes recursos são destinados pelo Orçamento Geral da União a investimentos em infra-estrutura e serviços públicos, no contexto de planos de desenvolvimento sustentável de territórios rurais, sendo executados através de convênios com a Caixa Econômica Federal, agente financeiro definido pelo MDA.

Na definição dos critérios para a escolha dos projetos a serem financiados com recursos da SDT/MDA, através do PROINF, leva-se em consideração os seguintes indicativos: tenham sido objeto de debate prévio no âmbito dos territórios, sejam fruto de articulação e diálogo entre os diferentes agentes, estejam referenciados numa visão de longo prazo, estritamente ligada ao PTDRS e mantenham uma relação de complementaridade com outras ações já em curso ou a serem iniciadas naquele território (DIAS et al., 2006).

O Programa disponibiliza um volume anual de recursos para cada território aplicar em projetos de infra-estrutura e serviços territoriais. A implementação dos projetos que compõem os planos territoriais se dá por intermédio das Prefeituras, Governos Estaduais, entidades e organizações não-governamentais. Ressaltando-se que para os projetos de investimento somente instituições públicas podem figurar como proponente. Estes projetos deverão estar necessariamente vinculados ao eixo aglutinador do plano territorial e seus projetos estruturantes, além de obedecer aos critérios adotados.

Percebe-se que na implementação desta política fica instituído um desafio que se situa na esfera pública não-estatal, que envolve a elaboração de novos formatos institucionais para possibilitar a co-gestão e a participação dos cidadãos e cidadãs nas decisões públicas. Trata-se de pensar em experimentos que estão deixando seu caráter de “alternativos” e passando a fazer parte da agenda governamental, buscando-se não apenas viabilizar ações, mas, também, conferir identidade aos envolvidos e interferir na compreensão política de sua condição, enfim, na criação de um projeto político.

Aqui, uma problemática aparece: não mais se discute o município isoladamente, mas o território, conjunto de municípios, onde vão se explicitar maiores conflitos de interesses e

maiores dificuldades para definição de demandas. Ressalte-se que, se as dificuldades da participação são relevantes no nível do local, estas dificuldades são significativamente ampliadas, quando se passa para o nível do território.

Os princípios definidos pela política de abordagem territorial implementada pelo MDA trazem um fato novo. Ao invés da sociedade civil organizada ir exigir a sua participação na definição de políticas públicas, como sempre ocorreu no contexto brasileiro, vemos aqui, o Estado, neste caso através de um Ministério, buscando esta parceria, oportunizando a criação de novas institucionalidades, no sentido de empoderar os atores sociais e públicos, para potencializar formas de desenvolvimento de acordo com as potencialidades locais.

Poderíamos até supor que deste modo estariam resolvidos os problemas dos municípios rurais e/ou territórios, que apresentam preocupantes índices de desigualdades e que se encontram a margem das políticas públicas, mas, colocar em prática estes princípios torna-se mais complicado, pois falamos de conflitos de interesses, falamos de relações que se estabelecem no mercado capitalista, falamos de populações com altos índices de analfabetismo, que não tem emprego e onde um grande contingente não tem cidadania e não tem voz.

Outra dificuldade expressa é a concretização das prioridades definidas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, dado a fragilidade institucional das entidades, em especial das prefeituras municipais.. Essa fragilidade é reconhecida pela própria Secretaria de Desenvolvimento Territorial quando menciona

[...] a fragilidade das estruturas políticas complementa o quadro de dificuldades, já que as milhares de administrações municipais seriam, idealmente, os principais vetores do desenvolvimento centralizado, mas a falta de capacidades, leia-se escasso capital humano e social, a baixa governabilidade e a insuficiência de recursos financeiros, impelem boa parte da gestão pública local para práticas rotineiras, quando não meramente assistencialista e de duvidosa transparência (BRASIL, MDA, 2003, p.19).

Cabem estudos mais aprofundados sobre as dinâmicas territoriais para se superar os obstáculos e criar estratégias que auxiliem o enfrentamento dos entraves. É necessário o envolvimento da população nas discussões e o estímulo à capacidade organizativa que passa por um processo educacional que aponte a importância da participação na determinação dos destinos das realidades locais.

3.3 – A TRAJETÓRIA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

De um modo geral, o histórico do processo de concepção, gestão e implementação de políticas públicas no Estado da Bahia não foge a regra brasileira, com políticas determinadas de cima para baixo, desarticuladas, isoladas operacionalmente, com viés setorial, enfocando ramos de atividades econômicas, que não estabelecem o debate e a participação popular, resultado, em sua grande maioria, de negociações, para beneficiar uma ou outra região de influência política de aliados do momento.

Ainda há de se considerar um agravante, o fato de apresentarem, comumente, o viés assistencialista, sem focar as raízes dos problemas e não possibilitarem a sustentabilidade de ações para a promoção do desenvolvimento.

Outro problema que há de ser explanado, é que essas políticas sempre privilegiaram setores mais atrativos da economia baiana, a exemplo das empresas nas áreas do perímetro de irrigação do Vale São Francisco, a Região Metropolitana de Salvador, o Oeste da Bahia (que nos últimos anos desponta como grande produtor de soja), a Região Cacaueira, que mesmo afetada pela praga da “vassoura de bruxa”, sempre conseguiu atrair o investimento público. O que motiva estes investimentos é a exagerada atenção dada a setores voltados para a demanda externa e de importância econômica, que ampliam a pauta de exportação, gerando divisas para o Estado.

O isolamento de outros espaços e a exclusão do circuito produtivo capitalista originou um perfil de municípios que vivem à margem do interesse público e privado. Uma vez que a iniciativa privada só está presente onde pode garantir o retorno ao seu investimento, esta espera do setor público a viabilização de infra-estrutura necessária e isenções de impostos. A experiência vem demonstrando que quando cessa a lucratividade ou benefícios fiscais, vai à procura de outros espaços. O setor público, até então, não tinha a preocupação em promover a integração destes outros espaços, com a possibilidade do desenvolvimento endógeno e sustentável, resumindo-se à oferta de incipientes serviços públicos.

Para Pedrão (2004), o atraso e a modernidade convivem na Bahia, com regiões industrializadas que respondem às necessidades capitalistas, com um dinamismo latente, e outras à margem, com altos índices de desigualdades. Cita Juazeiro, Barreiras, Rio Corrente, Lençóis e Extremo Sul como regiões mais dinâmicas, outras que perderam o dinamismo e/ou regrediram (a região cacaueira, a de Senhor do Bonfim, o Recôncavo e o Sudoeste) e a maioria das regiões do semi-árido, onde aparece a pobreza e a falta de formação de capital,

apesar de haver conhecimento empírico e de experiências de projetos de planejamento para a região, diz ainda

No panorama rural da Bahia convivem núcleos de transformação econômica com situações onde predominam o atraso técnico, a pobreza e a exclusão social, combinando-se a atualização de formas tradicionais de organização, tais como as grandes propriedades familiares, com novas modalidades de produção familiar. O atual quadro sócio-econômico reflete a acumulação desigual de uma variedade de processos que atingiram a esfera rural, vinculados a questões, tais como, a expansão de monoculturas ou as transformações no interior da própria sociedade rural, como as dos programas de produção e a organização da agropecuária (PEDRÃO, 2004, p.79).

A partir de 2003, com as diretrizes do Governo Federal e a adoção da Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, cria-se a possibilidade de se repensar o desenvolvimento das áreas rurais e da Bahia como um todo. Esse acontecimento, possivelmente, vai gerar um salto qualitativo na promoção de políticas públicas no Estado, onde, inclusive, os movimentos sociais vêem a possibilidade concreta de interferir na sua criação, implementação e gestão, a partir de um debate mais aberto com a sociedade e amplos setores.

Enfocando o desenvolvimento rural e a criação de estratégias para a resolução dos problemas do campo, com múltiplas dimensões, não só a econômica, foram identificados e escolhidos, inicialmente, na Bahia, cinco territórios para serem apoiados pela SDT dentre os oitenta no Brasil, foram eles: o Território do Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul (depois desmembrado em Baixo Sul e Litoral Sul), Velho Chico e Irecê.

Os critérios para a escolha denotaram a complexidade do processo, pois, dentre inúmeras áreas do Estado que necessitavam de apoio para a motivação e organização, apenas cinco poderiam ser contempladas, dado a limitação de recursos. Inicia-se a negociação e, após a consulta às principais entidades representativas de agricultores familiares e aos principais órgãos do Governo Federal, optou-se por esses territórios.

A homologação (reconhecimento) destes territórios frente à SDT foi realizada através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) no mês de setembro de 2003 e em novembro do mesmo ano, os recursos do PROINF foram aprovados para o Estado, além de convênios que foram firmados com a SDT, para que os Colegiados Territoriais recebessem e gerenciassem recursos com a finalidade de promover atividades de

mobilização e contratação de técnicos denominados de articuladores territoriais (DIAS et. al., 2006).

Os critérios e o processo de escolha dos cinco primeiros territórios que seriam apoiados pela SDT logo geraram descontentamentos e conflitos, já que outros territórios se consideraram desprestigiados e almejavam a ampliação desse número.

Dias et al. (2006) descrevem os caminhos que resultaram no processo de identificação e mapeamento dos Territórios de Identidade da Bahia, além da formação de uma organização de representação de todos os territórios da Bahia revelados: a Coordenação Estadual dos Territórios – CET. Foram três os eventos intitulados “Oficina Estadual de Construção de Estratégia para o Desenvolvimento Territorial”, dentre outras atividades, que tentaram impulsionar a implementação do desenvolvimento territorial.

Primeiramente, citam a realização de uma Oficina Estadual em julho de 2003 com o objetivo de avaliar o processo que estava acontecendo no Estado, constituindo-se um Grupo de Trabalho composto por órgãos públicos federais, entre eles a SDT e o INCRA, e estaduais, Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades - SECOMP e Coordenadoria de Recursos Ambientais - CRA, além de organizações sociais como a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais - ABONG, Pastoral Rural, Movimento de Organização Comunitária – MOC, Central de Associações do Litoral Norte – CEALNOR, entre outras, que tiveram como objetivo aprofundar as discussões sobre o mapeamento dos territórios, mobilização dos agentes-chave e a delimitação da territorialidade. Afirmam que outras instituições mostraram interesse em exercer o papel similar ao da SDT, ou seja, de apoiar o processo de organização e planejamento dos Territórios, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC.

Posteriormente, acontece uma segunda Oficina com o Grupo de Trabalho constituído, onde houve a articulação para a identificação e formatação de 23 territórios, baseado em vários critérios

- a) Mapa de atuação dos Consórcios de Segurança Alimentar - CONSADs;
- b) Regionais das várias Conferências e Consultas Públicas;
- c) Regiões Econômicas da Bahia;
- d) Pólos Sindicais;
- e) Regionalização estadual da administração da Educação (DIRECs);
- f) Regionalização estadual da administração de Saúde (DIREs);
- g) Regionalização estadual da administração da EBDA;
- h) Áreas de influência das Dioceses da Igreja Católica;

- i) Municípios de atuação das principais ONGs do Estado;
- j) Mapa das principais bacias hidrográficas do Estado;
- k) Concentração de assentamentos rurais e acampamento de famílias sem terra;
- l) Regiões de identidade por conta do principal segmento econômico;
- m) Territórios consolidados, emergentes e prioritários da pesquisa SEI/IICA/SAF 2002/2003 (DIAS et. al., 2006, p.10)

Oliveira Filho (2007) destaca que, entre a segunda e a terceira oficina, as discussões e entendimentos acerca da configuração dos territórios e a ampla participação de vários atores sociais e entidades que foram mobilizados e motivados a opinar e apresentar propostas de ajustes na conformação territorial, contribuíram para a construção de territórios aderentes à multifacetada realidade intra-estadual, conferindo um elevado grau de legitimidade à territorialização rural do Estado da Bahia.

Em uma terceira oficina, as discussões intensificaram-se em torno da idéia de pertencimento dos municípios a determinado território, sendo convocados dois representantes, eleitos em sessão plenária no próprio território, com o importante papel de expor o posicionamento dos municípios com relação a possíveis ajustes na composição dos Territórios. Neste momento, definiu-se o mapa territorial da Bahia composto por vinte e três territórios e a criação da Coordenação Estadual dos Territórios - CET.

Destaca-se que todo esse processo de revelação dos territórios da Bahia deu-se pela persistência das organizações sociais que buscaram, a despeito da complexidade da tarefa, através de consultas públicas, levantamentos e estudos, contando, para isso, com o apoio decisivo de algumas instituições públicas.

A CET, desde então, vem se consagrando enquanto instância política de representação do desenvolvimento de territórios no Estado e seus Colegiados Territoriais, sendo, inclusive, reconhecida pelas diversas instituições públicas. Atualmente, integrada por 02 (dois) representantes dos Colegiados Territoriais, originados de organizações da sociedade civil ou do poder público municipal, estadual e federal, além de outras representações de movimentos, organizações e instituições públicas de caráter estadual/nacional, tem como objetivos: apontar prioridades de atuação nos territórios, apoiar o reconhecimento e homologação da divisão territorial, elaborar materiais de apoio, acompanhar a elaboração e implementação de programas e projetos voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável e apoiar o fortalecimento de colegiados territoriais, enquanto espaços de representação dos territórios (www.territoriosdabahia.com.br, acesso em 10/05/2008).

Logo após a sua constituição, a CET implementou as seguintes estratégias de atuação:

Coordenou o processo de definição dos territórios rurais na Bahia;
Elaborou mapas;
Organizou, com parcerias, diversos seminários e oficinas;
Sistematizou uma metodologia para ser aplicada em apoio ao desenvolvimento territorial;
Construiu, em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), o Índice Rural Territorial (IRT), visando subsidiar a escolha dos territórios a serem apoiados, além de auxiliar na elaboração dos diagnósticos territoriais;
Levantou e organizou um documento com fontes de financiamento e políticas públicas a serem articuladas e utilizadas nos territórios;
Montou e publicou um Caderno Informativo com o mapa consolidado em 2004;
Ampliou e democratizou a discussão sobre a política de desenvolvimento territorial na Bahia (www.territoriosdabahia.com.br, acesso em 10/05/2008).

A proposição metodológica da CET é fundamentada nas referências para o desenvolvimento territorial propostas pela SDT que contempla o planejamento participativo composto dos seguintes elementos: um diagnóstico, a definição da visão de futuro, a explicitação de objetivos, diretrizes e estratégias, a montagem e articulação de programas e projetos e a constituição de uma agenda de ações (DIAS et. al., 2006).

Segundo Oliveira Filho (2007), a CET sistematizou a metodologia de referência para o desenvolvimento territorial rural com a composição de duas linhas estratégicas de ação: a linha política – que representa a ação-meio para o alcance do desenvolvimento territorial - e a linha técnica – que representa as ações finalísticas voltadas para o desenvolvimento do território.

Afirma que essa linha política prevê ações voltadas para a articulação e o entendimento das instituições locais e outras instituições externas ao território em torno de objetivos – geração de emprego e renda, melhor convivência com o semi-árido, fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar - e métodos (participativos, socialmente justos, ambientalmente equilibrados e economicamente sustentáveis). Tem-se uma concertação institucional, com a formação de um Colegiado Territorial (Fórum, Conselho ou outra denominação conforme realidade local) para cada território, responsável pela gestão política do desenvolvimento do território, a definição de tarefas e responsabilidades para as instituições envolvidas, articulação de recursos e políticas públicas para financiar as tarefas consubstanciadas no PTDRS.

A linha técnica prevê o estímulo a diversos processos: diagnósticos participativos, nas comunidades e municípios e diagnósticos feitos a partir de tabulações especiais de dados secundários, capacitação de pessoas, elaboração, implementação e acompanhamento de projetos pilotos que possam ser replicados a partir de decisões tomadas, a identificação e a

caracterização das experiências locais ou intermunicipais (projetos produtivos, culturais e sociais em execução) existentes em cada território, projetos intermunicipais, classificados em ordem de prioridade para que possam ser fomentados e ampliados com o apoio das instituições que integram o Colegiado.

Fica evidente que a concepção de território implica relações de conflito, de interesses, enfim, de poder. Como já explicitado na concepção de Haesbaert (2007), devido à interação entre múltiplas dimensões sociais e a necessidade discussão do ordenamento territorial, o Estado é incipiente para dar conta das complexidades. Entidades estatais são impossibilitadas de terem conhecimento das realidades específicas de tantos municípios, portanto, é necessário dar voz à sociedade civil organizada para que através da sua capacidade organizativa possam atuar no sentido de contrapor forças atuantes e buscarem o que acreditam. E foi o que se consolidou na Bahia, no momento da definição do apoio pela SDT para uma quantidade inicial de territórios, a reação foi o fortalecimento organizativo.

Na definição dos territórios, o Estado foi dividido segundo suas características particulares, que incluem a cultura local, aspectos sociais, econômicos, necessidades, a identidade, as relações de pertencimento e, também, aspectos geográficos. Configura-se uma divisão de acordo com todas essas características, possibilitando uma melhor dinâmica das políticas públicas e maior eficiência no desenvolvimento local. Por outro lado, a divisão não foi definitiva, fenômeno natural do processo, pois houve algumas incompatibilidades relativas à inserção de certos municípios neste ou naquele território, possibilitando a construção de novas territorialidades. A dinâmica territorial propicia que, ainda hoje, sejam possíveis alterações, desde que as mesmas sejam discutidas na base territorial, entre as representações dos municípios integrantes do território.

Dentre os critérios citados anteriormente para identificação e mapeamento dos Territórios, Oliveira Filho (2007) lista: os estudos e trabalhos de territorialização, realizados anteriormente, inclusive os trabalhos que foram relatados na publicação “Análise Territorial da Bahia Rural”, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia em 2004, a existência de experiências exitosas resultantes de processos organizativos e produtivos de caráter agroecológico, as perspectivas de ampliação da abrangência das experiências consolidadas, a concentração de agricultura familiar, a existência de categorias sociais fragilizadas (assentamentos da reforma agrária, acampados, quilombolas, ribeirinhos e outras), os indicadores sociais dos municípios, a caracterização dos agroecossistemas e as identidades cultural e social das comunidades presentes aos municípios.

Outro instrumento criado no processo de revelação dos territórios foi o Índice Rural Territorial, cuja construção contou com o apoio da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, com a seguinte definição

O Índice Rural Territorial será resultante da média geométrica dos índices: IDS, que representa o grau de desenvolvimento social dos municípios baianos; IAF Índice de Agricultores Familiares, que representa o número de estabelecimentos definidos pelo projeto FAO/INCRA; IFA's Índice de Famílias Assentadas, que representa o número de famílias assentadas no município; IFA Índice de Famílias Acampadas, que representa o número de famílias acampadas no município; GINI, que representa o grau de concentração de terra nos territórios baianos; IOS Índice de Organização Social, que representa as informações sobre o grau de organização e mobilização da sociedade civil e do poder público; IBA Índice de Base Física e Ambiental, que representa informações sobre limites climáticos e degradação ambiental, IRS Índice de Reparos Sociais, que representa informações sobre ameaças a agricultura familiar, trabalho escravo e dificuldades de comercialização e beneficiamento (SEI, 2005, p. 7).

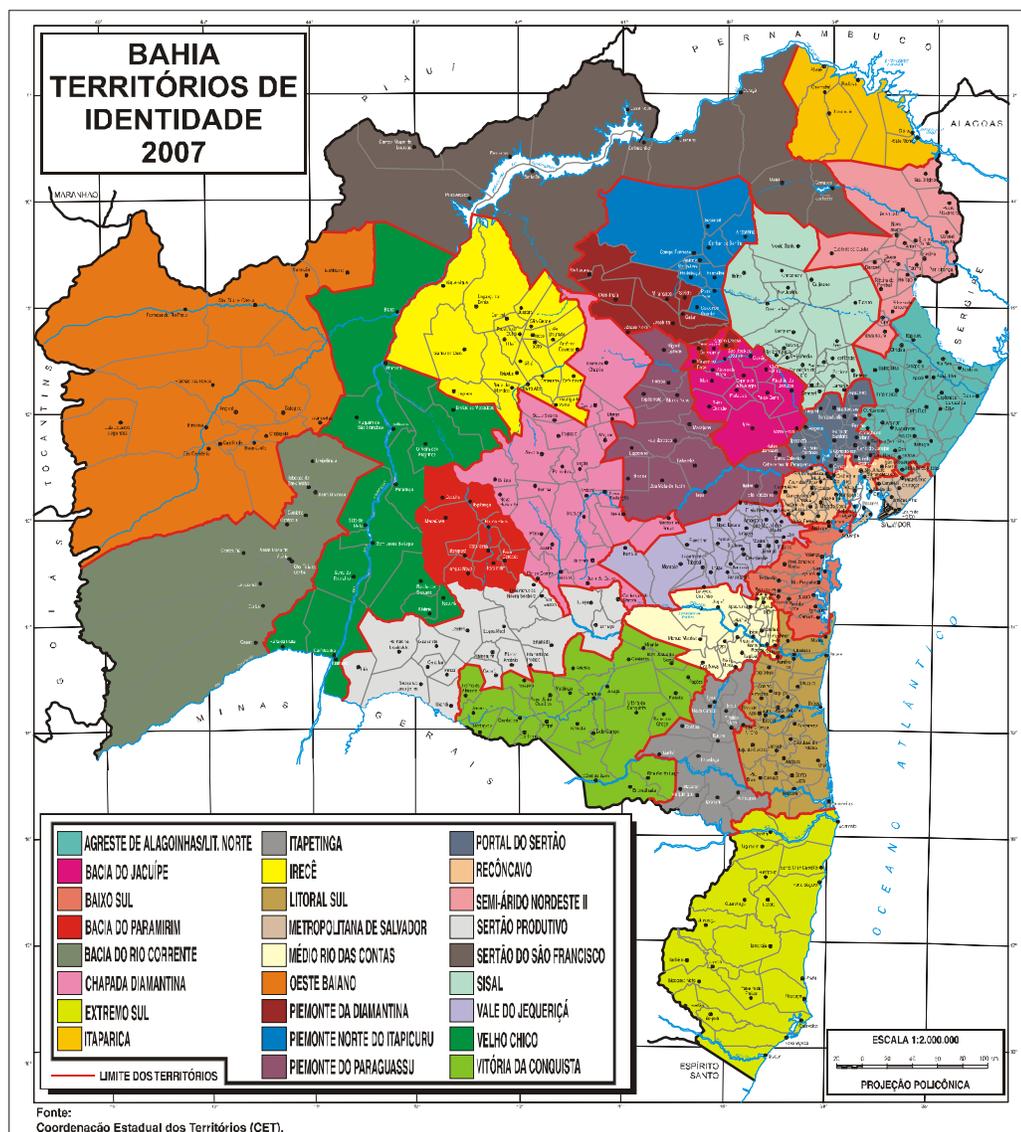
Este índice resultou num processo de hierarquização dos territórios, buscando-se com isso, a priorização daqueles com menor dinamismo econômico e social, colocando-se como preferenciais para a implementação de políticas públicas e fortalecimento da instância de gestão social.

A partir de outras oficinas e novas articulações revelaram-se mais três territórios definindo uma composição atual de 26 (vinte e seis) territórios conforme Mapa (Figura 1) a seguir. Dentre estes, 13 (treze) tem o processo de planejamento e gestão apoiados pela SDT/MDA, são eles: Bacia do Jacuípe, Bacia do Rio Corrente, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Sisal, Irecê, Piemonte do Paraguaçu, Litoral Sul, Velho Chico, Sertão Produtivo, Sertão do São Francisco, Semi-árido Nordeste II e Itaparica, este último composto, também, por municípios do Estado de Pernambuco.

Com a mudança do Governo Estadual, em 2007, este reconhece e adota os Territórios de Identidade como unidade de planejamento de políticas públicas. Através da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, com a articulação das entidades do movimento social e atores públicos, passa a incorporar no processo de planejamento do Estado o atual recorte territorial. Prova disso, foi o amplo processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA (2008-2011), através de plenárias realizadas nos territórios de identidade e a ampliação do diálogo das diversas secretarias de governo e empresas públicas com os Colegiados Territoriais e seus planos de desenvolvimento.

Este reconhecimento resultou, inclusive, na determinação de apoio técnico e financeiro, com início previsto para o ano de 2009, ao processo de planejamento e gestão de todos os 26 (vinte e seis) Colegiados Territoriais, com especial atenção aos territórios que não vinham recebendo recursos com esta finalidade, são eles: Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jiquiriçá, Médio Rio das Contas, Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte, Bacia do Paramirim, Vitória da Conquista, Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Portal do Sertão e Recôncavo.

FIGURA 1
MAPA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA



Com a configuração da dinâmica dos Territórios de Identidade da Bahia se constata que as articulações são inúmeras e que dar conta da realidade exige o aprofundamento não só teórico, mas, também, prático a partir do estudo das experiências e suas especificidades.

Percebe-se que há uma relação conflituosa entre o recorte territorial, cuja identidade é o critério principal, e o recorte político-administrativo ainda em vigência na Bahia, como por exemplo, as Diretorias Regionais de Saúde, de Educação, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, cuja área de abrangência é dada, essencialmente, de acordo com a orientação geográfica. Além disso, percebe-se lentidão e resistências no processo de reconhecimento e diálogo das diversas instituições públicas com os Colegiados Territoriais para a tomada de decisão e implementação das políticas.

Insta ressaltar que, para haver os resultados esperados destas institucionalidades que estão surgindo nos territórios, como já destacamos, vai demandar uma transformação nas relações sociais e estas necessitam de tempo, já que por decreto não se modifica uma sociedade. A semente está lançada, os territórios possuem níveis de organização diferenciados, uns com maior capacidade organizativa que outros, mas os resultados de sucesso são tomados como modelo o que impulsiona a busca pela qualidade das políticas públicas.

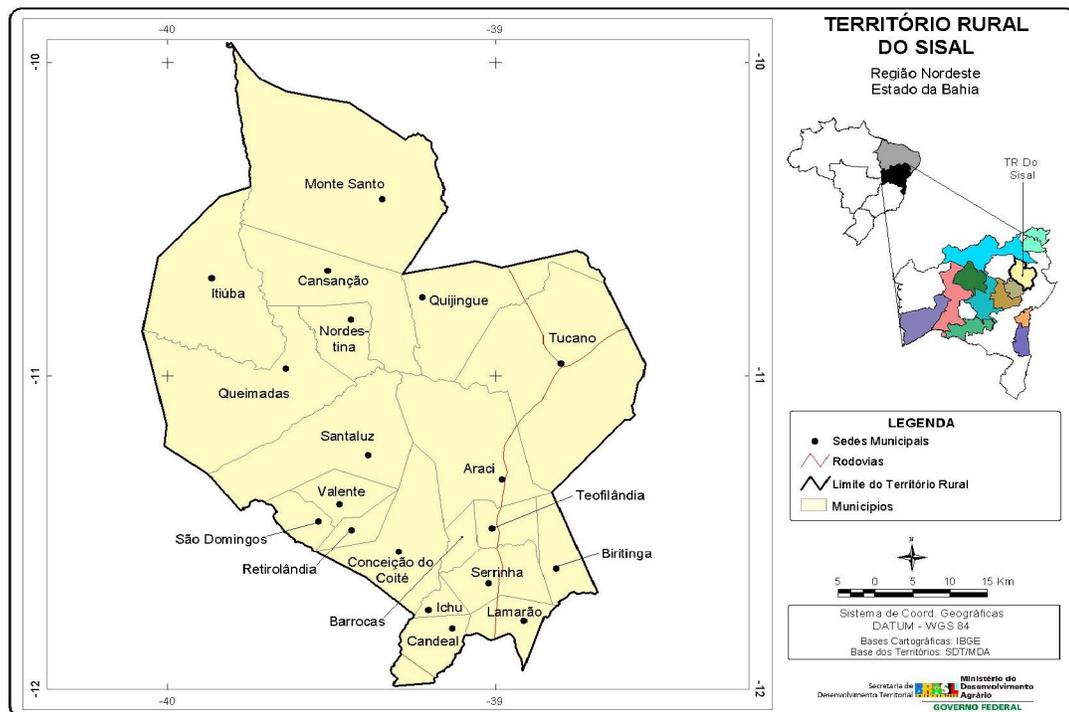
Nos capítulos seguintes analisamos o processo de identificação do Território do Sisal, descrevendo as suas características geográficas, socioeconômicas, o histórico de sua organização social, que é relevante na luta pela superação das adversidades do Semi-árido, e a formação e consolidação do Conselho Territorial, o CODES Sisal, responsável pela articulação do poder público e da sociedade civil para a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas.

4- O TERRITÓRIO DO SISAL

4.1 - TECENDO O TERRITÓRIO

O Território do Sisal está localizado no semi-árido baiano, termo aplicado aos amplos espaços do sertão nordestino nos quais predominam médias pluviométricas anuais inferiores a 800 mm, que dificultam em muito e, até impedem, a regularidade das atividades agropecuárias. O regime pluviométrico caracteriza-se por precipitações irregulares no decorrer dos meses e dos anos, ocorrendo desta forma períodos cíclicos e freqüentes de seca (SOUZA et al, 2002). O Território está composto por vinte municípios que expressam uma identidade histórica e sócio-cultural, são eles: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansaçção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

FIGURA 2
MAPA DO TERRITÓRIO DO SISAL



FONTE: SIT. Disponível em: <<http://serv-sdt-1.mda.gov.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2008

A região apresenta uma vegetação diversificada, formada por plantas resistentes ao clima seco e árido. As condições edafoclimáticas aliadas à histórica concentração da

propriedade fundiária e à falta de investimentos, tanto na atividade agrícola como em outros setores que dinamizem a economia, resultam em baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, difíceis condições de vida, emprego de mão-de-obra infantil e esforço de toda a família para a sobrevivência.

O processo de ocupação do território esteve vinculado à pecuária extensiva fazendo da criação de gado bovino sua alavanca de ocupação econômica e frente expansionista principal e, ainda hoje, é uma atividade representativa para a economia da região (NASCIMENTO, 2003). Posteriormente, já no século XX, o sisal torna-se importante no dinamismo e consolidação dos pequenos municípios.

A estrutura agrária da maioria dos municípios é concentrada, o que se manifesta na coexistência dentro de uma mesma área de pequenas e grandes propriedades, acarretando a distribuição desigual dos benefícios dela extraídos. O predomínio da pequena propriedade, com menos de cinquenta hectares, faz com que a mão-de-obra familiar seja o principal componente do perfil da força de trabalho no Território, tendo sob o seu encargo a realização de maior parte das tarefas produtivas, responsável pela auto-sustentação da família, constituindo-se, assim, na principal alternativa de reprodução econômica. Para Paixão (2005)

(...) a economia familiar tem sido, para o campo (mas não só), apontada como uma das grandes oportunidades de inclusão dos produtores familiares de recursos escassos, sobretudo os mais humildes, na periferia do processo de exclusão social, agregando as noções de diversidade, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, cidadania e participação (PAIXÃO, 2005, p. 33).

Não foge a regra no Território o histórico do Brasil que desde a promulgação da Lei de Terras de 1850 estabelecia a compra como única forma de acesso à terra e excluía grande parcela da sociedade da sua obtenção. Essa lei marcou a formação da desigualdade na estrutura fundiária impedindo que escravos libertos, pequenos proprietários e meeiros tivessem a possibilidade de apossar-se de terras pertencentes ao Estado e ali se fixassem procedendo à sobrevivência. A Lei de Terras se estabeleceu para permitir a quem tivesse riqueza adquirir mais e mais terras. Butto e Hora (2008) destacam

[...] Com os preços elevados das terras e os baixos salários ofertados, o campesinato brasileiro que se formava, os negros libertos e os trabalhadores rurais tiveram poucas condições de acesso legal à terra. Prevaleceu, assim, diversas formas de apossamento,

na maioria das vezes, reproduzindo situação de subordinação e opressão do/a pequeno/a produtor/a e sua família (BUTTO e HORA, 2008, p.23).

Dentro dessa lógica o que se percebe no Território é a presença marcante desses pequenos agricultores familiares, que pelas dificuldades decorrentes da convivência com a seca e a falta de investimentos, sempre estiveram mais propícios à subordinação e à opressão dos grandes proprietários de terras, que em regra detinham, também, o poder político. Cabendo-lhes apenas oferecer a sua mão-de-obra como trabalhadores rurais, submetendo-se ao trabalho árduo do sisal sem a proteção necessária e mais suscetíveis a trocas de favores. A mulher sertaneja tendo dificuldades ainda maiores, cumprindo a sua trajetória de arcar com todo o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos na invisibilidade do seu trabalho “improdutivo” e, ainda, presente no cultivo e na lida com os rebanhos.

A tabela a seguir mostra a discrepância com relação à propriedade da terra. Se somarmos o número de estabelecimentos com menos de 2 hectares até 50 ha, encontramos um percentual correspondente a 93% do total de estabelecimentos do Território, que ocupam apenas 36,29% da área.

TABELA 1

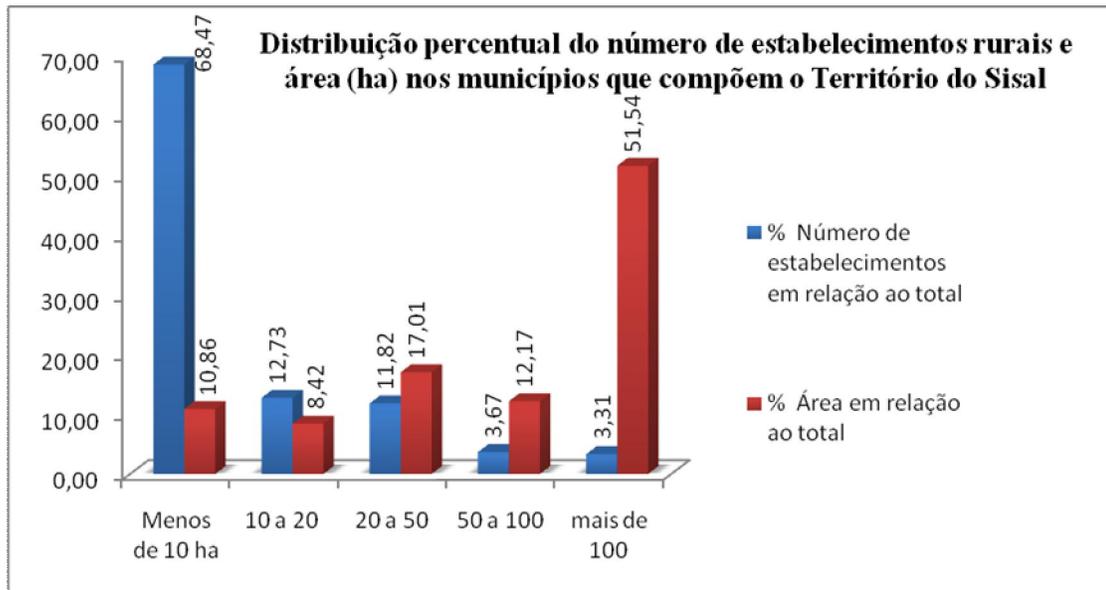
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E ÁREA NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO DO SISAL – ANO 1996

Tamanho dos Estabelecimentos (ha)	Número de Estabelecimentos	% Em relação ao total	Área (ha)	%
Menos de 10	45.333	68,47	154.269	10,86
10 a 20	8.426	12,73	119.579	8,42
20 a 50	7.827	11,82	241.645	17,01
50 a 100	2.427	3,67	172.954	12,17
mais de 100	2.194	3,31	732.260	51,54
Total	66.207	100,00	1.420.707	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

No Gráfico (Figura 3) pode ser facilmente visualizada a desigualdade em termos da posse da terra:

FIGURA 3



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996
 Elaboração: Solange Lima da Silva

Diante da estrutura fundiária, a agricultura familiar constitui o meio de subsistência predominante da população rural, fixa o agricultor ao campo impedindo o êxodo rural e possibilita estratégias de sobrevivência, resistindo às condições adversas: pressões políticas, produção em grande escala, aridez do clima, escassez de água, insuficiência de renda, baixa escolaridade, falta de infra-estrutura física e social básica (PORTUGAL, 2003).

As observações da densidade demográfica e da população dos municípios revelam a permanência das características rurais (Tabela 2). Partindo de estimativas do Censo Demográfico IBGE (2007), o município com maior população é o de Serrinha com 71.035 habitantes e com maior densidade demográfica de 87,84 hab/km², o menor em população é Ichu com apenas 5.847 habitantes e com menor densidade demográfica Queimadas com 12,81 hab/km². Todos possuem densidade abaixo de 150 hab/km², que para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE pode revelar o caráter rural. A densidade demográfica média do Território é de 26,74 hab/km² maior do que a densidade média do Estado é de 24,93 hab/km².

Para Veiga (2004) deve-se levar em consideração, também, o relacionamento e intercâmbio que os municípios possam manter com centros urbanos e com relação à disponibilidade de produtos e serviços. No caso do Território do Sisal, constata-se o isolamento desses municípios em relação aos grandes centros urbanos e ao acesso de bens e serviços.

TABELA 2**ESTIMATIVA POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO RURAL E URBANA, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL – ANO 2007**

Municípios	População	População Rural	%	População Urbana	%	Área Km²	Densidade Demográfica
Araci	51.799	33.569	64,80	18.230	35,20	1.576,3	32,86
Barrocas	13.160	8.967	68,13	4.193	31,87	188	70
Biritinga	13.867	10.797	77,86	3.070	22,14	5.94,7	23,32
Candeal	9.011	5.451	60,49	3.560	39,50	456,2	19,75
Cansação	32.670	22.038	67,45	10.632	32,54	1.324,9	24,66
Conceição do Coité	60.742	27.139	44,67	33.603	55,32	1.090,5	55,7
Ichu	5.847	2.737	46,81	3.110	53,18	128,5	45,5
Itiúba	35.594	26.146	73,45	9.448	26,55	1.737,8	20,48
Lamarão	11.947	10.033	83,97	1.914	16,02	283,2	42,19
Monte Santo	52.100	43.898	84,25	8.202	15,74	3.298,4	15,8
Nordestina	12.101	8.525	70,44	3.576	29,55	472,8	25,59
Queimadas	26.968	13.997	46,70	12.971	53,29	2.105,9	12,81
Quijingue	27.022	20.817	77,03	6.205	22,96	1.276,2	21,17
Retirolândia	11.922	5.547	46,52	6.375	53,47	204,5	58,3
Santaluz	33.309	13.037	39,13	20.272	60,86	1.603,6	20,77
São Domingos	8.798	4.309	48,97	4.489	51,02	252,1	34,9
Serrinha	71.035	27.011	38,02	44.024	61,97	808,7	87,84
Teofilândia	20.651	14.565	70,52	6.086	29,47	266,9	77,37
Tucano	48.588	28.912	59,50	19.676	40,49	3.214,8	15,11
Valente	21.469	9.985	46,50	11.484	53,49	372,5	57,63
TOTAL	568.600	337.480	59,35	231.120	40,64	21.256,5	26,74

Fonte: MDA/SIT, 2007. IBGE, Resultados Preliminares, 2007.

Com aproximadamente 60% da população total rural, lembrando ainda, que os critérios do IBGE consideram como meio urbano todas as sedes dos municípios (cidades) e distritos (vilas), independente do seu tamanho e da ocupação da população, subestimando com isso a população rural, como evidenciado por Veiga (2001), apresenta indicativos para as políticas públicas da necessária atenção à agricultura familiar e a ruralidade, como estratégia para a dinamização do Território.

A Tabela a seguir evidencia alguns dados do Território do Sisal em comparação ao do Estado da Bahia. A população rural do Território corresponde a 8,10% da população rural do Estado, a população total representa 4,23% e ocupa apenas 3,72% da superfície, o número de agricultores familiares é representativo figurando em 10,33% do segmento no Estado, há 2.344 famílias assentadas, uma comunidade indígena e uma quilombola legalmente reconhecidas. Esses dados indicam a importância da agricultura familiar no Território e no Estado da Bahia.

A condição dos municípios em termos econômicos apresenta um quantitativo de seis municípios classificados como de baixa renda, com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo e 14 municípios estagnados, caracterizado com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico, e nenhum se apresenta como dinâmico ou de alta renda.

TABELA 3**SÍNTESE DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA E TERRITÓRIO DO SISAL – ANO 2000**

	Bahia	Território do Sisal – BA	(%)
Municípios	417	20	4,80
Área	571.502,30	21.256,50	3,72
População	13.070.250	552.713	4,23
População Rural	4.297.902	348.222	8,10
Pescadores	36.851	413	1,12
Agricultores Familiares	623.130	64.350	10,33
Famílias Assentadas	38.429	2.344	6,10
Quilombolas	254	1	0,39
Terras Indígenas	21	1	4,76
Número de Municípios Alta Renda(*)	10	0	0,00
Número de Municípios Baixa Renda(*)	46	6	13,04
Número de Municípios Dinâmicos(*)	76	0	0,00
Número de Municípios Estagnados(*)	285	14	4,91

Alta Renda: alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado; **Dinâmicos:** rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa; **Estagnados:** rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico; **Baixa Renda:** baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo.

Área: km²

Fonte de Dados: Ministério da Integração Nacional, 2005. Censo IBGE, 2000.

As condições sociais da população do Território do Sisal são extremamente difíceis, excluída por longo tempo dos investimentos públicos, uma vez que esse privilégio sempre recaiu em regiões com altos índices de produtividade agrícola ou áreas de crescimento industrial, apresenta altos índices de analfabetismo e desemprego. Com o agravante de clientelismo e assistencialismo pelos gestores públicos municipais que alimenta a subordinação e miserabilidade como forma de manutenção do *status quo* e troca de favores.

A área educacional apresenta vários problemas: estrutura física das escolas deteriorada, baixos salários pagos aos professores, a falta de qualificação técnica, o ensino desfocado da realidade, principalmente, nas escolas das zonas rurais, resultando em indicadores alarmantes referentes à educação. Mesmo entre os mais jovens de 10 a 15 anos, em alguns municípios como Araci, Biritinga, Lamarão e Monte Santo a taxa de analfabetismo ultrapassa a porcentagem de vinte por cento e referente à população de 15 anos ou mais, destacam-se Araci, Monte Santo e Quijingue, que chega a transpor quarenta por cento de analfabetos (Tabela 4).

Mesmo com estas condições, percebemos que entre os mais jovens há uma tendência de diminuição na taxa de analfabetismo se compararmos com a população de maior idade.

TABELA 4

TAXA DE ANALFABETISMO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL - ANO 2000

Municípios	População de 10 a 15 anos	População de 15 ou mais
Araci	30,7	44,3
Barrocas	-	-
Biritinga	20,1	36,2
Candeal	14,1	31,9
Cansanção	21,7	39,7
Conceição do Coité	11,7	27,9
Ichu	11,8	20,4
Itiúba	17,2	31,8
Lamarão	26,1	35,1
Monte Santo	26,4	44,2
Nordestina	11,0	38,3
Queimadas	9,8	30,2
Quijingue	17,5	44,5
Retirolândia	7,0	28,2
Santaluz	9,4	32,2
São Domingos	2,9	25,3
Serrinha	19,1	24,4
Teofilândia	16,7	33,9
Tucano	17,7	39,0
Valente	5,8	25,6

Fonte: IBGE, 2000.

Considerando o índice de desenvolvimento humano criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), variando de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total), os municípios do Território do Sisal, conforme Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), possuem índices que refletem a falta de investimento público na educação e a dificuldade de dinamização das atividades produtivas. Por definição países, estados ou municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e com IDH maior que 0,800 tem alto desenvolvimento humano.

Apesar das limitações do IDH, já que não apresenta outras variáveis importantes, como a degradação ambiental e não possibilita a análise de categorias específicas, uma vez que os dados aparecem agregados, constitui-se em um avanço com relação ao exame da renda

per capita, que leva em conta apenas a média das rendas dos indivíduos, obscurecendo as desigualdades. Analisando os números apresentados, conforme a Tabela a seguir, pelos municípios do Território percebe-se o distanciamento da qualidade de vida desejada em todos os aspectos considerados, sendo que o índice de renda está ainda mais defasado.

TABELA 5
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL - ANO 2000

Municípios	IDHM	IDHM-Educação	IDHM-Longevidade	IDHM-Renda
Araci	0,56	0,61	0,60	0,45
Barrocas	0,00	0,00	0,00	0,00
Biringa	0,60	0,68	0,60	0,50
Candeal	0,61	0,71	0,63	0,49
Cansação	0,54	0,65	0,52	0,45
Coité	0,61	0,75	0,55	0,53
Ichu	0,68	0,83	0,66	0,54
Itiúba	0,57	0,73	0,52	0,48
Lamarão	0,61	0,67	0,66	0,50
Monte Santo	0,53	0,60	0,59	0,42
Nordestina	0,55	0,68	0,52	0,45
Queimadas	0,61	0,75	0,59	0,51
Quijingue	0,53	0,61	0,52	0,44
Retirolândia	0,63	0,77	0,56	0,55
Santaluz	0,65	0,73	0,64	0,57
Serrinha	0,66	0,76	0,66	0,55
São Domingos	0,62	0,75	0,60	0,52
Teofilândia	0,61	0,68	0,63	0,52
Tucano	0,58	0,67	0,59	0,49
Valente	0,66	0,76	0,66	0,56

Fonte: ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Em termos da importância das transferências governamentais, a Tabela 6 a seguir demonstra a importância das rendas geradas pelo Programa Bolsa Família – PBF. Percebe-se que do ano de 2005 para 2006 há um crescimento significativo no número de famílias inseridas no Programa, que logo após se estabiliza, e em 2007 há a transferência um montante de R\$ 73.760.597,00 para 81.944 famílias. O ingresso de famílias no PBF é condicionado, atualmente, ao atendimento às regras gerais de habilitação – as famílias devem ter renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa e estar devidamente registradas no Cadastro Único para Programas Sociais – e às regras específicas – existência de crianças e adolescentes até 17 anos.

Os valores pagos pelo PBF em dezembro de 2008 variam de R\$20,00 (vinte reais) a R\$182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. A família se compromete a cumprir as condicionalidades do Programa nas áreas de saúde e educação, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação (www.mds.gov.br/bolsafamilia, acesso em 01/10/2008).

Com os valores repassados pelo PBF estimam-se efeitos multiplicadores no mercado interno, com a possibilidade de dinamizar o comércio local, gerar emprego, reduzir o trabalho infantil e melhorar as condições de vida no campo. Contudo, há uma limitação com relação à capacidade de reduzir a desigualdade social.

TABELA 6

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – NÚMERO DE FAMÍLIAS E VALORES PAGOS - MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL /ANOS: 2005, 2006, 2007

Município	Número de Famílias 2005	Valor Total 2005	Número de Famílias 2006	Valor Total 2006	Número de Famílias 2007	Valor Total 2007
Araci	5.226	3.795.340,00	7.185	5.802.569,00	7.163	6.924.759,00
Barrocas	1.220	953.147,00	1.564	1.138.905,00	1.503	1.340.357,00
Biritinga	1.913	1.366.480,00	2.189	1.817.556,00	2.153	2.004.431,00
Candeal	458	294.714,00	1.389	796.263,00	1.380	1.154.523,00
Cansanção	4.927	3.276.773,00	5.733	4.636.865,00	5.700	5.244.683,00
Conceição do Coité	7.435	4.550.752,00	9.165	6.760.161,00	8.965	8.147.498,00
Ichu	528	358.265,00	790	515.235,00	796	666.606,00
Itiúba	3.445	2.625.256,00	4.608	3.476.045,00	5.163	4.514.821,00
Lamarão	698	520.443,00	1.050	836.571,00	1.023	988.241,00
Monte Santo	7.493	5.309.162,00	7.885	6.237.475,00	8.690	7.602.425,00
Nordestina	1.109	926.702,00	1.456	1.171.786,00	1.468	1.366.721,00
Queimadas	3.302	2.247.151,00	3.730	2.840.936,00	3.592	3.241.332,00
Quijingue	3.846	3.020.529,00	4.409	3.633.986,00	4.308	4.044.037,00
Retirolândia	1.538	1.047.346,00	2.009	1.393.744,00	1.992	1.642.998,00
Santaluz	2.983	2.301.192,00	4.900	3.294.747,00	4.882	4.215.354,00
São Domingos	893	527.231,00	1.365	827.435,00	1.270	1.072.699,00
Serrinha	6.461	5.157.911,00	8.728	6.425.353,00	8.389	7.494.721,00
Teofilândia	2.236	1.417.142,00	3.116	2.309.462,00	3.109	2.848.285,00
Tucano	5.386	4.461.770,00	7.933	5.780.224,00	7.698	6.954.713,00
Valente	2.051	1.506.335,00	2.641	1.857.287,00	2.700	2.291.393,00
Total	63.148	45.663.641,00	81.845	61.552.605,00	81.944	73.760.597,00

Fonte: Matriz de Informação Social, MDS, 2007.

Cabe ressaltar, que considerando a estimativa do número de famílias pobres no Território em 2004, conceituada como a situação da população que vive com rendimentos abaixo de ½ salário, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e comparando a quantidade de famílias que perceberam valores do PBF no ano de 2005 constata-se que o Programa consegue atender uma parcela significativa dessas famílias. A Tabela 7 a seguir expressa a necessidade das políticas públicas que garantam dignidade a esse contingente, uma vez que somam no Território 73.452 famílias vivendo com rendimentos abaixo de meio salário mínimo, além de desenvolver estratégias que venham a dinamizar a economia com o fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e industrial e estímulos ao setor de comércio e serviços.

TABELA 7**ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS POBRES – MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL/ANO 2004**

Municípios	Estimativa Famílias Pobres - (IPEA 2004)
Araci	6371,42
Barrocas	1356,65
Biritinga	1883,26
Candeal	1418,55
Cansação	4961,32
Conceição do Coité	7208,7
Ichu	716,06
Itiúba	5060,66
Lamarão	907,5
Monte Santo	8588,88
Nordestina	1474,04
Queimadas	3262,08
Quijingue	3727,71
Retirolândia	1535,29
Santaluz	3860,99
São Domingos	1230,44
Serrinha	7910,11
Teofilândia	2441,36
Tucano	6890,88
Valente	2646,99
TOTAL	73.452,89

Fonte: Matriz de Informação Social, MDS, 2004.

Percebe-se com a estruturação do PIB que o valor adicionado por serviços supera e muito os valores adicionados pela indústria e a agricultura, retratando a necessidade do investimento nestes outros setores.

TABELA 8**PRODUTO INTERNO BRUTO - MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL/MIL REAIS - ANO 2005**

Municípios	Valor adicionado na agricultura	Valor adicionado na indústria	Valor adicionado serviços	Impostos	PIB a preço de mercado corrente
Araci	17.965	9.893	64.940	2.901	95.700
Barrocas	4.117	14.576	18.208	2.482	39.383
Biringinga	4.404	6.342	20.596	1.901	33.243
Candeal	2.290	2.062	13.941	21.565	39.858
Cansanção	13.038	7.181	46.776	3.443	70.438
Conceição do Coité	18.279	46.613	127.936	17.174	210.003
Ichu	2.463	1.164	8.238	401	12.266
Itiúba	8.578	7.372	47.963	2.483	66.397
Lamarão	1.794	1.706	10.480	323	14.303
Monte Santo	13.008	11.243	74.363	3.309	101.923
Nordestina	3.467	2.638	16.971	928	24.005
Queimadas	7.975	5.948	37.810	2.660	54.392
Quijingue	14.627	5.892	36.472	1.645	58.365
Retirolândia	7.000	4.078	20.976	1.751	33.805
Santaluz	11.774	7.994	54.436	3.998	78.201
São Domingos	7.533	2.076	13.016	880	23.506
Serrinha	10.981	45.164	167.273	21.046	244.463
Teofilândia	4.581	8.530	30.412	2.110	45.633
Tucano	24.500	12.362	83.271	4.991	125.124
Valente	13.360	16.402	42.236	4.739	76.737
Total	191.734	219.236	936.314	100.730	1.447.745

Fonte: IBGE, 2005

O desenvolvimento de várias atividades remuneradas é uma estratégia utilizada por alguns agricultores/as para não perder a vinculação com a terra. Como a reprodução familiar é constantemente ameaçada utilizam a renda gerada por essas atividades caracterizadas, muitas vezes, por atividades não-agrícolas para manter o investimento produtivo na terra. O trabalho doméstico remunerado é relevante para as mulheres, principalmente, as jovens, que são obrigadas a deslocarem-se para a cidade, e para os homens a opção é vender a força de trabalho em outras propriedades.

Com considerável importância para o Território, a cultura agrícola do sisal é responsável pela inserção e permanência da mão-de-obra no campo, apesar das precárias

condições presentes em todo o seu processo produtivo, a incipiente renda dos trabalhadores e o desrespeito às leis trabalhistas. No cenário agrícola nacional, não tem grande importância, porém, é uma cultura vital em muitos locais do semi-árido nordestino. Planta xerófila, adaptada a regiões muito secas, garante a sobrevivência de quase 1 milhão de pessoas no sertão nordestino, produzindo mesmo em períodos de estiagem prolongada (SILVA et al., 1993).

Apesar de sua importância em termos de geração de emprego e receitas no campo, por ser uma atividade primário-exportadora está constantemente na dependência das condições externas do mercado, o que dificulta a sua sustentabilidade devido às alterações no nível de preço e às flutuações da demanda. O grande desafio do Território é consolidar uma estrutura produtiva caracterizada pela diversidade, que proporcione uma segurança ao agricultor/a familiar, com garantia de mercado e que tenha como base as potencialidades locais e endógenas.

Aliado ao processo produtivo do sisal encontra-se, também, como atividade econômica importante a criação de pequenos animais como cabras, ovelhas, porcos, galinhas e a apicultura.

Em épocas mais chuvosas há uma variedade maior de culturas que permitem a configuração de uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar, com a produção de frutas (caju, pinha e acerola), leguminosas e o extrativismo do umbu e cajá associados às culturas tradicionais de milho, feijão e mandioca, todos comercializados em feiras-livres locais.

Os municípios que formam o Território do Sisal exibem indicadores sociais preocupantes. Ao mesmo tempo, têm um grande potencial econômico ainda não aproveitado plenamente, ações devem ser realizadas para poder dinamizar as atividades produtivas e aumentar as chances de maior renda e de melhores condições para a população. Ao Estado, enquanto promotor do desenvolvimento, cabe transformar a concepção setorial e economicista, para a adoção de uma postura de intervenções integrais e capilares nas áreas socioeconômicas, culturais, ambientais e imprescindíveis reformas estruturais no sentido de democratizar o acesso à terra, além de estimular setores incipientes como o setor industrial. Fernandes (2008) afirma

O Estado tem tratado a questão agrária somente com políticas conjunturais conforme o poder de mobilização dos movimentos camponeses. A razão dessa postura deve-se ao controle político do Estado pelos ruralistas, que tem impedido o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil. Esse monopólio político determinou as condições

para que a modernização da agricultura mantivesse a estrutura fundiária concentrada impedindo o acesso à terra aos camponeses (FERNANDES, 2008, p.28)

Os gestores públicos têm que encarar a democratização da terra como fundamental, primando por ações estruturais que venham garantir aos que não tem terra o seu acesso, uma educação contextualizada que responda aos desafios do Território, priorizar a convivência com a seca com o uso de tecnologias que garantam uma infra-estrutura hídrica e assessoria técnica adequada que prime pelo desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo os agricultores familiares. Concomitantemente, buscar outros caminhos para a inserção produtiva com um processo de dinamização de setores que até então não conseguiram se desenvolver e que encontram entraves como a agroindustrialização, o incentivo a criação de pequenas e médias empresas e o desenvolvimento do comércio e serviços.

4.2 - POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida em um território é necessário atentar para a base econômica e a partir de suas peculiaridades criar alternativas para impulsioná-la. O Território do Sisal por suas características naturais possui algumas atividades agrícolas que se adaptam mais facilmente ao clima e ao tipo de solo, que, portanto, estão mais aptas a serem desenvolvidas. Essas atividades necessitam investimentos, apoio creditício e valorização dos produtos para deslançarem e, conjuntamente, de assessoria e conhecimento técnico para se inserirem no mercado de forma competitiva.

O produto agrícola que mais se adapta ao clima do Território é o sisal, ou *Agave sisalana* (nome científico), é nativo da Península de Yucatán, no México, e espalhou-se pelas regiões tropicais. Hoje, o Brasil é o maior produtor mundial e o Estado da Bahia contribui decisivamente para esta condição, como veremos adiante. Da planta, extrai-se uma fibra vegetal, dura e resistente, utilizada em cordas, barbantes, tapetes, estofamento, artesanato, tem utilização industrial na fabricação de pasta celulósica e na indústria de plásticos reforçados, além de inúmeros outros usos. Segundo a APAEB, falta vontade política para que possa haver o aproveitamento melhor da fibra, o seu resíduo pode ser misturado à ração animal, o líquido serve como matéria-prima para a indústria farmacêutica e, hoje, apenas 5% do vegetal é aproveitado.

Na Bahia foi introduzido no final do século XIX pelo empresário Horácio Urpia Jr., de onde foi transferido para a Paraíba em 1911. A expansão do sisal foi lenta na Bahia, inicialmente apenas utilizado como cerca viva, somente passou a ser produzido economicamente em 1939/40, a partir do Governo de Landolfo Alves (1938/42) que implantou em Feira de Santana primeiro campo de distribuição gratuita de mudas e, logo após, em Alagoinhas e Nova Soure, o que contribuiu para expansão do cultivo. Impulso foi dado à produção com os bons preços praticados no mercado internacional, no contexto da II Guerra Mundial, com a utilização da fibra na indústria naval e com a intensificação dos investimentos governamentais (SILVA et al.,1993).

Muito resistente às secas, o sisal apóia-se especialmente na cultura minifundista em pequenas e médias propriedades de terra, cujo alicerce principal é a agricultura de subsistência. Até finais da década de 40 a fibra do sisal era extraída manualmente nos conhecidos *farrachos*, na década de 50 com a política de industrialização implantada no país o processo artesanal de desfibramento foi substituído pelo processo mecanizado através da “máquina paraibana” (CODES SISAL, 2007)

No Território do Sisal a fibra consegue gerar renda e emprego no campo, com um número importante de ocupações nos setores secundário e terciário, mesmo em períodos de grande adversidade. Apesar dessa importância econômica e social o sisal recebeu pouco apoio e incentivos governamentais nos últimos vinte anos. A estratégia das entidades representativas dos agricultores familiares é a organização na busca por investimentos e o incentivo à associação dos trabalhadores na tentativa de regulação do mercado para a melhoria das condições de preço e a agregação de valor ao seu produto. Um grande exemplo e espelho para as associações e cooperativas criadas no Território é a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB Valente, que conseguiu se estruturar para enfrentar as dificuldades. Detalharemos o seu importante papel no item seguinte deste capítulo.

O processo produtivo do sisal envolve duas grandes etapas após o seu corte: o beneficiamento e a industrialização. Para atingir o estágio da fibra, a folha passa por um processo rudimentar de beneficiamento que se inicia com um processo de desfibramento das folhas. O mecanismo para o desfibramento que até hoje ainda permanece com as mesmas características, sem nenhum avanço tecnológico, foi e é responsável pelas mutilações que ocorrem no processo produtivo. As adaptações à máquina na tentativa de evitar os acidentes não impedem o acesso às lâminas cortantes, não eliminando totalmente o risco.

Outras tentativas já foram feitas no sentido de criar uma nova máquina que venha a trazer segurança ao trabalhador o que resultou na criação da “Faustino” (nome resultante do seu criador José Faustino dos Santos), mas esta, ainda em fase de aperfeiçoamento, não consegue um nível de produção desejado, não retira totalmente os resíduos das fibras e não tem a mesma mobilidade da “paraibana”, além do alto custo, como ressaltam Alves e Santiago (2005)

A primeira máquina desenvolvida, como alternativa à Paraibana, foi uma criação do paraibano José Faustino dos Santos, denominada de “Faustino”. Trata-se de equipamento de grande porte, de custo elevado, de difícil deslocamento e inadequado para a pequena produção. Atualmente, existem 05 máquinas “Faustino” em funcionamento na Fazenda Mandacaru, de propriedade da COSIBRA (município de Santa Luz, BA). Da mesma forma que a “Paraibana”, a “Faustino” é deslocada através dos campos de sisal, a medida em que ocorre o corte das folhas. Entretanto, enquanto que a primeira é puxada por jumentos, a segunda é puxada por trator. O processo de desfibramento na “Faustino” deixa a fibra com certo teor de matéria verde e, por isso, na Fazenda Mandacaru a fibra passa pelo processo de lavagem. A mucilagem e o suco reduzem a resistência da fibra. Daí a necessidade de realizar a lavagem antes do batimento das fibras. Neste processo, ocorre grande desperdício de fibras, o que indica a necessidade de aperfeiçoamento da máquina (ALVES e SANTIAGO, 2005, p. 10).

A formação histórica da cadeia produtiva do sisal estabelece relações de produção desiguais caracterizadas por classes que concentram a lucratividade que são os intermediários que compram o sisal para a transformação industrial ou para a exportação, com o uso de um intenso processo automatizado e uma massa de trabalhadores rurais que nem chegam a ganhar um salário mínimo, com precárias condições de trabalho e longe de ter seus direitos trabalhistas garantidos. Segundo Santos, E. (2007),

É a cadeia produtiva do sisal que forja o processo contraditório e desigual de modernização como, por exemplo, a introdução de tecnologias de última geração para a industrialização da fibra do sisal, e permanência de antigas estruturas como, por exemplo, a perpetuação das relações de trabalho marcadas por contratos verbais, construindo também a identidade e a idéia de pertencimento a Região Sisaleira da Bahia (SANTOS, E. 2007, p. 77).

Os trabalhadores/as do sisal têm precárias condições no processo produtivo que se traduzem por trabalho realizado a céu aberto, ruído excessivo das máquinas desfibradoras, alta concentração de poeira e absoluta insuficiência de equipamentos de proteção individual. Tudo isso agravado pela ausência de vínculo empregatício e pela excessiva jornada de trabalho, estando sujeitos a riscos à segurança e à saúde como: problemas respiratórios e auditivos, doenças do aparelho locomotor pelos movimentos repetitivos, exposição às intempéries, picadas de animais, ferimentos decorrentes da ponta da folha do sisal e de instrumentos cortantes e acidentes de trabalho causados pelas máquinas (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005).

Segundo a publicação **Território do Sisal – Bahia** da SDT (2007), entre 1965 e 1974 a produção de sisal no país chegou a 200 mil toneladas/ano. Nas décadas de 80 e 90 houve declínio da produção, alcançando patamares inferiores a 150 mil toneladas, em consequência da substituição da fibra por produtos sintéticos. A produção só começou a apresentar sinais de recuperação no final da década de 90 quando a consciência ambiental levou muitos países a substituírem as fibras sintéticas e privilegiarem novamente as naturais. Conjuntamente, outro fator que contribuiu para o aumento da produção foi a entrada da China no mercado comprador.

Foi no período de decadência, na década de 80, que as plantações de sisal se concentraram em pequenas propriedades, uma vez que perde a lucratividade apresentada no auge na década de 60, quando era considerado o “*ouro verde do sertão*”. Os grandes

fazendeiros se desinteressam pela produção substituindo-a pela pecuária, relegando-a aos pequenos produtores. Como afirma Nascimento (2003)

As famílias tradicionais (donas das maiores fazendas), como principais representantes do poder local, mantiveram a estrutura social arcaica e pouco se esforçaram para reverter o quadro. Com a transferência dos negócios dos grandes fazendeiros para a pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, na tentativa de manter a lavoura para o sustento da família. É ao pequeno produtor relegada a lavoura sisaleira em completo declínio e ao poder oligarca local, o controle político sobre os recursos públicos solicitados ou fornecidos à região nos períodos de enorme calamidade, salvaguardando, o status quo (NASCIMENTO, 2003, p. 31-32).

Atualmente, de acordo com a tabela abaixo, percebemos a importância do Estado da Bahia na produção sisaleira, concentrando um percentual de 94,6% da produção do Brasil no ano de 2006 e uma produção crescente.

TABELA 9

COMPARATIVO DE ÁREA E PRODUÇÃO DE SISAL – BRASIL E ESTADOS DO NORDESTE 2005-2006

Estado	Área (ha)		Produção (t)		Variação % *
	2005	2006	2005	2006	
Bahia	225.018	287.418	194.503	234.902	20,7
Paraíba	10.184	12.580	8.766	10.022	14,32
Rio Grande do Norte	4.634	3.671	3.029	2.469	(18,48)
Ceará	370	430	666	710	6,6
Pernambuco	13	10	10	8	(20,0)
Total Nordeste	240.219	304.109	206.974	248.111	19,87
Total Brasil	240.219	304.109	206.974	248.111	19,87

(*) Variação refere-se à produção (2005/2006)

Fonte: www.sidra.ibge.gov.br

Contudo, cabe enfatizar que permanecem as precárias condições trabalhistas no campo e urgente se faz o investimento em uma máquina que elimine o risco de mutilações. A tabela abaixo mostra o quantitativo de produção do sisal no território e a sua significância em termos de cultura permanente, apresenta também, a produção significativa de grãos como o feijão, a mandioca e o milho que aponta para outra alternativa que o processo de beneficiamento destes produtos, ainda, incipiente no território.

TABELA 10**ÁREA E VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES NO TERRITÓRIO DO SISAL - ANO 2006**

Território do Sisal - Ano 2006		
Culturas Temporárias	Área Plantada (ha)	Valor (mil reais)
Feijão	117.344	58.582
Mandioca	26.383	32.459
Milho	103.938	20.095
Outros	8.836	16.592
Total	256.501	127.728
Culturas Permanentes		
Sisal	116.520	86.798
Outros	3.970	2.096
Total	120.490	88.894

Fonte: Censo IBGE, Resultados Preliminares, 2006

Com relação à produção de sisal uma das estratégias das entidades tanto públicas como dos movimentos sociais é o aproveitamento de todo o material produzido pela planta.

Há várias expectativas de uso da fibra na substituição de materiais sintéticos na indústria automobilística, uma troca que está sendo experimentada por empresas como a Mercedes Benz e a General Motors do Brasil, que utilizam a fibra natural no lugar da sintética em painéis e forros de portas. A Montadora Ford no Brasil, já neste ano, coloca no mercado carros produzidos com peças fabricadas de fibra de sisal, com a finalidade de reduzir a quantidade de petróleo utilizado. As peças terão, além de 30% de fibras de sisal em sua composição, 50% de polipropileno reciclado e 20% de polipropileno virgem e pretende exportar a tecnologia para suas montadoras em outros países, tornando os carros mais leves e econômicos (SALGADO, 2008).

Além dessas experiências, há outros estudos que almejam a substituição do amianto pela fibra de sisal em produtos como as caixas d'água e cadeiras de praia e um projeto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI) que pretende retirar do sisal uma substância que poderá ser utilizada como adoçante dietético pela indústria alimentícia e a fabricação de um bioinseticida e parasiticida. A idéia é que o projeto seja desenvolvido em parceria com universidades e centros de pesquisa durante quatro anos no Território. Alves e Santiago (2005) destacam a importância da ampliação dos usos do sisal

[...] a cadeia de serviços da atividade sisaleira abrange desde os trabalhos de manutenção até a extração e o processamento da fibra para o beneficiamento, as atividades de industrialização de diversos produtos e o uso para fins artesanais, que

pode trazer diversos benefícios aos municípios localizados no semi-árido nordestino, nos aspectos econômico, social ou ambiental (contribuindo para a desconcentração do Produto Interno Bruto - PIB, pelo significativo impacto que pode gerar na economia local; gerando divisas, pelo grande potencial exportador; servindo de cobertura do solo, impedindo a desertificação; sendo fonte de renda e emprego, por ser intensiva em utilização de mão-de-obra em todas as fases de implantação, manutenção, colheita e desfibramento; favorecendo a desconcentração da estrutura fundiária, ao viabilizar economicamente as propriedades familiares). Além dessas vantagens, existe a possibilidade de abertura de novos mercados para os produtos do sisal, diante da preocupação crescente das populações de países desenvolvidos com a preservação ambiental (ALVES e SANTIAGO, 2005, p. 4).

A cadeia produtiva do sisal comprova que é uma grande absorvedora de mão-de-obra, pois está presente em praticamente todo o Território seja no trabalho agrícola do campo, como no processo de transformação que possibilita a agregação de valor ao produto. Com a tendência mundial de criação de mercados que privilegiam recursos naturais e menos poluidores, o sisal se encaixa em uma demanda que tende a crescer cada vez mais e a articulação dos agentes envolvidos na produção para abarcar o aumento desse consumo é fundamental para gerar rendas e emprego no território.

Na criação de animais os rebanhos caprino/ovino e bovino se destacam no Território. Por sua característica da predominância de um grande número de propriedades com menos de cinquenta hectares e devido às irregularidades de chuvas, a produção se volta para a pecuária bovina nas grandes fazendas e a agricultura de subsistência, lavoura de sisal e criação de pequenos animais nas pequenas propriedades.

Uma tendência dos últimos anos é o crescimento do consumo de carne e leite caprino devido as suas qualidades nutricionais, similaridade com o leite materno e fácil digestibilidade. Essas características valorizam a produção e criam uma expectativa de melhoria na renda gerada dos produtores.

Diante das condições edafoclimáticas do Território e a grande quantidade de pequenas propriedades a caprinocultura e a ovinocultura se constituem em potenciais ainda por ser explorados e com um obstáculo a ser vencido que é a preferência tradicional pelo consumo da carne e do leite de gado. Contrariamente, ao cenário mundial em que regiões se especializam na caprinocultura/ovinicultura utilizando tecnologias avançadas na criação, produção do leite e beneficiamento, no semi-árido, ainda, é uma atividade marginalizada.

A pouca exigência em termos de ocupação de espaço, podendo abrigar até oito cabras em um hectare de terra (SEAGRI, 1998), além de outras vantagens como os baixos investimentos iniciais na implantação da atividade, adaptabilidade ao clima semi-árido, baixo

custo do regime alimentar e reprodução com maior rapidez, se apresenta como alternativa para os agricultores, tanto em termos da criação e produção do leite em si, como no processo de beneficiamento com a fabricação de queijos, doces, iogurtes, manteiga, etc. Experiência já constituída pela APAEB Valente.

Na Tabela a seguir, percebemos a evolução dos rebanhos entre 1996 e 2007, com um crescimento em termos absolutos de 41,36 % do rebanho caprino, 14,76 % do rebanho ovino e 5,02 % do rebanho bovino. O que demonstra a valorização crescente da caprinocultura e uma tendência estagnante do rebanho bovino.

O aproveitamento dos produtos destes rebanhos precisa ser incentivado, uma vez que o próprio rebanho bovino, apesar de ser uma atividade já consolidada no Território, não apresenta uma diversificação no processo de beneficiamento, com a produção restrita ao consumo da carne e do leite sem transformação, o que se constitui em outra estratégia inexplorada que geraria empregos e oportunidades.

TABELA 11
PRINCIPAIS REBANHOS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL E VARIAÇÃO ANO 1996/2007

Município	Bovino			Ovino			Caprino		
	1996	2007	Variação 1996-2007 (%)	1996	2007	Variação 1996-2007 (%)	1996	2007	Variação 1996-2007 (%)
Araci	28.754	23.966	-16,45	34.038	17.189	-49,50	15.633	11.387	-27,16
Barrocas		7.680			4.842			762	
Biritinga	10.175	15.326	50,62	3.330	2.046	-38,56	185	135	-27,03
Candeal	13.750	15.972	16,16	4.586	4.969	8,35	180	692	284,44
Cansanção	17.948	34.620	92,89	16.615	74.725	349,74	14.689	61.139	316,22
Conc. do Coité	28.668	30.600	6,73	21.377	30.120	40,90	7.107	10.350	45,63
Ichu	7.583	6.757	-10,89	2.997	2.402	-19,85	194	476	145,36
Itiúba	43.721	32.115	-26,55	30.356	18.406	-39,37	16.677	31.769	90,50
Lamarão	8.780	7.871	-10,35	5.124	1.324	-74,16	212	102	-51,89
Monte Santo	46.277	34.024	-26,48	83.331	123.740	48,49	98.894	117.600	18,92
Nordestina	7.694	8.230	6,97	7.266	15.850	118,14	8.692	10.680	22,87
Queimadas	37.287	50.300	34,90	23.046	30.850	33,86	11.273	27.265	141,86
Quijingue	24.869	26.649	7,16	38.264	19.766	-48,34	19.837	12.163	-38,69
Retirolândia	6.561	6.900	5,17	9.208	13.560	47,26	2.580	7.380	186,05
Santaluz	30.200	36.980	22,45	27.285	41.800	53,20	16.852	27.150	61,11
São Domingos	9.577	8.580	-10,41	8.273	11.580	39,97	2.580	7.800	202,33
Serrinha	20.484	25.438	24,18	12.063	2.837	-76,48	2.537	590	-76,74
Teofilândia	12.711	12.239	-3,71	16.794	9.376	-44,17	2.887	1.927	-33,25
Tucano	40.108	31.800	-20,71	49.309	22.730	-53,90	13.900	2.480	-82,16

Valente	9.886	9.320	-5,73	11.387	16.250	42,71	6.634	9.600	44,71
Total	405.033	425.367	5,02	404.649	464.362	14,76	241.543	341.447	41,36

Fonte: IBGE, 2007

Fundamentalmente, os agricultores familiares do Território devem optar por uma estratégia agroecológica que prime pela conservação do meio ambiente e pela diversidade da produção. Na criação de animais, além dos tradicionais rebanhos bovino, caprino e ovino, outra opção que constitui meio de garantia do aumento da renda é a existência dos pequenos animais como aves, suínos e a apicultura, já desenvolvidas, mas que necessitam de valorização comercial e estratégias de aumento da produção.

A apicultura é bastante viável para as condições do semi-árido com toda a sua riqueza de árvores nativas que propiciam a permanência da cultura. O mel é um alimento bastante rico e energético por conter em proporções equilibradas: proteínas, vitaminas, minerais, substâncias bactericidas e aromáticas. Além do mel, as abelhas são responsáveis ainda pela produção de pólen, cera, geléia real, própolis, apitoxina, polinização de pomares, dentre outros (ALVES, 2005).

A prática de criação de abelhas com ferrão (*Apis mellifera* L.), conhecida como Apicultura, é utilizada há muito tempo e já foi registrada pelos egípcios (2600 a.C.). Existe também Meliponicultura, criação de abelhas sem ferrão, conhecidas como indígenas ou silvestres e encontradas facilmente no sertão nordestino.

Toda essa riqueza acaba se perdendo nos pastos do sertão pela falta de informação sobre o manuseio das técnicas de apicultura ou de meliponicultura. O sertão baiano é bastante propício à atividade de Apicultura e Meliponicultura, com um excelente pasto apícola que disponibiliza alimentação para as abelhas.

A experiência da formação de cooperativas para a produção começa a impulsionar a atividade, mas aquém do desejado, conforme tabela 12 a seguir a produção ainda é incipiente, necessitando impulso para o seu desenvolvimento. Percebemos que a produção do Território teve um crescimento muito inferior à produção total do Estado, portanto, o incentivo para a produção e a consolidação de cooperativas permitiriam um aproveitamento da capacidade produtiva.

TABELA 12**QUANTIDADE PRODUZIDA DE MEL NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL E TOTAL DO ESTADO DA BAHIA - VARIAÇÃO ANO 2000 A 2007**

Municípios	Quantidade Produzida								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Var. % 2000 - 2007
Araci	268	13.440	14.500	17.500	19.350	13.545	28.000	30.000	11094,03
Barrocas	-	110	115	115	136	95	540	542	
Biritinga	352	2.800	2.850	10.250	11.375	7.962	12.550	15.000	4161,36
Candeal	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cansanção	-	-	-	-	6.000	4.000	5.000	3.700	
Conceição do Coité	700	870	1.070	1.116	1.200	1.275	1.350	1.250	78,57
Ichu	-	-	-	-	-	-	-	-	
Itiúba	1.850	2.356	2.540	4.650	5.720	6.495	6.128	5.729	209,68
Lamarão	48	420	450	480	538	377	350	352	633,33
Monte Santo	-	-	-	-	-	3.000	3.500	2.600	
Nordestina	-	-	-	-	-	-	-	-	
Queimadas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Quijingue	-	-	-	-	-	3.000	3.600	2.400	
Retirolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Santaluz	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serrinha	418	14.000	15.000	18.550	20.550	14.385	10.750	12.750	2950,24
São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Teofilândia	60	6.300	6.500	11.500	12.750	8.925	18.000	20.000	33233,33
Tucano	90.000	68.000	-	4.000	66.872	72.600	68.000	61.000	-32,22
Valente	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Território	93.696	108.296	43.025	68.161	144.491	135.659	157.768	155.323	65,77
Total Bahia	520.908	688.105	873.278	1.418.628	1.494.713	1.775.414	2.046.930	2.199.615	322,27

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal (2007)

O sisal é, ainda, o grande suporte econômico do Território e principal eixo aglutinador. A fibra é extraída durante o ano inteiro. Tem capacidade de absorver grande quantidade de mão-de-obra: cada campo de sisal, além dos familiares do produtor ou produtora, emprega oito outras pessoas no processo de extração da fibra, contudo, não pode ser considerado como única alternativa para a população do semi-árido uma vez que a dependência a uma atividade exclusiva faz com que sofra com as variações da demanda, neste caso, principalmente, a demanda externa.

O fortalecimento da agricultura familiar constitui-se, portanto, como estratégia para o Território já que é capaz de gerar renda, fixar o homem no campo e promover um cultivo orgânico, contribuindo para o uso racional do meio ambiente. Os atores sociais precisam desenvolver estratégias para conviver com as adversidades e construir alternativas inovadoras para a solução de problemas, buscar a integração ao mercado através da agroindustrialização, bem como o incentivo aos pequenos e médios empreendimentos com princípios solidários.

4.3 - EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DO SISAL

O retrato nordestino ao longo do tempo se configurou de povo submisso, sofredor, e o do sertão representado pela morte e fome. A educação e os livros didáticos reforçam esse fato, com a imagem da caatinga associada a animais mortos e péssimas condições de vida e as Regiões Sul e Sudeste do país como símbolos do progresso. No sertão da Bahia, pelo menos parte desse povo, contraria esta história, demonstrando que é possível reivindicar direitos, partir para a ação, buscar a transformação e conviver com a seca. Experiências não faltam (e precisamos de mais) que comprovam a possibilidade de resistência às condições adversas que se apresentam.

Segundo Nascimento (2003), na história recente, três momentos históricos de transformações sociais foram marcantes nessa região, entre 1967 e 1979 o silencioso trabalho realizado nas bases, nas instâncias das pastorais católicas; de 1980-1989 caracteriza-se um processo de intensa politização da ação das ONG's e a criação de novas formas de associações civis. Já na década de 90, há a percepção de que era necessária a viabilização econômica e afirmação de várias iniciativas locais de desenvolvimento.

Verifica-se, então, que a conscientização dos trabalhadores rurais na região começa aliada ao sentimento religioso, nos círculos bíblicos e nas pastorais rurais com o trabalho de evangelização. A leitura da bíblia, aliada à leitura do mundo, propiciou as discussões sobre os problemas da vida do campo, a própria situação dos agricultores sertanejos, o fortalecimento da consciência coletiva e da identidade cultural, começando as lutas em prol da retomada dos sindicatos, a valorização dos produtos dos pequenos agricultores, a denúncia das mutilações causadas pelo desfibramento do sisal, o socorro à lavoura sisaleira e o combate ao trabalho infantil (NASCIMENTO, 2003).

Durante muito tempo os grupos que dominavam a política nos municípios do território conseguiram manter o seu poder e subjugar as classes menos desfavorecidas, o que infelizmente, ainda ocorre em algumas situações atuais, criando condições de dependência, principalmente, dos serviços de saúde, perpetuando uma visão de que serviços públicos nada mais são que caridade. Inclusive, esses grupos durante o regime militar se aproveitaram dessa visão para exercer o seu domínio sobre os sindicatos dos trabalhadores rurais patrocinando a política assistencialista da viabilização dos serviços médico-odontológicos.

A luta pela retomada destes sindicatos foi um longo caminho que contou com o apoio de padres do movimento progressista da igreja católica que atuavam na região em meados da década de 70 e iniciam o processo de conscientização de que os sindicatos deveriam ser

instrumento para libertação das amarras do poder dominante e que deveriam servir aos interesses dos trabalhadores no fortalecimento da organização para a reivindicação de políticas públicas que gerassem emprego e renda e serviços de educação e saúde de qualidade. Como aponta o PTDRS

[...] Aos poucos, foram surgindo grupos de oposição sindical em alguns Municípios que enfrentavam todo tipo de dificuldade para atuar nas organizações sindicais, não só pela ação dos representantes das oligarquias postos na direção dessas entidades, como pelos próprios companheiros que viam, nas atitudes desses grupos, a ameaça de perder os poucos e precários benefícios assistenciais oferecidos pelos Sindicatos com recursos do extinto FUNRURAL (CODES SISAL, 2007, p. 66).

Esse processo de conscientização ganha força com a atuação de uma entidade fundamental, que grandemente contribuiu e, ainda, tem presença marcante nas transformações sociais e culturais no Território, o **Movimento de Organização Comunitária - MOC**, criado em 1967, com sede em Feira de Santana, sob a orientação da Cáritas Brasileira, órgão assistencial fundado em 1956 pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil. O MOC a partir de ações de base, buscando o desenvolvimento e organização comunitária desligou-se da igreja católica, passando a entrar em conflito com o trabalho das pastorais uma vez que acreditava na possibilidade de aliança entre o social e o econômico, não bastava um trabalho assistencial, era preciso a garantia da base econômica das comunidades. Passa, então, a investir em iniciativas socioeconômicas, conforme quadro elaborado por Nascimento (2003):

TABELA 13

AÇÕES DO MOC NO SEMI-ÁRIDO - PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

AÇÕES	OBJETIVO DAS INICIATIVAS
Armazenamento (em silos) de produção agrícola	Formar estoques para exigir preços melhores no mercado;
Fundo rotativo	Fornecer empréstimos de pequeno valor aos pequenos agricultores na fase do plantio e armazenamento da safra;
Bodegas comunitárias	Criar um espaço próprio de comercialização (com preços mais acessíveis ao agricultor) e de convivência social onde os agricultores pudessem trocar idéias e fazer negócios;
Roças comunitárias	Realizar experimentos técnicos com os pequenos agricultores participantes, investindo na multiplicação do aprendizado;
Assistências técnica agrícola	Fornecer acompanhamento mais sistemático e organizacional ao trabalho agrícola e auxiliar na

	organização das comunidades;
Promoção de eventos	Realizar Dias de Estudo, Encontros e Seminários no intuito de gerar laços de coesão entre comunidades diferentes, tornando acessível e freqüente a troca de informações e de conhecimentos através de treinamentos, bem como pela constituição de laços de amizade e discussão de problemas/necessidades comuns.

Fonte: NASCIMENTO, 2003.

Na condição de pobreza e exclusão em que se encontrava a população do território, que via o sisal se expandir, mas os ganhos não chegarem até os pequenos produtores, a terra não ser acessível e não haver melhora nas condições de trabalho no campo, com o agravante da ausência de políticas públicas que efetivamente solucionassem o problema da seca e que garantisse educação e saúde, com o predomínio do trabalho infantil e de toda a família numa jornada de trabalho exaustiva, o papel do MOC foi fundamental para impulsionar a tomada de consciência da sua realidade e a busca do protagonismo através da organização, da cooperação, das redes de compromissos, almejando a transformação social.

Com quatro décadas de existência, o MOC atua em trinta e seis municípios do semi-árido baiano, incluindo todos os municípios do Território do Sisal, a metodologia utilizada apóia a mobilização da sociedade civil na luta pelo exercício dos seus direitos, a formação de pessoas e lideranças, fortalecimento de organizações e instituições populares e a interferência em espaços onde se dão a construção, elaboração e controle social de políticas públicas, com ênfase naqueles de caráter regional e municipal. Com a missão de

Contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana, através de capacitação, assessoria educativa, incentivo e apoio a projetos referenciais, buscando o fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social (www. moc.org.br, acesso em 17/09/2008).

Resumimos aqui, as principais ações atuais dos programas do MOC, realizadas com parceria de órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada:

Programa de Água e Segurança Alimentar

Dirige suas ações para a captação de água para o consumo humano através da coordenação do Programa Um Milhão de Cisternas (PIMC), da Articulação do Semi-Árido (ASA) e as iniciativas de captação de água da chuva para a produção, através de tecnologias acessíveis para população rural, que contribuem para a segurança alimentar.

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Realiza a capacitação de agricultores e agricultoras para garantir o planejamento e exploração da propriedade agrícola com base em princípios agroecológicos e de convivência com a seca, enfatizando os seguintes elementos: utilização racional e ecológica da propriedade, captação de água para consumo humano e animal, gerenciamento racional da água, plantio de espécies adaptadas à região, criação de animais resistentes à seca, beneficiamento e comercialização da produção e crédito rural ajustado às condições de pagamento.

Programa de Comunicação

Busca dar visibilidade às questões sociais e às experiências de desenvolvimento sustentável dos municípios de atuação, através dos meios de comunicação.

Programa de Gênero

Tem por finalidade promover e incentivar condições que possibilitem a promoção da igualdade entre mulheres e homens e fomentar a participação ativa das mulheres rurais na vida sociopolítica, econômica e cultural dos territórios da Bacia do Jacuípe e Sisal.

Programa da criança e adolescente

O objetivo é contribuir na promoção dos direitos da criança e do adolescente com vistas à criação e a manutenção de um ambiente de desenvolvimento e segurança, através de projetos, ações e políticas de fortalecimento dos poderes locais, em especial, organizações da sociedade civil, lideranças, famílias, crianças e adolescentes nos territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, no semi-árido baiano.

Educação do campo

Busca contribuir na construção de uma proposta de educação de melhor qualidade, a serviço do desenvolvimento local e territorial, valorizando a identidade e a cultura, através da construção de conhecimento que sirvam para fortalecer a agricultura familiar, baseada na metodologia de Paulo Freire.

Políticas Públicas

Busca mobilizar, fortalecer e apoiar a participação da sociedade civil organizada, na intervenção e gestão das políticas públicas para que estas tenham seu escopo voltado para a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos excluídos.

A partir destas concepções e atividades desempenhadas, o MOC na sua trajetória no Território do Sisal é um dos responsáveis pelo potencial cooperativo e pelo fortalecimento da sociedade civil nas diversas organizações que lutam por melhorias sociais.

Uma das experiências importantes na luta pela organização dos trabalhadores foi a criação da **Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB**, fundada

em 02 de julho de 1980, que demonstra a capacidade dos atores de se perceberem enquanto grupo ou enquanto organização, compreendendo a realidade e agindo para transformar essa realidade. Segundo Nascimento, “ a idéia era que a APAEB fosse uma opção alternativa ao cooperativismo oficial e defendesse os interesses econômicos, sociais e políticos dos pequenos agricultores de todo o Estado da Bahia”(2003, p.49).

A fundação da APAEB está ligada a uma grande manifestação, ocorrida na década de setenta, promovida pelo MOC, realizada para pôr fim a um imposto pago pelos produtores rurais o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) sobre os produtos levados às feiras-livres. Produtores de toda a região vão até Salvador, em outubro de 1979, mais de quatrocentos deles, para exigir o fim da cobrança. O Governador Antônio Carlos Magalhães acaba por recebê-los, mas ações concretas não foram garantidas, contudo tem-se um saldo positivo, da articulação regional, um processo de empoderamento dos atores sociais e de ação-reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e a habilidade coletiva de transformar a realidade (SILVA et al., 1993).

A partir de então, surge à idéia da criação da associação, com o objetivo de se ir além de discussões e reflexões na solução da problemática da região e encontrar meios decisivos para superar as questões decorrentes da cultura do sisal, mesmo porque se constatava que muitos enriqueceram com a fibra, devido à exploração imposta, aos preços baixos pagos pela fibra, as artimanhas para enganar os trabalhadores ao se pesar o sisal, com balanças viciadas. Assim, partem para criação de uma organização de trabalhadores rurais, pequenos produtores, para se protegerem no mercado, com um melhor preço pago.

Segundo Silva et al. (1993) a luta reivindicatória da APAEB se estrutura a partir dos seguintes princípios

- a) união e organização dos pequenos agricultores; b) a busca de gêneros de primeira necessidade diretamente das fontes de produção para repasse a preços mais acessíveis a seus sócios; c) a valorização da produção dos camponeses (SILVA et al., 1993, p.18).

Destaca-se que foram criadas sedes da APAEB nos municípios de Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Araci e Valente. As funções desenvolvidas pelas APAEB's passavam pela representação política dos interesses dos pequenos produtores e a viabilidade econômica, porém, muitos associados não entenderam o seu papel e viam a associação como redutora de preços para ser repassados como forma de suprir as carências de subsistência.

A centralização e o processo burocrático, apesar dos esforços em torná-la democrática e de envolver o maior número de associados na condução do projeto, acabou por levar a descentralização com a APAEB de cada município seguindo os seus próprios passos.

Nos municípios de Serrinha, Ichu, Feira de Santana e Araci as APAEB's não conseguiram a viabilização econômica que ocorreu em Valente, pois segundo associados faltou assessoria técnica e um produto valorizado. Hoje, disponibilizam assessoria técnica para os agricultores familiares, buscando a captação de projetos que viabilizem a agricultura familiar. Apenas a APAEB Valente conseguiu manter sua atividade produtiva por estar apoiada no arranjo produtivo do sisal adaptado às condições endógenas do Território, o que contribuiu para a sua consolidação e expansão para outros ramos produtivos.

A APAEB Valente exerce uma função educativa imprescindível, desenvolvendo inúmeras atividades tanto para ensinar a convivência do homem com o semi-árido quanto para conscientizar a população sobre os seus direitos e sobre os deveres que o poder público tem para com ela. A associação arrecada por mês, cerca de 400 toneladas de sisal. Além de Valente, a entidade compra o sisal aos produtores dos municípios de Santaluz e Conceição do Coité. Essa movimentação gera na economia da região aproximadamente 384 mil de reais por ano. Na fábrica, o sisal é transformado em tapetes e exportado para outros países (www.moc.org.br, acesso em 11/08/2008).

A experiência da APAEB e todo o acúmulo de capacitações em cooperativismo e associativismo promovidos pelo MOC impulsionaram o desejo de organização e superação das dificuldades apresentadas no semi-árido. Inúmeras são as associações, cooperativas e entidades de caráter representativo que atuam no território e tem como objetivo a melhoria das condições de vida, principalmente, no campo.

Um exemplo, que tem desafio ainda maior é o da **Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão - COOPERAFIS** formada por mulheres sertanejas que fecundam a coragem de contrariar o machismo, resquício do poderio masculino presente nas relações entre homens e mulheres, e buscam a promoção da independência econômica. Integra 147 artesãs distribuídas em nove comunidades dos municípios de Valente (Sede, Poço, Cabochard, Recreio e Tanquinho), Araci (Retirada e Queimadinha) e São Domingos (Boa Fé e São Pedro), que não se contentaram em ficar em casa apenas com os “afazeres” domésticos, partiram para a luta em busca de renda, autonomia e igualdade.

A produção da cooperativa consiste em transformar fibras naturais em bolsas, colares e chapéus, produzidos com o caruá e o sisal. A pigmentação das fibras é feita com o uso de corantes naturais produzidos a partir de resíduos de árvores nativas da região como angico,

jurema, são joão, pau-de-colher, baraúna e erva de passarinho, refletindo o cuidado de usar elementos naturais que não deixem resíduos no meio ambiente. Elas, *mulheres de fibra* como se autodenominam, fazem todo o processo produtivo, desde o extrativismo do caruá, que brota na caatinga, até a confecção dos acessórios e a articulação para a venda dos seus produtos, seja nas estratégias de divulgação do produto, até a participação em feiras e na busca por parceiros. Já o sisal é adquirido junto à APAEB Valente.

A missão da COOPERAFIS é promover a melhoria da qualidade de vida das mulheres do Território do Sisal, na geração de renda familiar, através da produção e da comercialização do artesanato de forma sustentável e solidária, com a missão de ser referência de empreendimento solidário na área de artesanato de fibras naturais no território sisaleiro da Bahia, consolidando a atividade como geradora de renda para as mulheres sertanejas através do mercado de abrangência nacional e internacional.

O problema da comercialização é um dos fatores que limita muitas cooperativas, pois é necessária uma articulação para a venda dos produtos, não é possível ficar dependente apenas do mercado interno do município de atuação, sendo fundamental buscar outros mercados. Na ânsia da criação de estratégias para garantir a venda dos produtos que surge a **Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia – ARCO Sertão**, que integra 22 cooperativas e associações, do Território do Sisal e dos municípios de Feira de Santana, Nova Fátima, Pé de Serra e Riachão do Jacuípe.

A ARCO Sertão é uma entidade não-governamental, de direito privado, constituída em dezembro de 2003, com sede no município de Valente/BA. Resultante de discussões e reflexões com a participação de entidades não-governamentais, instituições públicas, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e associações de agricultores e agricultoras familiares a respeito da problemática da comercialização dos produtos da agricultura familiar, com a conclusão de que era necessária a institucionalização de uma entidade que pudesse aglutinar as diversas cooperativas e associações.

O objetivo da ARCO Sertão é buscar a organização de empreendimentos econômicos solidários integrados por agricultores e agricultoras familiares, almejando o fortalecimento da economia territorial, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável. O apoio aos empreendimentos solidários constitui para a entidade uma estratégia que garante a sobrevivência dentro do sistema capitalista, uma vez que esses empreendimentos primam por princípios de igualdade, solidariedade e respeito à natureza, significando uma transformação das formas de produção, troca e consumo capitalista.

Com o desenvolvimento de suas atividades houve a percepção de que não bastava buscar apenas o processo de comercialização dos produtos das entidades filiadas e, sim, a estruturação de muitas entidades filiadas, no sentido de organização produtiva, de aspectos jurídicos, busca de apoio creditício, estudo sobre apresentação dos produtos no mercado e meios para a divulgação.

No transcorrer da sua existência foi se consolidando uma definição da ARCO Sertão e do papel que esta deveria desempenhar. Com três grandes objetivos:

- representação institucional e política – dos empreendimentos econômicos solidários filiados – junto às entidades de apoio e nos espaços de definição de políticas públicas;
- base de serviços – através da oferta dos serviços de apoio à gestão, produção e formação;
- apoio à comercialização – funcionamento de estrutura necessária para apoiar a busca de mercados e comercialização dos produtos dos empreendimentos filiados.

Muitas ações já foram realizadas e já garantiram a participação dos empreendimentos em eventos nacionais e, também, na aprovação de projetos que garantiram a infra-estrutura e equipamentos necessários para as entidades filiadas, como a presença da ARCO Sertão na VI Feira Nacional de Artesanato, realizada em Belo Horizonte, a I e II Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária realizada em Brasília/DF e no evento de moda Fashion Rio 2005, no Rio de Janeiro. Atualmente está em fase de implementação o selo *Riquezas do sertão* para o reconhecimento dos produtos e das relações sociais que desempenham para a promoção da igualdade.

Importante para o Território é a democratização das informações com espaços que possibilitem o acesso aos meios de comunicação que divulguem a cultura, as tradições, as experiências de convivência com o semi-árido e discutam a problemática do sertão, que dê voz àqueles que, historicamente, foram relegados deste processo. Percebemos hoje como é fundamental o conhecimento e a informação, contudo os meios de comunicação servem àqueles que detêm o poderio econômico e é utilizada como meio de obtenção de lucro ou como forma de distorcer a realidade, como afirma Santos (2007b)

[...] as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas de informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle. O que é transmitido para

humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde (SANTOS, 2007b, p. 39).

No contexto do Território do Sisal os meios de comunicação sempre estiveram sob o domínio das oligarquias que utilizaram desses recursos para se manter no poder e propiciar a permanência da ideologia dominante, não promovendo debates sobre os problemas do território, a condição de vida do campo ou outro assunto que viesse a esclarecer os cidadãos acerca da ineficiência das políticas públicas adotadas na solução dos problemas. Como bem aponta o PTDRS do Sisal

[...] os setores dominantes da região apressaram-se em criar mecanismos que salvaguardassem o seu domínio, a exemplo da implantação, sob o seu controle, de veículos de comunicação de massa firmados na radiodifusão, com emissoras localizadas em pontos estratégicos a exemplo de Serrinha, Monte Santo e Conceição do Coité, com capacidade para cobrir toda a região (CODES SISAL, 2007, p. 85).

Neste sentido, objetivando defender e representar legalmente as associações de comunicação comunitária dentro do Território do Sisal para melhor contribuírem com a construção do desenvolvimento no semi-árido baiano foi criada a **Associação de Rádios Comunitárias do Sisal - ABRAÇO Sisal**. Constitui-se em uma associação de rádios e TVs comunitárias, sediada na cidade de Valente, tendo como meta principal organizar, articular e assessorar política e juridicamente rádios, TVs, jornais e agências de comunicação comunitárias filiadas, além de capacitar comunicadores comunitários em temas atuais e fundamentais para a democratização da comunicação e o desenvolvimento local.

A ABRAÇO Sisal atua em 11 municípios do Território do Sisal (Valente, Retirolândia, São Domingos, Santa Luz, Queimadas, Ichu, Serrinha, Lamarão, Nordestina, Tucano e Araci) e nos municípios de Capim grosso, Quixabeira, Feira de Santana e Água Fria. Criada em 2004 com o objetivo político de contribuir para a efetivação de oportunidades locais de democratização da comunicação.

A consolidação jurídica efetivou-se 2005, com a realização de uma Assembléia Geral para aprovação de seu marco legal, eleição, posse da diretoria e construção do seu planejamento estratégico. O processo de constituição da ABRAÇO Sisal se deu a partir da luta dos movimentos sociais, uma vez que as rádios comunitárias no Território e, também, no Estado da Bahia sempre sofreram perseguições políticas que impossibilitavam o

desenvolvimento de suas atividades. O passo inicial se deu no ano de 1997 quando o Partido dos Trabalhadores (PT) promoveu um encontro estadual para debater o tema contando com a participação de rádios comunitárias e de associações que defendiam a legalização das rádios comunitárias no Estado, além de diversas organizações (www.abracosisal.org.br, acesso em 29/09/2008).

O debate e reflexões sobre o tema não impossibilitaram a forte repressão junto às rádios comunitárias que estavam no ar sem a devida autorização, diversas mobilizações regionais foram realizadas com o objetivo de lutar pela outorga das rádios, buscar informações sobre legislação, proporcionar capacitações para comunicadores e dirigentes. Resultando no surgimento da Federação Baiana de Rádio Comunitária - FEBRACON e a ABRAÇO Bahia, subdividida em doze Comissões Regionais, sendo uma delas a do Sisal.

O papel das rádios comunitárias no Território é imprescindível, contribuíram com a mobilização das comunidades na implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, a partir de 1997, na execução do Pacto Nacional Um Mundo pelas Crianças e Adolescentes do Semi-árido, além de realizar regularmente campanhas de conscientização da população sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), direitos humanos e infanto-juvenis, agricultura familiar, valorização da mulher, educação do campo, dentre outros. Hoje dispõe de 18 rádios comunitárias filiadas e delas apenas 8 possuem licença para o funcionamento.

O desejo de organizar e de fortalecer os sindicatos de trabalhadores rurais levou à criação da **Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-Árido da Bahia – FATRES**, que desde sua fundação em 1996, direcionou sua atuação aos trabalhadores rurais, tendo como foco estratégico de ação fortalecer diretamente as organizações sindicais, mobilizá-las e articulá-las para fazerem frente às questões sociais ligadas ao contexto do campo. Com a seguinte missão

Contribuir para a construção do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, voltado para a melhoria das condições sociais de vida dos agricultores/as familiares da região semi-árida da Bahia, visando a sua permanência na unidade produtiva familiar numa perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar (FATRES, 2007, p. 01).

A atuação da FATRES prioriza conteúdos formativos que busquem a promoção de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar, o cooperativismo e o

associativismo, formação sindical, formação de conselheiros dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, acesso ao crédito e ao mercado, planejamento estratégico e gestão institucional, alternativas de assessoria técnica social, cultural e ambiental, captação, armazenamento, gestão de recursos hídricos adequados e viáveis à convivência com o semi-árido, bem como o incentivo a experiências geradoras de trabalho e renda.

Tem um histórico de lutas, inicialmente com as questões sociais ligadas à realidade rural da região (seca, os trabalhadores mutilados do sisal, concessão de aposentadorias rurais, erradicação do trabalho infantil, acesso a terra, dentre outras). Posteriormente, procurou articular-se com outros movimentos sociais da região para o desenvolvimento de processos sociais voltados à mudança da realidade social sisaleira e passou a contribuir efetivamente com a melhor qualificação política dos dirigentes e lideranças, procurando desenvolver uma concepção política participativa para interferir nos processos orçamentários, nas políticas regionais, nos conselhos gestores municipais, nas comissões paritárias e em todas as instâncias em cuja participação possa influenciar políticas potencializadoras da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Além de propiciar uma ação política que leve a discutir, sistematizar, formular, propor, negociar/reivindicar/pressionar os poderes públicos para a obtenção de seus objetivos.

Segundo a FATRES, no desenvolvimento de suas atividades procura garantir a participação das entidades filiadas através de reuniões da diretoria mensais com a representação política de todos os sindicatos filiados para tratar de questões político-administrativas, bem como para avaliação e monitoramento do processo de trabalho dos diretores, assessores internos e funcionários e semestralmente uma assembléia geral dos sindicatos filiados para tratar de diversas questões políticas regionais relacionadas ao acesso à terra, aos direitos previdenciários, às políticas públicas setoriais (crédito, assistência técnica, água de consumo humano, dentre outras), movimento sindical e social. Além de está presente em outros espaços que promovam a inserção social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Selecionamos algumas experiências relevantes que tratam do histórico de organizações sociais que atuam no Território do Sisal e buscam a inserção de parcelas da sociedade que se encontram excluídas das políticas públicas até então adotadas pelos gestores públicos. É evidente que são muitos os percalços enfrentados por estas organizações que vão desde o nível educacional dos filiados ou cooperados até a captação de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades, o que não impedem de continuar desenvolvendo suas atividades com o ideal de transformação social.

As organizações relatadas fazem parte da composição do CODES SISAL e fica explícita a ampla preocupação com o desenvolvimento sustentável e participativo, envolvendo a geração de renda, a promoção da igualdade de gênero, a organização e capacitação de agricultores familiares, a educação rural contextualizada e a democratização das informações.

5 - O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA – CODES SISAL

5.1 - HISTÓRICO

O histórico de luta pela sobrevivência e por tentativas de superar a pobreza através da ação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras, como constatamos, desencadeou no final da década de noventa uma preocupação das entidades do movimento social, lideradas pelo MOC, FATRES e APAEB, no sentido da articulação conjunta para a promoção do desenvolvimento com princípios sustentáveis e com atenção às características rurais da região, buscando, inclusive, a parceria de atores públicos.

Em 2002, por iniciativa dos atores sociais, essa preocupação culminou na criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL, com personalidade jurídica de associação civil, sem fins lucrativos, de caráter privado.

A criação do Conselho efetivou-se após uma série de reuniões com entidades que já se articulavam regionalmente surgindo a proposição da junção com o poder público, com a finalidade da integração de programas e projetos numa perspectiva territorial. Iniciou-se o debate a respeito da criação de um ambiente político que pudesse encaminhar demandas que visassem ampliar aquelas ações referenciais já desenvolvidas por algumas organizações com a finalidade de atingir um amplo número de famílias de agricultores/as familiares. Outro objetivo era ampliar a integração com os gestores públicos, considerados como ausentes nos debates e nas ações de tentativas de promoção de um desenvolvimento sustentável (CODES SISAL, 2007).

A definição dos municípios participantes do Conselho deu-se por um processo natural, dado uma identidade consolidada, manifestada pela participação de entidades/instituições em ações concretas de proposição de políticas públicas, eventos, fóruns e articulações que discutiam os problemas sociais da Região do Sisal, além de manter ativa uma luta reivindicatória de busca de melhoria das condições dos trabalhadores e trabalhadoras. Com isso, percebia-se a perspectiva de articulação dos municípios, das entidades e instituições, que necessitavam apenas ser representados por uma instância. Nas primeiras discussões estavam envolvidos quinze municípios. No dia da fundação confirmaram a participação onze e nas assembleias consecutivas foram validados novos municípios.

No processo de estruturação do Conselho, o critério de escolha das entidades de representação da sociedade civil levou em consideração, primeiramente, aquelas que tinham uma abrangência e representatividade territorial, complementando-se com outras com atuação restrita a alguns municípios, mas, também, referenciais na região. Entre estas entidades estão sindicatos, cooperativas e associações de agricultores/as familiares, movimento de mulheres trabalhadoras rurais, entre outras. A definição dos representantes dos poderes públicos ficou a cargo de cada Prefeitura e houve a garantia da participação de todas que integravam o Território (CODES SISAL, 2007).

A fundação do Conselho foi concretizada em 2002, com a aprovação do Estatuto Social, transcorrida após uma trajetória de empecilhos que foram surgindo. Primeiramente, foi o processo de convencimento dos atores públicos, principalmente a representação de prefeituras, que até então não tinham nenhuma experiência de articulação com o intuito de promoção do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, teve o enfrentamento da burocracia para se definir junto ao Cartório de Registro qual seria a melhor forma de enquadramento da sua legalização, optando, em março do mesmo ano, pelo registro enquanto Conselho Regional.

A composição inicial foi formada por representantes de 11 (onze) Prefeituras Municipais e igual número de entidades representativas da Agricultura Familiar (entre sindicatos, cooperativas e associações). Além desses dois segmentos, participaram deste processo inicial de fundação o Movimento de Organização Comunitária – MOC e a Igreja Católica, categorizadas como entidades de apoio, totalizando vinte e quatro membros.

Neste momento inicial de formação, a composição do CODES SISAL ficou assim estabelecido com os seguintes sócio-fundadores: Prefeituras Municipais de Araci, Barrocas, Serrinha, Retirolândia, Valente, Santaluz, Queimadas, Cansanção, Nordestina, Quijingue e Tucano, representados pelos seus Prefeitos Municipais ou representantes legitimamente constituídos; pelas entidades representativas dos Agricultores Familiares a seguir denominadas: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal - FATRES, Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha – APAEB SERRINHA, Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente – APAEB VALENTE, Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização Ltda.- COOBENCOL, Cooperativa de Produtores dos Jovens da Região do Sisal - COOPERJOVEM, Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz - CEAIC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quijingue, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Santo, o Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Tucano e pelo Movimento de Organização Comunitária e Vicariato São Mateus, este último na condição de representante da Diocese de Feira de Santana da Igreja Católica.

Em 2003 há um impulso nas suas atividades com a criação da SDT e o reconhecimento do CODES SISAL enquanto entidade de caráter articulador, passando a funcionar enquanto Colegiado Territorial, possibilitando a discussão de políticas. A definição do apoio da SDT/MDA, no caso do Território do Sisal, obedecia a alguns critérios como o baixo IDH dos municípios, a condição de pobreza e a concentração de agricultores familiares. Os recursos da Secretaria possibilitaram a realização de várias oficinas com a finalidade de construção do PTDRS, decidindo-se quais as áreas prioritárias para o investimento público no Território, ficando definido que as ações, primeiramente, deveriam ser nas cadeias produtivas e em projetos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Neste momento, inicia-se o desafio de fortalecer um espaço político institucionalizado que pudesse levar adiante uma luta conjunta e fazer com que as políticas passassem pelo crivo da sociedade civil e do poder público, uma vez que, apesar de algumas experiências isoladas e localizadas, o histórico presente era de investimentos sem a devida reflexão e gestão social, que não surtiam os efeitos esperados em termos de geração de renda e melhorias socioeconômicas e ambientais, porque ficaram restritos as ações setoriais.

O apoio para o desenvolvimento das ações e funcionamento do CODES SISAL e os recursos do PROINF criou certa euforia nos movimentos sociais na região, todos vislumbravam a possibilidade de ver concretizado o sonho de constituição de um plano de desenvolvimento abrangente para o Território a partir da base, com a possibilidade de enfrentamento dos problemas comuns. Mas a tensão logo se instalou já nas primeiras reuniões, pois a lógica era a disputa isolada de municípios tentando atrair recursos, esquecendo-se da estratégia territorial.

A concepção de coletividade, de ver-se enquanto um todo, só veio a se desenvolver posteriormente, com o entendimento de que a confiança, a colaboração e o bem comum eram mais importantes. O seguinte depoimento ressalta a sua importância

O papel do CODES é importantíssimo, porque se fica sabendo dos problemas da região, o conselho representando os municípios vai buscar recursos não só no governo federal, mas, também, no governo estadual e em outras fontes; e, principalmente, possibilita o conhecimento das realidades, buscando a melhoria conjunta (Representante de entidade do movimento social).

No desenrolar das oficinas, nos anos que se seguiram, houve uma evolução do conflito e da discórdia, para o estabelecimento de consensos, não significando, com isso, que todos estavam de acordo em relação a todas as questões, mas que deveriam optar por investimentos localizados estrategicamente para atender um maior número de indivíduos, beneficiando a coletividade.

Ainda hoje, o pensar coletivamente não é uma unanimidade, representantes de municípios que não participam ativamente, vêem o Conselho como uma oportunidade de angariar recursos apenas para o seu município, sem a preocupação com a dimensão territorial e a possibilidade de um desenvolvimento que venha a reduzir as desigualdades do território como um todo. A frequência, neste caso, às assembléias se processa apenas quando estão em pauta assuntos de interesse econômico e quando há definição de investimentos, não se sentindo membros do Conselho e co-responsáveis por suas ações.

A participação atualmente é voluntária e não-remunerada, as despesas com viagens são de responsabilidade dos conselheiros e de suas entidades/instituições de origem. O Conselho arca apenas com despesas de alimentação, hospedagem e de infra-estrutura, caso sejam necessárias, nos eventos que promove. O acompanhamento das atividades do CODES SISAL demanda disponibilidade de tempo e dedicação para cumprir agendas, o que muitas vezes, gera substituições frequentes da representação ao longo do processo o que dificulta o acompanhamento das decisões e atividades, segundo depoimento, “cria-se um ambiente pulverizado, disperso, com rotatividade grande, onde as pessoas não acompanham as discussões” (Representante de organização da sociedade civil).

A sua estrutura é composta por uma Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Secretaria Executiva. A sede do Conselho localiza-se na cidade de Valente/BA na Rua Pedro Manoel da Cunha, 61, centro, espaço cedido pela Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal – FATRES. O Conselho tem previsto a construção da sede própria com recursos do PROINF (SDT/MDA) tendo como proponente do projeto a Prefeitura Municipal de Valente, que efetuou a doação do terreno como contrapartida e está executando a obra, com previsão de conclusão para 2009.

A Assembléia Geral é formada por um representante de cada entidade filiada e suas deliberações são sempre por maioria simples, podendo ser convocada em regime ordinário ou extraordinário. A Assembléia Geral Ordinária é sempre convocada pelo Presidente, com antecedência mínima de 10 dias, no mínimo duas vezes por ano, sendo uma até o dia 30 de abril para no mínimo apreciar e aprovar a prestação de contas do ano anterior e outra até o dia 30 de novembro para, no mínimo, apreciar e aprovar a previsão orçamentária para o ano

seguinte e a Assembléia Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo (CODES SISAL, 2002).

O Estatuto Social do Conselho determina que a possibilidade de entrada de novas entidades encontra-se na dependência de aprovação pela Assembléia Geral, devendo obedecer ao critério de proporcionalidade, ou seja, a cada novo membro de um segmento, há a necessidade de entrada de mais dois, representando as duas outras categorias de filiados. Contudo, percebe-se que estrutura atual do Conselho que este critério não é obedecido.

O CODES SISAL dispõe de um Conselho de Administração que é um órgão deliberativo formado por três representantes indicados pelas prefeituras, três representantes indicados pelas organizações representativas dos agricultores familiares, dois representantes de instituições de apoio e pela Secretaria Executiva, todos indicados e eleitos pela Assembléia Geral. Integra a sua estrutura um/a Presidente e um/a Vice-presidente, que, obrigatoriamente, tem que ser membros natos, eleitos para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos por mais uma gestão consecutiva. Os encontros do Conselho de Administração são realizados mensalmente para deliberações e, caso seja necessário, há a convocação de outros eventos.

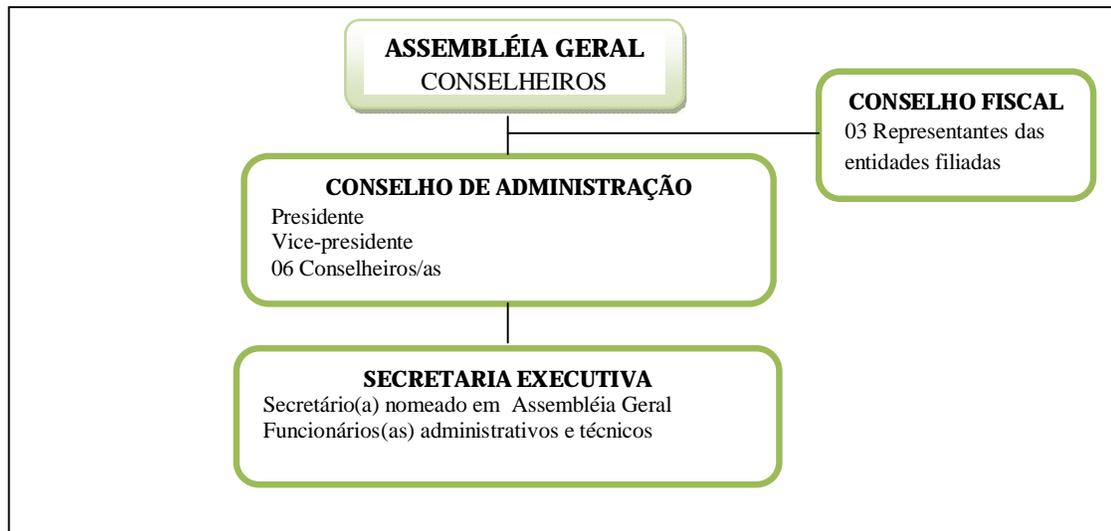
O Conselho fiscal é o órgão de fiscalização constituído por três representantes eleitos entre os representantes das entidades filiadas, com mandato de dois anos, eleitos após a apreciação das contas do mandato anterior, sendo permitida a reeleição por uma vez em mandato consecutivo.

A Secretaria Executiva é o setor de articulação, integração e execução das ações propostas pelo CODES SISAL, constituída por um secretário/a nomeado e indicado para o mandato de dois anos pela a assembléia geral, sendo permitida a reeleição em mandatos consecutivos ou alternados, com o critério de pertencer ao quadro funcional ou diretivo das instituições filiadas. Para esta função é permitido o pagamento de remuneração. Para compor a Secretaria Executiva é prevista a contratação de outros/as técnicos e funcionários.

Para seu funcionamento, constituem-se como fontes de recursos financeiros: a cota de contribuição das instituições filiadas, fixadas e aprovadas pela Assembléia Geral; auxílios, projetos, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; as doações e legados, a geração de rendas, inclusive resultantes de depósitos e aplicações de capital.

A seguir visualizamos a estrutura organizacional do CODES SISAL:

FIGURA 4
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CODES SISAL



FONTE: CODES SISAL, 2002.
 Elaboração: Solange Lima da Silva

A composição atual do CODES SISAL conta com a participação formal de representantes de 20 (vinte) prefeituras municipais, mais 20 (vinte) representantes de entidades da sociedade civil, na sua maioria de representação da Agricultura Familiar, e 15 (quinze) entidades de apoio governamentais e não-governamentais. Os municípios que participam são aqueles que compõem o Território do Sisal. Apresentamos a seguir a sua formatação:

TABELA 14
COMPOSIÇÃO DO CODES SISAL

Poder Público	Sociedade Civil
Prefeitura Municipal de Araci	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Araci - APAEB Araci
Prefeitura Municipal de Barrocas	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha - APAEB Serrinha
Prefeitura Municipal de Biritinga	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB Valente
Prefeitura Municipal de Candéal	Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia - ARCO Sertão
Prefeitura Municipal de Cansanção	Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia – CEAIC
Prefeitura Municipal de Conceição do Coité	Associação de Rádios Comunitárias do Sisal - ABRAÇO Sisal
Prefeitura Municipal de Ichu	Articulação das Entidades Urbanas de Valente e Região ARTAB
Prefeitura Municipal de Itiúba	Angelim Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Prefeitura Municipal de Lamarão	Central das Associações Comunitárias de Ocupação e Assentamentos do Semi-Árido Baiano – COASB
Prefeitura Municipal de Monte Santo	Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização – COOBENCOL
Prefeitura Municipal de Nordestina	Cooperativa de Produção de Jovens da Região do Sisal – COOPERJOVENS
Prefeitura Municipal de Queimadas	Cooperativa dos Apicultores do Semi-Árido Baiano – COOPMEL
Prefeitura Municipal de Quijingue	Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia – COOAMEL
Prefeitura Municipal de Retiroilândia	Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão – COOPERAFIS
Prefeitura Municipal de Santa Luz	Fundação de Apoio ao desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - FUNDAÇÃO APAEB
Prefeitura Municipal de São Domingos	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-Árido da Bahia – FATRES
Prefeitura Municipal de Serrinha	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR
Prefeitura Municipal de Teofilândia	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – SINTSEF
Prefeitura Municipal de Tucano	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Montagem e Acabamento de Calçados de Jequié e Região, sub-sede Conceição do Coité, Valente e Serrinha – SINTRACAL
Prefeitura Municipal de Valente	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia - UNICAFES Bahia
Entidades de Apoio (governamentais e não-governamentais)	
Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS Bahia	
Banco do Nordeste do Brasil - BNB – Agência Feira de Santana	
Diretoria Regional de Saúde - 12 ^a DORES	
Companhia de Ação Regional - CAR	
Diretoria Regional de Educação – DIREC 12	
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA – Gerência Regional de Serrinha	
Federação das Cooperativas de Crédito de Apoio a Agricultura Familiar – FENASCOOB	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	
Movimento de Organização Comunitária – MOC	
Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido – REFAISA	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	
Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA	
Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia – SEAGRI	
Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE	
Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus XIV	

Fonte: CODES SISAL, 2007.

O CODES SISAL tem por finalidade democratizar e ampliar o diálogo com instituições públicas, aumentar a eficiência e a eficácia das políticas e fomentar a realização de parcerias e co-responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil, propiciar a gestão social oportunizando o diálogo, a negociação e a aprendizagem coletiva, para um processo de estabelecimento de acordos e de compromissos coletivos para a transformação da realidade.

Segundo descrição contida no PTDRS a missão do CODES SISAL é

Contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do Território Sisal, priorizando o fortalecimento da cidadania, a erradicação da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida, através da articulação dos sujeitos e das políticas públicas e apoiando e incentivando ações e projetos referenciais (CODES SISAL, 2007, p. 15).

E os princípios são

Combate a qualquer forma de discriminação, com a promoção de relações sociais baseadas no respeito às igualdades e diferenças de gênero, etnia e geração;
Comprometimento com a justiça;
Comprometimento com a gestão pública, respeitando e garantindo a participação de todos e todas e implementando o fortalecimento das práticas democráticas;
Respeito ao meio ambiente, priorizando as práticas agroecológicas;
Divulgação e apoio às práticas de metodologias e tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, com base em uma política de planejamento, monitoramento e avaliação;
Promoção e valorização da Agricultura Familiar, da economia solidária e da cultura do Território (CODES SISAL, 2007, p.15-16).

E objetivos aqui resumidos:

- Planejar, adotar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Território do Sisal;
- Promover programas ou medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente no Território;
- Promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos não governamentais e empresas privadas consorciadas ou não, destinadas à recuperação e preservação ambiental da região compreendida no Território do Sisal;
- Planejar e apoiar o desenvolvimento rural centrado na Agricultura Familiar;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Municípios formadores do Conselho;
- Apoiar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para o cumprimento de sua missão e objetivos, o enfrentamento e a superação das dificuldades vivenciadas pelo CODES SISAL é tema no Conselho. Nas reuniões de

monitoramento e avaliação, por exemplo, há a preocupação de sensibilizar os participantes para a superação dos obstáculos relacionados a sustentabilidade financeira, representatividade, dentre outras, por se acreditar ser essa instância fundamental, espaço que abre voz para a população pensar o futuro do Território e buscar meios de materialização.

Outro desafio é sensibilizar o poder político local, para a importância desse espaço e superar a concepção de adversidade, já que o Conselho acaba colocando em questionamento as práticas políticas tradicionais, ainda em prática em alguns municípios. Os gestores públicos municipais, em sua maioria, participam dos debates e reuniões, não por comungarem do ideal comunitário, por achar que aquele é um espaço de diálogo entre sociedade civil e poder público ou que seja a forma mais eficiente de se chegar ao interesse coletivo, mas, porque, o visualizam como uma nova fonte de recursos e investimentos.

A grande dificuldade percebida e confirmada por diversos conselheiros das entidades da sociedade civil é a não constatação por parte das Prefeituras Municipais de que recursos escassos exigem uma maior articulação e criação de escalas, permitindo, assim, atingir aos objetivos esperados com sua implementação. Como exemplo, pode-se citar a formação e articulação de cadeias produtivas quando da aplicação de recursos em atividades econômicas.

A elevada expectativa e otimismo por parte da sociedade civil organizada, inicialmente, propiciaram uma grande mobilização e elevada participação em reuniões e discussões para a estruturação do Conselho, porém, com o decorrer do tempo, as avaliações demonstravam convicções mais realistas de que materializar ações e operacionalizá-las não era tão fácil como o esperado e a tendência foi de certo esvaziamento das convocações.

Outro problema está numa certa resistência por parte dos gestores municipais em apoiar iniciativas do movimento social, por que aí se consolida uma disputa por poder, ou seja, lideranças comunitárias são, normalmente, potenciais concorrentes e ameaçam a estrutura dominante nos espaços político-partidários. O fortalecimento das organizações sociais, em geral, se traduz em um processo que contraria as relações de poder existentes, desafia tradições estabelecidas e poderes seculares que fundamentam a política local.

O nível de conhecimento da população, de uma maneira mais abrangente, sobre a existência e funcionamento do Conselho é ainda incipiente. O seu propósito é debatido na sociedade organizada, que reconhece a importância desse espaço e aprova a sua atuação, porém, alguns outros setores organizados desconhecem o seu papel, inclusive, entidades que se apresentam na estrutura do CODES SISAL não têm conhecimento do verdadeiro papel que este representa.

O CODES SISAL, no seu processo de consolidação, vem tendo atuação importante na busca da promoção do desenvolvimento sustentável, reunindo organizações civis, governos municipais, estadual e federal, entidades representativas da agricultura familiar e entidades de apoio – atores envolvidos na melhoria das condições de vida e na execução de políticas públicas que atendam às necessidades do contexto social em que estão inseridos. O Conselho também assume o papel de responsável pela coordenação e gestão social do desenvolvimento territorial, promovendo o planejamento participativo, a partir de objetivos traçados e que denotam a preocupação especial com a melhoria de vida do meio rural e o fortalecimento da agricultura familiar.

Nas atividades desenvolvidas, o CODES SISAL busca apoiar o processo de organização dos agricultores familiares dentro do sistema produtivo do sisal e de outras atividades produtivas, como a apicultura, a caprinocultura, a ovinocultura, a piscicultura, criação de aves e a suinocultura. Tem, também, a preocupação em realizar ações referenciais de organização da assistência técnica, do crédito e comercialização, através da proposição e gestão de políticas públicas a serem desenvolvidas por entidades não-governamentais e públicas, propiciando uma rede de relações indispensáveis para impulsionar o desenvolvimento sustentável, mesmo em uma região com um passado fortemente subjugado à oligarquias agrárias.

A articulação e promoção da participação de atores sociais numa escala territorial, que se situa entre o Estado e o município, não deixa de apresentar dificuldades, apesar do reconhecimento de que cada vez mais é necessária a participação da comunidade na formulação, detalhamento e implementação de políticas públicas. O CODES SISAL se apresenta enquanto esforço de construção institucional de caráter permanente, mas com grandes desafios.

5.2 - O PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SISAL

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS do Território do Sisal nasce como uma concretização de anseios, mais dos atores sociais, que públicos, segundo alguns conselheiros, após longo processo de discussões que se efetivou do ano de 2003 a 2005, em oficinas providas pelo CODES SISAL e que oportunizaram a qualificação de suas propostas, adequando-as às realidades do Território.

Para os atores, tanto sociais como públicos, que participam deste processo e de acordo com o PTDRS o Território do Sisal avança na articulação de municípios e começa a oportunizar transformações na condução das políticas públicas, havendo a tentativa de que a democratização se concretize através da consulta aos segmentos diretamente ou indiretamente interessados quando da elaboração de projetos e programas a nível territorial, além de prever acompanhamento da execução e de seus resultados, apontando alguns avanços no planejamento participativo

[...] O Território começa a quebrar a cultura da ausência de planejamento – e o mais importante: planejar com diversos segmentos, municípios, instituições, entidades, etc. O Território começa a quebrar a ausência de informações de interesse e consolida um processo de construção de um diagnóstico participativo, histórico e atual de sua realidade;
O Território quebra a ausência da prática de sistematização e inicia um exercício da sistematização das oficinas, debates, troca de experiências e de seminários;
O Território quebra a prática de se pensar ou planejar a curto prazo e passa a assumir a lógica de se construir e integrar políticas públicas, ao invés de projetos e programas, apenas;
O Território, marcado pela exclusão social, mas também pela história de lutas dos movimentos sindical, associativista, cooperativista, organização das mulheres, entre outros, quebra o pré-conceito do coronelismo estabelecido em toda a Região Nordeste, e fortalece a construção e o fortalecimento de uma cidadania viva (CODES SISAL, 2007, p. 12).

O Plano cria uma proposta de desenvolvimento para o Território, identificando as potencialidades e desafios, delineando estratégias de ações com vistas à promoção de melhorias sociais que são trabalhadas a partir de seis eixos prioritários, que são: agricultura familiar, educação para a sustentabilidade, saúde, meio ambiente, comunicação e infraestrutura. Definição consolidada durante o *Seminário para o Fortalecimento das Políticas Públicas no Território do Sisal*, realizado no município de Valente, em 22 de março de 2007.

O quadro a seguir detalha resumidamente as prioridades de cada eixo de desenvolvimento:

FIGURA 5

DETALHAMENTO DOS EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	
EIXO ESTRATÉGICO	DETALHAMENTO
Meio Ambiente	Coleta, tratamento e destinação de resíduos (sólidos e líquidos).
	Combate à desertificação.
	Educação ambiental.
Fortalecimento da agricultura familiar	Acesso e permanência na terra.
	Apoio às atividades não agrícolas.
	Fortalecimento de cadeias produtivas.
Infra-estrutura	Eletrificação rural.
	Programa de moradia popular.
	Recursos Hídricos.
	Saneamento Básico.
Comunicação	Desenvolvimento da comunicação social no território.
	Desenvolvimento da comunicação social para viabilizar as potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais do território.
	Desenvolvimento de ações de comunicação dos movimentos populares.
Educação para sustentabilidade/Cultura	Acesso ao ensino superior.
	Ações sócio-educativas de convivência e complementares à escola.
	Educação do campo integral no território.
	Educação em área de Reforma Agrária.
	Educação no campo.
	Incentivo a leitura contextualizada, prazerosa, crítica e cidadã.
	Valorização e resgate da cultura popular nordestina. Democratização e criação de espaços culturais.
Saúde	Ampliação e qualificação do atendimento a saúde.

Fonte: CODES SISAL, 2007.

Com a definição dos eixos estratégicos foram criados grupos de trabalho para detalhar as ações do Plano e após a sua conclusão promover permanentemente o desenvolvimento das ações, acompanhando a implementação, a gestão e responsabilizando-se pelo monitoramento e avaliação.

A partir do diagnóstico do Território do Sisal e a constatação de que o cultivo do sisal é grande absorvedor de mão-de-obra e que a composição das relações de trabalho se efetiva basicamente pela utilização da própria família na responsabilidade do sustento, o eixo agricultura familiar acaba por ser aquele mais discutido e que dispõe de atenção maior, uma vez que há a predominância da visão de que a geração de renda é o meio indispensável de inserção em relações sociais mais justas, principalmente, porque se caracteriza como uma necessidade premente.

Destaca-se que o Plano traz uma gama de preocupações com as diversas dimensões do desenvolvimento, além de procurar apontar caminhos para os aspectos produtivos e econômicos, buscam-se meios de valorização das dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais.

A questão educacional, concomitantemente ao eixo fortalecimento da agricultura familiar, apresenta-se com um grande número de projetos que buscam a modificação do histórico do Território de altos índices de analfabetismo e de educação descontextualizada, principalmente, no campo. Os projetos buscam a formação de professores para a educação do campo, ampliação e fortalecimento das ações sócio-educativas, criação e ampliação de espaços de leitura, ampliação do acesso ao nível superior, alfabetização de jovens e adultos, ampliação de cursos em assentamentos e acampamentos, elevação da escolaridade integrada à formação em economia solidária.

Com relação às atividades produtivas conclui-se que a diversificação da produção é de fundamental importância para os agricultores e agricultoras familiares, destacando que deve ser empreendido um conjunto de medidas, a partir das próprias atividades já desenvolvidas nas propriedades, com ações voltadas para o apoio a agricultores/as familiares, prevendo ações de estruturação de propriedades, formação e fortalecimento de agroindústrias, realização de eventos de formação e a ampliação do processo de agregação de valor aos produtos e a comercialização.

A base produtiva que deve ser apoiada é aquela que está em concordância com as potencialidades do Território e que se adapta às condições climáticas e geográficas como a cultura do sisal, a ovinocaprinocultura, a apicultura, o artesanato de sisal, e a extração de pedras e minerais. Para tanto, chega-se a conclusão de que é necessário o acesso à terra, a

garantia de recursos hídricos, uma infra-estrutura que atenda as necessidades da população rural como eletrificação rural, rodovias de acesso e moradia digna, atendendo às necessidades de uma educação contextualizada, incentivo às diversas formas de manifestações culturais, um atendimento de saúde qualificado e como questão fundamental a erradicação do trabalho infantil.

Constata-se que a produção econômica exige uma gama de ações fundamentais como o investimento em pesquisa e tecnologia, a garantia de assistência técnica, a ampliação da oferta de crédito, o fortalecimento dos processos de comercialização, a agregação de valor aos produtos, a capacitação para o cumprimento de exigências sanitárias, o incentivo ao cooperativismo e, no caso da extração de pedras e minerais, a melhoria nas condições de segurança.

Diante da estrutura fundiária, com a existência predominante de pequenas propriedades, a produção do sisal se apresenta no Plano, juntamente com a caprinocultura e a criação de pequenos animais, como de importância relevante, procurando a priorização pela verticalização da produção e formas de agregação de valor e definindo metas para o Programa de Reforma Agrária e Crédito Fundiário, como forma de democratizar o acesso à terra.

O diagnóstico revela que o processo de venda da fibra *in natura* pelos produtores aos intermediários causa-lhes grandes prejuízos, já que estes, em média, reduzem os preços em até 30%. Uma alternativa é a implantação de pequenas centrais de beneficiamento, conhecidas como bateadeiras de sisal, que possibilitem o tratamento primário básico da fibra, adequando-a as exigências do mercado interno e externo em crescimento (CODES SISAL, 2007, p.91).

No Plano há a proposição de estratégias para impulsionar o desenvolvimento da cultura

Realização de pesquisas que objetivem o controle de doenças e o desenvolvimento de plantas com maior resistência e produtividade;
Realização de pesquisas para ampliar o uso dos sub-produtos do sisal, principalmente para o desenvolvimento de ração animal;
Desenvolvimento de pesquisa que produzam tecnologias apropriadas;
Garantia de um processo de assistência técnica permanente e apropriada, visando a melhoria do processo produtivo;
Implantação de Unidades de Beneficiamento de Sisal;
Linhas de crédito que garantam o processo produtivo bem como o beneficiamento e a comercialização (CODES SISAL, 2007, p. 92).

No que se refere à criação de ovinos e caprinos, chega-se a conclusão de que necessitam de investimentos na área da caprinocultura de leite, ovinocaprinocultura de corte e

o beneficiamento das peles. Para o desenvolvimento destas atividades o Plano destaca um grande desafio a vencer que é a resistência cultural, uma vez que o consumo de carne e leite predominante no Território é o bovino, sendo necessário um processo educativo de valorização destes produtos, para a garantia da comercialização e formas para vencer a intermediação que acaba por destinar os lucros da cadeia produtiva àqueles que se responsabilizam pelo processo de venda.

Como já se tinha a experiência no Território de programas e projetos de assistência técnica e extensão rural oportunizados pelo Movimento de Organização Comunitária - MOC, que criou programas específicos como os fundos rotativos para pequenos empréstimos e de assistência técnica para essa criação, o Plano evidencia a necessidade de ampliação destas atividades de forma atender um maior número possível de famílias.

A diversidade da vegetação da caatinga propicia a apicultura que é destacada como atividade ainda incipiente e que necessita de apoio e investimento para a exploração de seu potencial. Além da expansão das colméias, aponta ser necessária a implantação de unidade de beneficiamento dos seus produtos, a realização de eventos de formação para melhoria da qualidade de produção, beneficiamento e comercialização, ampliação e a diversificação dos produtos originados das colméias. Para isso, evidencia como essencial o estabelecimento de parcerias e convênios com instituições de pesquisa para produção de tecnologia apropriada para apicultura no território; parceiras com associações de apicultores; negociação com secretarias de agricultura e o grupo gestor do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI para compra e fornecimento dos produtos para a alimentação escolar e a divulgação dos produtos.

Conjuntamente às atividades produtivas ligadas diretamente à terra, há uma diversidade de atividades não-agrícolas desenvolvidas nos municípios do Território do Sisal como a produção de artesanato de sisal, a extração de minério (em especial de paralelepípedos concentrada nos municípios de Santaluz e Itiúba), produção de peças artesanais em tecidos e outros materiais, prestação de serviços diversos, entre outros, que necessitam de apoio e investimento para se desenvolverem e proporcionar a geração de emprego e renda.

O Plano enfatiza que a extração e beneficiamento de pedra no município de Santaluz configuram-se como importantes atividades econômicas, envolvendo, aproximadamente, 1.200 (mil e duzentos) trabalhadores/as e sendo responsável por quase 90% da produção no Território. Contudo, apresenta diversos problemas como a mão-de-obra infantil, condições insalubres e dificuldades no processo de comercialização. Levando muitos trabalhadores/as a buscarem a organização para garantir o devido enfrentamento das dificuldades, o que

desembocou na criação do Sindicato dos Trabalhadores da Pedra e a Cooperativa de Trabalhadores da Pedra. Através destas entidades buscam ações visando à regulação de preço e da oferta, melhorias no processo produtivo, a segurança no processo de beneficiamento e a luta pelas garantias previdenciárias (CODES SISAL, 2007, p.101).

Para a ampliação destas atividades e de sua capacidade de geração de emprego e renda o Plano aponta como fundamental as parcerias com instituições de fomento e de assistência técnica para a formação de Arranjos Institucionais. Com os seguintes possíveis parceiros: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, SEBRAE, SDT, SEAGRI, Prefeituras Municipais, UNEB, UEFS, UFBA, Instituto Mauá, Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, PETI, APAEB, Agência de Desenvolvimento Sustentável/Central Única dos Trabalhadores – ADS/CUT, ARCO, MOC, Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Secretaria Estadual de Indústria e Comércio e a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP.

A questão do acesso à terra aparece como fundamental para garantir o combate à pobreza no meio rural e para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e há o estabelecimento de metas para a democratização, que são: assegurar os meios para o assentamento, através do Programas de Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, de 3000 (três mil) famílias/jovens por ano; empreender medidas para a titulação das terras ocupadas pelos agricultores familiares, beneficiando, anualmente, 5000 famílias e garantir linhas de crédito a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Assessoria Técnica Social, Cultural e Ambiental - ATEs para as famílias e grupos assentados.

Para atingir as metas foram definidas as seguintes estratégias

- a) Mobilizar as organizações sociais e o poder público para o levantamento e cadastramento, em cada Município do Território, das famílias e dos jovens rurais que podem ser beneficiados com as medidas de acesso e permanência na terra e com a titulação das áreas já ocupadas;
- b) Empreender processo de seleção, capacitação e organização das famílias e dos jovens cadastrados, reduzindo-se assim os riscos e aumentando as possibilidades de êxito nos futuros assentamentos;
- c) Buscar, junto às instâncias governamentais pertinentes, o apoio necessário para garantir o acesso e permanência na terra pelos assentados (infra-estrutura, assistência técnica, crédito etc.);
- d) Implantar, no Território, uma Unidade Técnica Territorial (UTT) para, em conjunto com a Unidade Técnica Estadual (UTE) e a Unidade Técnica Nacional (UTN), e em parceria com as organizações sociais e o poder público municipal, implementar as ações pertinentes ao Programa Nacional de Crédito Fundiário; Estabelecendo uma política de parcerias com Universidades, ONG's, entidades dos agricultores familiares;

- e) Implantar, no Território, um Escritório do INCRA, como medida institucional para facilitar as ações da reforma agrária na região;
- f) Criar em cada Prefeitura Municipal uma unidade administrativa com a função de titulação das terras dos agricultores familiares, para operacionalização em conjunto com a CDA e o INCRA, através da UTT e do Escritório do INCRA no Território (CODES SISAL, 2007, p.104).

A educação tem um capítulo especial no histórico do Território, os altos índices de analfabetismo sempre persistiram e é considerada uma questão crucial a ser enfrentada pela articulação dos atores públicos e sociais. O desafio da administração pública, segundo o PTDRS, é transformar as condições físicas de escolas, elaborar um projeto político-pedagógico que seja resultado da demanda educacional, respeitando e atendendo as peculiaridades da educação do campo, possibilitando a capacitação de professores e criando as condições necessárias para a implantação de uma educação de qualidade.

Neste sentido o PTDRS pretende dar atenção especial à educação do campo, por considerar que esta sempre esteve fora das preocupações dos gestores públicos, reproduzindo modelos da educação urbana, sem a contextualização com os problemas enfrentados pelas populações rurais, a concepção é que a educação deve “caminhar para a garantia de direitos, respeito às diferenças, valorização da cultura local, desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento da agricultura familiar e busca de soluções para os problemas encontrados” (CODES SISAL, 2007, p. 117).

No Território existem duas experiências de Escola Família Agrícola - EFA, no município de Valente e em Monte Santo, que atuam com a concepção da pedagogia da alternância, onde os alunos permanecem uma semana freqüentando a escola e outra em casa, repassando à família, principalmente aos pais, o que aprenderam sobre a convivência com o semi-árido. Os conteúdos objetivam os conhecimentos convencionais do sistema de ensino brasileiro, mas também integram atividades preparatórias para o trabalho no campo. O objetivo é construir uma percepção da importância das potencialidades rurais e a aprendizagem da convivência com a seca, modelo que deveria estar presente em todos os municípios do Território.

O PTDRS aponta algumas metas para a melhoria da qualidade educacional: capacitar treze equipes pedagógicas (com 04 pessoas cada, total 52), capacitar 1.500 professores de 1ª a 8ª série da zona rural de 13 municípios do território do sisal (capacitados pelas equipes locais), construção de 06 Escolas Família Agrícola (04 de ensino fundamental e 02 de ensino médio e ampliar a capacitação da equipe pedagógica para 20 municípios. Os objetivos são

Formar e capacitar 13 Equipes Pedagógicas de Educadores/as do Campo, com poder público e sociedade civil, para que as mesmas capacitem todos os professores rurais dos seus municípios, numa metodologia apropriada, que ajudem no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento territorial.

Capacitar professores/as rurais (de 1ª a 8ª) para atuarem nas escolas do campo com uma metodologia apropriada, que valorize a cultura, o jeito de ser, de agir, de produzir e viver das populações do campo, para construírem conhecimentos que contribuam com o desenvolvimento territorial;

Sensibilizar gestores públicos para implementação de políticas de educação do campo, cumprindo as Diretrizes Operacionais para uma Educação do Campo, construindo os Planos Municipais de Educação do Campo;

Criar Departamentos de Educação do Campo em todas as Secretarias de Educação dos 20 municípios;

Construção de cisternas, através do PIMC em todas as escolas do campo.

Incluir no currículo escolar temas com: associativismo, cooperativismo e sindicalismo

Calendário Escolar respeitando o período de colheita;

Capacitar professores dentro da Pedagogia da Alternância, para atuarem nas Escolas Família Agrícola (CODES SISAL, 2007, p 118)

O Plano prevê parcerias diversas para a consecução dos objetivos explanados com os seguintes órgãos:

- Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – recursos para capacitações;
- Prefeituras Municipais/Secretarias de Educação e de Agricultura – capacitações, recursos para transportes dos educadores participarem dos cursos, ampliação e melhoria das instalações das escolas do campo;
- MOC – execução do processo de formação (realização dos cursos);
- Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações (participação nos cursos e apoio, acompanhamento do trabalho nas escolas do campo).
- Universidades (cursos de formação na área de educação do campo para professores e representantes de entidades da sociedade civil).
- ASA - Articulação no Semi-árido Brasileiro (construção de cisternas nas escolas do campo e capacitação de educadores sobre gerenciamento de água)
- REFAISA – Rede das Escolas Família Agrícola, no incentivo e apoio a criação de novas escolas no Território do Sisal.

O PTDRS, ainda, prevê a adoção da concepção de educação integral, aquela que percebe o ser humano em todas as suas dimensões e integrada à realidade social de cada um, propondo o incentivo ao desenvolvimento das Jornadas Ampliadas do Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, experiência já desenvolvida em alguns municípios, onde são realizadas diversas atividades que buscam estimular a criatividade e espontaneidade das crianças e adolescentes e contribuem para a permanência na escola. Além da ampliação do Projeto Baú de Leitura (já executado pelo MOC em alguns municípios), que consiste na sensibilização e capacitação de professores para estimularem a leitura nas escolas, uma vez que o diagnóstico feito a partir da realidade das escolas do campo é que os próprios professores não possuem a prática da leitura.

O ensino superior gratuito apenas conta com a Universidade do Estado da Bahia que se encontra localizada no município de Serrinha com os cursos de Pedagogia, Administração e Geografia e em Conceição do Coité com os cursos de Letras, História e Comunicação Social, este último, recentemente implantado, resultado das discussões estabelecidas no âmbito do CODES SISAL. Assim, percebendo a importância do conhecimento no processo de desenvolvimento territorial sustentável e as necessidades do campo o Plano aponta a necessidade de ampliação dos cursos de forma a atender a ruralidade do Território. Com os seguintes objetivos para uma possível agenda para as universidades:

- Criar novos cursos nas universidades como agroecologia, agronomia, educação do campo, geologia, cooperativismo e direito e ampliar as que existem;
- Consolidar o curso de Comunicação Social com Habilitação em Radialismo (atualmente encontra-se consolidado no Campus da UNEB Conceição do Coité);
- Possibilitar o acesso ao ensino superior para educadores, trabalhadores do campo, etc.
- Formar recursos humanos em temas: cooperativismo e associativismo;
- Implantar residências estudantis;

O Plano destaca, também, a importante contribuição do Programa de Educação de Jovens e Adultos MOVA-BRASIL, parceria entre PETROBRAS, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire (IPF), que desde 2003 atua no Território e já contempla alguns frutos como: fortalecimento das organizações representativas – Associações, Sindicatos e Cooperativas, possibilitando o acesso ao crédito agrícola (PRONAF), captação de água potável (P1MC), agregação de valores a produção familiar através do beneficiamento de frutas e fabrico de doces, resgate dos mutirões e da solidariedade local, da participação nas assembléias das câmaras de vereadores para interferir nas discussões sobre políticas locais, participação e envolvimento nos espaços e fóruns que discutem a educação no campo (CODES SISAL, 2007, p.135). Chega-se a conclusão que é necessária ampliação do Programa para todos os municípios do Território através da capacitação de 3.600 jovens e adultos de comunidades rurais de agricultores/as familiares,

abarcando os jovens e adultos de áreas de assentamentos localizados nos municípios de Santaluz, Quijingue, Conceição do Coité, Tucano, Biritinga, Teofilândia, Araci, Itiúba, Monte Santo, Queimadas e Cansanção.

A saúde, segundo o PTDRS, apresenta um déficit no atendimento médico-hospitalar que não atende as necessidades da população e a ausência de hospitais de alta complexidade impede o atendimento de muitos casos que precisam ser deslocados a grande distância, geralmente, para o município de Feira de Santana ou para Salvador, que não conseguem atender às necessidades do próprio município e de tantos outros que chegam, sobrecarregando o atendimento. Aponta-se, então, a necessidade de ampliação do atendimento no Território:

- Instalação do Hospital da Mulher com uma Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal;
- Instalação de hospitais regionais equipados;
- Implantação de Hospital de Média Complexidade;
- Implantação de UTI Móvel para os hospitais regionais e laboratórios;
- Implantação do Programa Saúde da Família em todos os municípios do Território;
- Ampliação do PACS (Programa Agente Comunitário de Saúde) e formação dos Agentes;
- Ampliação e fortalecimento do saneamento básico, da coleta seletiva do lixo, do esgotamento sanitário e da vigilância sanitária;
- Implantação do Programa de Capacitação de Parteiras;
- Implantação da Farmácia Popular;
- Implantação de Unidades de Zoonose (CODES SISAL, 2007, p.145).

Para a concretização destas ações propõe parcerias com Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Dires 1ª, 2ª, 12ª e 28ª, Centro de Referência da Saúde do Trabalhador – CEREST, Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Saúde.

A preocupação com o meio ambiente e com a implantação de uma educação ambiental busca alertar que no Território é visível a degradação ambiental e problemas como o desmatamento desordenado, queimadas, o uso indiscriminado de agroquímicos, mecanização intensiva, que podem levar ao agravamento da erosão do solo, com perda da área produtiva, a extinção da flora e da fauna, a escassez de água e o aumento da temperatura.

Esses problemas podem levar ao maior empobrecimento da população e o êxodo para a cidade devido às dificuldades crescentes para viabilizar as atividades produtivas. Nas cidades o lixo e esgotos são jogados a céu aberto e em terrenos residenciais, de comércio, escolas, próximos a fonte de água, etc, não há o tratamento adequado destes resíduos, muitos chegam ao Rio Itapicuru, único perene no Território que corta os municípios de Queimadas e Tucano, que necessita do esforço para a sua recuperação.

Neste sentido, o meio ambiente aliado a um projeto educacional deve ser objeto de uma política estratégica, inserido nos currículos escolares e fazer parte das preocupações de gestores públicos e entidades como cooperativas e associações, com dotações orçamentárias municipais específicas. Para tanto, indica estratégias

- Elaboração de um Plano Ambiental do Município;
- Criação e funcionamento dos Conselhos e Secretarias do meio ambiente;
- Divulgar Código de Postura do Município;
- Fazer um diagnóstico dos resíduos sólidos produzidos no território;
- Levantamento dos aspectos geográficos e ambientais das áreas que possibilitem a instalação de aterros;
- Elaborar e implantar um modelo de gerenciamento de resíduos apropriado a realidade local;
- Instalação de consórcios para aterro sanitário;
- Instalação de usinas de reciclagem (intermunicipal ou municipal);
- Implantação sistema de gerenciamento de Resíduos Sólidos, com coleta seletiva;
- Implantação de um Programa de Educação Ambiental local voltado para trabalhar a comunidade sobre o modelo de gerenciamento de coleta seletiva a ser implantado;
- Apoio à criação e fortalecimento de entidades da economia solidária para o processo de reciclagem;
- Capacitar funcionários da limpeza pública;
- Promover Programas de EDUAMB nas comunidades, escolas e com o comércio estimulando a prática dos 3 R (reduzir, reciclar, reutilizar);
- Implantar estações de tratamento de esgoto nos municípios que não possuem;
- Realizar parcerias com Universidades (UNEB, UEFS, UFBA), ONG's, entidades representativas do movimento popular, prefeituras municipais, órgãos ambientais dos governos federal e estadual etc. para compor equipe de planejamento, execução e monitoramento (CODES SISAL, 2007, p 158).

Indica, também, estratégias para a recuperação da Bacia do Rio Itapicuru

- Recuperação de mata ciliar;
- Retirada de curtumes implantados nas margens;
- Campanhas de uso adequado do solo;
- Tratamento dos resíduos domésticos e industriais;
- Diagnosticar a real situação de degradação da área em que esta localizada a Bacia do Rio Itapicuru;
- Elaborar e implementar um plano de recuperação ambiental da bacia;
- Implementar planos de desenvolvimento sustentável para as atividades econômicas desenvolvidas na área da bacia do rio Itapicuru (CODES SISAL, 2007, p 165).

O Programa de Desenvolvimento da Comunicação Social no Território do Sisal, através do Projeto de Fortalecimento das Entidades de Comunicação Regionais, objetiva fortalecer a comunicação social dando suporte as agências regionais de comunicação que

atuam no Território que são a ABRAÇO Sisal e a Agência Mandacaru, buscando a democratização, a implantação de tecnologias que possibilitem a inclusão social e digital da população do território, a divulgação de experiências de convivência com o semi-árido e contribuições para o desenvolvimento sustentável. Para tanto visa

Fortalecimento da ABRAÇO Sisal;
Aquisição de equipamentos de escritório e instalação do escritório permanente da ABRAÇO Sisal numa sala cedida pelo CODES Sisal;
Implantação de 03 tele-centros nos municípios do território;
Capacitações para comunicadores comunitários sobre a digitalização de rádio e TV;
Garantir recursos para a articulação e acompanhamento das rádios comunitárias;
Contratação de um/a administrador/a e um/a técnico/a (20 horas semanais cada);
Aquisição de equipamentos para as rádios comunitárias filiadas a ABRAÇO Sisal;
Recursos para manutenção do espaço físico da ABRAÇO Sisal no período de dois anos;
Contratação da Agência Mandacaru como assessora de comunicação do CODES;
Produção de peças de comunicação para divulgação das ações do CODES no território do Sisal: Jornal Impresso, Programas de rádio, construção e manutenção do site para a entidade, dentre outras ações;
Condicionar o apoio político e financeiro do CODES a rádio educativa de Valente, se houver garantia da participação dos movimentos sociais no processo de gestão;
Aquisição de equipamento e custeio para o primeiro ano de funcionamento (CODES SISAL, 2007, p. 112-113).

O eixo cultura busca a valorização e o resgate da cultura popular nordestina com a criação de formas diversas de acesso a espaços culturais, com o objetivo do resgate histórico do Território com a criação de museus, centros de cultura popular, salas de cinemas, legalização das rádios comunitárias para a divulgação dos artistas da terra e elaboração de projetos de divulgação e incentivo às manifestações populares. A inclusão nos currículos escolares da arte e a criação de conselhos municipais de cultura são apontados como importantes ações para estimular às atividades culturais.

Além de outras estratégias como disponibilizar um banco de dados sobre os artistas e manifestações populares, realização de feiras culturais, a implantação de curso superior de artes cênicas, criação de um núcleo de cultura com palco, iluminação e técnicos disponíveis para atender a todos os municípios do Território, criação de revistas e jornais regionais, financiamento para os escritores, o estímulo ao intercâmbio cultural entre os municípios, formação de educadores e mobilizadores de culturas populares, realização do censo cultural territorial, construção, implantação e revitalização de mercados de arte em cada cidade do Território, tombamento, restauração e preservação do patrimônio histórico e ambiental dos municípios, promoção de concursos literários e resgate da história local dos municípios.

O Plano aponta a inclusão social através de geração de renda e capacitação profissional com o objetivo de incluir famílias de baixa renda, ou sem nenhuma renda, em projetos produtivos como o artesanato de palha, artesanato de garrafa plástica, a reciclagem, a produção de tempero, corte e costura, panificação, criação de suíno de corte, criação de galinha caipira, criação de peixe e horticultura.

Busca a ampliação e qualificação atividades socioeducativas e de convivência, para crianças e adolescentes, visando melhorar a auto-estima, opções de lazer, estímulo a leitura e uma alimentação de qualidade. Chama a atenção sobre a orientação nas escolas voltada para a sexualidade com participação dos pais e tem como objetivo criar espaços de acolhida e recuperação para crianças que tenham transgredido a lei e mulheres vítimas de violência. Com relação a idosos, tem como objetivo incluir pessoas acima de 55 anos de idade, que vivem em situação de solidão e/ou abandono em grupos de convivência, para praticarem atividades produtivas e de lazer, visando recuperar a auto-estima e um envelhecimento saudável.

O PTDRS faz um diagnóstico da condição socioeconômica do Território e sistematiza de forma ampla todos os entraves ao processo de desenvolvimento rural sustentável, qualifica os conteúdos das propostas e justifica a necessidade de adotá-las. Com vistas à superação dos empecilhos, aponta estratégias que devem ser adotadas com o intuito de implantação das ações que venham contornar as desigualdades históricas. Para tanto, define um leque de instituições parceiras e define indicadores para a verificação dos resultados. Cabe ressaltar, a necessidade de avaliação do Plano e de ajustes constantes, até mesmo para se fazer um balanço dos encaminhamentos que já foram dados e daqueles que necessitam ser impulsionados e é evidente que depende das parcerias e da prioridade dessas instituições para o enfoque territorial.

Percebe-se a definição de uma visão estratégica resultante de uma metodologia participativa que, segundo conselheiros, contou com a participação de atores públicos e sociais, desencadeando um processo de discussões, debates e avaliações das propostas, propiciando um levantamento conciso das informações, que posteriormente, deveria se constituir em instrumento indispensável para a implantação de políticas públicas. Contudo, como veremos a seguir, o processo participativo e de implementação de políticas públicas esbarram em algumas dificuldades institucionais na transformação destas reivindicações em agenda pública.

5.3 – GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

A gestão do desenvolvimento, a partir da abordagem territorial, pressupõe, dentre outras coisas, o atendimento das demandas levantadas por um espaço político de articulação (Colegiado Territorial), constituído enquanto órgão responsável pela discussão das estratégias para a promoção de melhorias na qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, visando proporcionar uma maior participação da base social, entre atores públicos e sociais, na determinação e discussão de políticas públicas, firmando-se enquanto instrumento de mobilização da sociedade, capaz de aprofundar a compreensão dos problemas e em canais de comunicação com a administração pública.

O CODES SISAL visa à interlocução (interna e externa) do Território com as diversas instituições e esferas políticas, com um papel de identificação das principais demandas e soluções e papel de fiscalizador da qualidade dos serviços prestados pelas diferentes esferas públicas no Território, além de buscar assegurar que as políticas públicas sejam construídas em acordo e a partir destas demandas.

No início de suas atividades, segundo os participantes do processo, houve uma grande expectativa da força que esta entidade viria a representar frente à busca de soluções para os problemas do Território, conselheiros ressaltaram que os problemas econômicos se sobrepuseram nas discussões, devido às necessidades e carências na busca de emprego, renda, crédito e viabilidade econômica para projetos produtivos, apresentando-se como urgentes de solução, mas no decorrer das atividades esta percepção foi se modificando, como apontam

No início as discussões eram mais voltadas para o PRONAF, por que eram prementes, mas com o tempo aumenta as preocupações com a cultura, comunicação e a educação. Esta última de importância fundamental, pois o CODES não pode concordar com a educação que o Estado oferece (Representante de entidade do setor público).

Quando começou o foco era mais na agricultura, mas depois se percebeu a importância das outras discussões (Representante do setor público - Prefeitura Municipal).

As discussões tratam do programa de água, agricultura familiar, saúde, educação, comunicação e cultura. Acho que tem igualdade nas discussões, o que está faltando mesmo é a prática, as ações são poucas (Representante do movimento social).

Após a institucionalização do Conselho e com o apoio financeiro da SDT/MDA, todos os consultados afirmaram que as discussões eram mais voltadas à negociação dos projetos financiados com recursos do PROINF e continuaram com o foco no fortalecimento da agricultura familiar, mas, com o tempo, houve a compreensão de que um território não se desenvolve apenas com atividades produtivas, necessita de educação, de cultura, de comunicação democrática, de saúde, de infra-estrutura e da preservação do meio ambiente.

Alguns entrevistados apontaram que as discussões atraíam e atraem a atenção para a agricultura, devido à atuação prática, uma vez que a maioria das entidades que integram o Conselho representam a agricultura familiar e defende os seus interesses, já dispondo de um conhecimento acumulado. Outros depoimentos destacam a dificuldade em contribuir para o debate com relação às questões que necessitam de um conhecimento referente a outros eixos do desenvolvimento, como, também, referente a questão urbana e os problemas enfrentados pelas periferias das cidades, como aparecem a seguir

As discussões puxam mais para a agricultura familiar e infra-estrutura do território, a questão da água, unidade de produção, de geração de renda. Acho que as pessoas têm mais conhecimentos e o que opinar, as questões que necessitam de conhecimento mais técnico o corpo tem dificuldade de contribuir, como educação e saúde; a impressão que fica é que não se aprofundam esses aspectos (Representante de entidade do setor público).

Historicamente o semi-árido trabalha com as adversidades e há a necessidade de afirmar um projeto de desenvolvimento sustentável, mas há uma crítica fraterna de que a agricultura tem a hegemonia dentro do conselho, de que é necessário ampliar os benefícios, para consolidar o projeto no âmbito do território e estar sempre buscando a ampliação do debate, muitas vezes o debate é engessado, é necessário descolar um pouco do conceito de desenvolvimento rural e pensar as políticas do ponto de vista urbano também. Está pecando muito em só pensar no rural, sem ampliar a discussão do plano diretor das cidades e as periferias que são esquecidas e enfrentam muitos problemas (Representante de entidade do movimento social).

Esse fato foi percebido na análise do PTDRS, onde a agricultura assume uma prioridade visível, juntamente com a educação do campo. Outras dimensões apresentam-se pouco discutidas e fundamentadas, como o meio ambiente, através das ações para recuperação da Bacia do Rio Itapicuru, o problema da desertificação e degradação dos solos e a criação de áreas de proteção ambiental. No eixo infra-estrutura e saúde, sem o devido detalhamento, aparecem as ações de saneamento básico e moradia. Questões fundamentais como, por exemplo, a igualdade de gênero não aparece em nenhum momento nas preocupações das

diversas ações, ou, quando citada, não se traduz em elementos concretos. Outro ponto pouco trabalhado diz respeito ao processo de formação contínua, principalmente no que se refere à capacitação profissional.

A questão da democratização do acesso à terra, tão fundamental no contexto do Território, não aparece como estratégica nas discussões do Conselho, mesmo porque não se tem a participação ativa dos movimentos sociais que representam esta luta, fato verificado na análise das pautas de reuniões e listas de frequência.

Nas pautas, registros e relatórios de reuniões, oficinas e seminários disponibilizados para pesquisa pelo CODES SISAL, do período 2006-2008, apenas três seminários discutiram a temática de acesso à terra e da implantação da Unidade Técnica Territorial, proposta que aparece no PTDRS para garantir a parceria entre as organizações sociais e o poder público municipal com a finalidade implementar as ações pertinentes ao Programa Nacional de Crédito Fundiário. Esta UTT, juntamente com outras metas relativas à questão da terra, não foram implementadas. Segundo declaração de representante de organização social e assentado

O CODES, só a partir de 2007, vem avançando com relação ao problema fundiário no que se refere a investimentos de infra-estrutura dos assentamentos, implantação de unidade de beneficiamento de produtos e liberação de alguns créditos e foi criado, inclusive, um grupo de trabalho de acesso à terra discutido no eixo agricultura familiar, mas o debate é muito tímido, alguns movimentos não têm participado do debate territorial. Continua fraco o debate da política de reforma agrária dentro do ambiente do CODES, devido à falta de participação dos movimentos ligados à luta pela terra, não por falta de estímulo dos dirigentes do CODES; mas por que movimentos que atuam no Território como a CETA (Coordenadoria Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas) que possui assentamentos e acampamentos, o MST que tem acampamentos, as Associações Fundo de Pasto, a Pastoral Rural de Paulo Afonso, não participam do debate, acham que devem caminhar sozinhos (Assentado e representante de entidade do movimento social).

Portanto, não foram verificados avanços significativos quanto à questão da reforma agrária e com relação aos objetivos do PTDRS no que se refere a fazer o levantamento e cadastramento em cada município das famílias e jovens rurais que poderiam ser beneficiados com medidas de acesso e permanência na terra e com a titulação, como, também, não foi efetivada a criação da Unidade Técnica Territorial para a operacionalização do crédito fundiário, como já mencionamos, fato justificado, inclusive, pela resistência de alguns movimentos, como aponta um integrante do MST

O MST tem como política não participar de outros movimentos para não perder força e concentrar as ações na luta pela reforma agrária. Com relação ao crédito fundiário, não há muita aceitação das entidades de luta pela terra e, também, não há vontade de

lutar por ele, por que não compete ao Brasil financiar a compra de terras que na sua maioria são terras públicas, do próprio Estado. Em vez de crédito fundiário deve-se efetivar a reforma agrária e o que acontece é que o governo e os financiadores do crédito fundiário não vão querer viabilizar a reforma agrária (Integrante do MST, participa do CODES representando outra entidade).

Para o representante do INCRA no Conselho o grande problema na região é que há muita terra devoluta, não demarcada, em que não se pode fazer a vistoria dados os critérios exigidos - terra escriturada, improdutiva e com área superior 750 hectares, equivalente a 15 módulos fiscais (em média o módulo fiscal corresponde a cinquenta hectares no Território). Configurando-se no grande problema para a viabilização da reforma agrária, uma vez que proprietários utilizam de meios judiciais para emperrar o processo e formas para beneficiar a terra e caracterizá-la como produtiva. Para acampados e assentados que lutam pela terra, o poder judiciário, aliado a interesses de grandes fazendeiros, criam artifícios para inviabilizar a reforma agrária e a burocracia estatal acaba por beneficiar esses interesses.

Outra questão bastante evidente nos depoimentos é a carência de um corpo técnico especializado para a elaboração de projetos e captação de recursos para efetivar as demandas do território, transformando-as em projetos viáveis, social e economicamente, e que apontem para o longo prazo

Uma coisa é o debate, a articulação e a mobilização, outra é o desdobramento que tem que ter. Há uma carência de pessoas com conhecimentos sobre determinados assuntos, deixando a desejar, falta mais conhecimento técnico para fazer com que as coisas aconteçam, talvez uma câmara técnica remunerada para acompanhar os processos, para meter a mão na massa, ver o que necessita para implantar tal investimento; acompanhar as conquistas políticas, os encaminhamentos de pesquisas e buscar implantar unidade tal (Representante de entidade do setor público).

Não se faz capacitações aos dirigentes do CODES SISAL, o que dificulta a qualificação do trabalho, sempre se fala que é necessário um conhecimento mais especializado, mas isso não acontece (Representante do movimento social e integrante do Conselho de Administração do CODES SISAL).

Uma questão relevante levantada pelos integrantes do CODES SISAL é a auto-sustentação para o desempenho das atividades de planejamento, gestão e monitoramento do desenvolvimento territorial por parte do Conselho. Em várias pautas de reuniões verificamos que esta preocupação estava presente e se constitui em um entrave para a operacionalização da missão e seus objetivos, sendo necessária a criação de mecanismos para captar recursos e cobrir as despesas correntes. Essa preocupação foi levantada em vários depoimentos

O CODES desde o princípio trabalha visando o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido, mas ele próprio não tem sustentabilidade. O CODES precisa de uma forma de financiamento, o Estado não cumpre este papel, as prefeituras poderiam através de um consórcio criar uma carteira de financiamento e o próprio Conselho buscar uma base de sustentação, captando recursos externos. Dentro do CODES há o compromisso heróico de alguns companheiros, mas é preciso uma base de sustentação própria (Representante de instituição pública).

Além dos recursos do MDA, o CODES não busca outras formas de fomento, ainda não se buscou outras fontes (Representante do movimento social).

O problema maior do CODES é a dificuldade financeira, não tem recursos para acompanhar os projetos, para contratar técnicos e projetistas para elaborá-los, se tivesse, haveria alguém responsável e melhoraria a qualidade dos mesmos (Representante de Prefeitura Municipal).

Um grande problema do CODES é a auto-sustentação. O processo está sendo implantado, mas as entidades não vêm contribuindo, fica na dependência de projetos da SDT e o CODES precisa de recursos para a sua mobilidade (Representante do movimento social e integrante do Conselho de Administração do CODES SISAL).

O Conselho é composto por entidades/instituições da sociedade civil organizada e públicas que representam entidades urbanas, rádios comunitárias, movimento de mulheres, escolas família agrícola, agricultores familiares, sindicatos de trabalhadores do serviço público federal, de trabalhadores das indústrias, órgãos federais, órgãos estaduais, cooperativas, universidades, prefeituras e organizações que prestam assistência técnica e consultoria.

Para os conselheiros consultados é unânime que o Conselho representa parcela significativa da sociedade, contudo, foi ressaltado que seria necessário ampliar a participação porque nem todas as representações de agricultores, trabalhadores, igrejas, comércio e indústrias, existentes no Território, estão contribuindo para o debate do desenvolvimento sustentável e, mesmo aquelas que se encontram presentes, o fazem com uma atuação tímida e sem o compromisso de freqüentar assiduamente as reuniões, portanto, sem uma intervenção ativa que contribua para a discussão de alternativas para a transformação social.

Outro fato apontado é que falta continuidade na participação das representações que integram formalmente o Conselho. A presença destes representantes muitas vezes é caracterizada pela rotatividade no comparecimento das atividades, o que dificulta o entendimento dos encaminhamentos que são dados nas reuniões, como comprovam as listas

de presenças analisadas e depoimentos, como a seguir: “o CODES é representativo, o que falta é o compromisso, assiduidade, falta uma continuidade e menor rotatividade de representantes das entidades. Cada conselheiro titular é fixo, mas manda pessoas diferentes para representá-las” (Representante de instituição pública).

A abertura para participação de novas entidades/instituições é permitida e estimulada, como todos os entrevistados ressaltaram, entretanto, a presença das entidades do movimento social ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar é mais freqüente. Foi apontado que representantes de entidades patronais não participam, por considerar o ambiente contrário aos seus interesses, já que se buscam as melhorias nas relações de trabalho e garantia de direitos. Para o Secretário Executivo do Conselho

A participação é importante de todo o segmento comprometido com o processo de desenvolvimento, como Clube de Diretores Lojistas, ou outras organizações de indústrias e comércio que dariam outra cara ao Conselho, acho que contribuiriam mais do que interfeririam e o processo se tornaria mais amplo. O conselho está aberto para todas as organizações, buscando sempre o diálogo, mas estes setores não se interessam em participar. A agricultura familiar acaba sendo o eixo principal por que reflete no comércio e em outros setores; se parar a agricultura familiar há a estagnação do comércio e a indústria (Secretario Executivo do CODES SISAL).

Como toda entidade ou espaço que pressupõe a participação, o conflito está presente. As disputas por projetos que beneficiem os interesses dos municípios foi ressaltado como uma das características que permeiam as discussões, principalmente, quando se trata de projetos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e de infra-estrutura com recursos advindos do PROINF. Ficou claro que a grande maioria participante tem consciência de que as ações devem beneficiar o Território como um todo e que a negociação deve ter como objetivo a escolha de localizações estratégicas que venham a beneficiar uma maior parcela da população e mais necessitada.

Há a constatação de que apesar das divergências e disputas de poder relatadas em alguns depoimentos, é possível o estabelecimento de consensos. A participação de todas as entidades/instituições filiadas é imprescindível para a garantia do processo de forma democrática, ficando evidente a necessidade de se ter uma participação maior do poder público representado pelas prefeituras municipais. Segundo depoimentos de representantes do poder público

Acho que tem conflito, as discussões de poder estão presentes, por que há a competição para angariar projetos, tanto dos atores públicos quanto das entidades sociais. Estas últimas criticam os prefeitos, principalmente, pela frequência, uma vez que a grande maioria não participa, e a importância que não é dada às ações do Conselho; são vinte municípios, apenas cinco ou seis comparecem. [...] A falta de participação ativa acaba por prejudicar ou você briga e corre atrás, está por dentro das discussões ou não consegue nada. As entidades ou prefeituras que participam mais conseguem mais coisas (Representante de Prefeitura Municipal).

Os prefeitos não dão importância às parcerias, o sentimento das prefeituras é de que quem coordena é a sociedade civil, a impressão que se tem é que os prefeitos não se sentem membros (Representante de entidade de apoio).

Os depoimentos de representantes da sociedade civil também apontam nesta direção

Algumas prefeituras se destacam como Barrocas que participa de corpo e alma tanto no fortalecimento da agricultura familiar como no campo de educação e saúde e poderíamos citar, também, Monte Santo e Ichu, o resto não, acha que o Conselho é de governo de oposição que não deve participar (Representante do movimento social).

Na negociação dos projetos tem uma disputa do ponto de vista hegemônico, na busca de recursos alguns municípios são privilegiados e quando se coloca em discussão não há critérios como o índice de desenvolvimento humano, a gente tem que ter uma visão de buscar o consenso para beneficiar os municípios mais necessitados, mas os mais organizados tem mais facilidade (Representante do movimento social).

Foi verificado em alguns depoimentos que os municípios mais distantes da sede do Conselho e que participam menos se sentem mais excluídos do processo de negociação, o que induz a se pensar que o fato de estar próximo do centro das discussões e eventos, acabe por beneficiar alguns municípios em detrimento de outros como aparece a seguir

A representatividade é pela participação, quanto mais organizado mais vai acessar a política pública, a grande questão é como estas entidades poderiam diminuir a participação para oportunizar a outras entidades menos organizadas [...] Até agora tem chegado ao consenso, mas tem municípios que saem mais privilegiados que outros, quanto mais distante de Valente como Quijingue, Itiúba e Cansanção mais difícil de acessar recursos (Representante de instituição pública).

Quando começou havia reclamação de que tudo ia para Valente, Conceição do Coité e Santaluz, tinha muita briga, devido a esses privilégios, não sei se quem reclamava era por que não estava presente (Representante de Prefeitura Municipal).

Um grande complicador é que a identidade não é só geográfica, mas de cultura, se vê territórios dentro do território. Serrinha, Biritinga, Monte Santo, Teofilândia, e Quijgue, por exemplo, tem a cultura para grãos, não é de sisal, e aí não esta se conseguindo fazer ações, porque as discussões giram em torno do sisal. Os municípios ao redor de Valente tem mais diálogo entre os atores públicos e atores sociais (Representante de Instituição Pública).

Entretanto, representantes de municípios como Itiúba e Monte Santo que se localizam distantes de Valente têm uma visão diferente do processo

O CODES vem atingindo os seus objetivos, mas precisa outras formas de captar recursos, além do PROINF. Venho participando desde quando o PRONAF Infra-estrutura passou a ser territorial; é o caminho correto, mas o território é muito grande, as distâncias são grandes; são muitas reuniões porque são necessárias, dá para cumprir as agendas e não vejo problemas fazer os deslocamentos (Representante da Prefeitura Municipal de Itiúba).

O município que não está presente nas discussões fica sem conseguir projetos, além do que se o município não se encontra presente fica difícil para acessar os recursos; o CODES costuma respeitar as decisões da Plenária e para saber a demanda do município precisa está presente; nosso município procura sempre participar de todas as reuniões (Representante da Prefeitura Municipal de Monte Santo).

A presença dos atores públicos foi verificada a partir da análise das listas de frequência às reuniões disponibilizadas (período 2006-2008), ficou constatado que a participação das prefeituras municipais se restringe a um percentual aproximado de 40% do total de vinte municípios, o que reafirma a necessidade de criação de estratégias para conseguir o apoio, participação e o compromisso dos gestores públicos, fundamentais para o impulso ao desenvolvimento territorial.

Representantes de prefeituras ressaltaram que há um grau muito grande de concorrência na disputa pelos recursos financeiros, que são escassos e que demandam um longo processo burocrático para a implantação, inclusive, as contrapartidas exigidas são consideradas como desestímulo. As prefeituras consultadas afirmam que muitas vezes não têm condições financeiras de arcarem com mais despesas, o que impede a contratação dos projetos. Outro fato evidenciado pelos entrevistados é que, do período de proposição do projeto até a sua execução se efetivar, um longo procedimento de adequação aos critérios

legais, foi ressaltado como um fator que dificulta o processo e que impossibilita a rapidez na execução das ações, para que possa gerar os frutos desejados.

Como exemplo, citando o PROINF, fonte de financiamento mais lembrada pelos entrevistados, para a contrapartida é determinado que em contratos de repasse com organizações da sociedade civil, estas poderão ser em recursos financeiros ou em bens e serviços economicamente mensuráveis. A Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, sessão IV que trata das transferências voluntárias para o exercício de 2008, estabelece em seu Art.43:

§ 1º A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

- a) 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento), para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- b) 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na Região Centro-Oeste; e
- c) 10% (dez por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais (BRASIL, 2007).

Segundo documento oficial da SDT/MDA, identificado pelo nº 564, datado 10 de abril de 2008, para o cálculo do valor da contrapartida nos contratos de repasse, considerar-se-á o valor correspondente aos aplicados nos municípios onde as ações serão desenvolvidas, devendo ser feita a ponderação do valor em função da população dos mesmos. Exemplifica: um projeto no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais) que tem 11 municípios, sendo 4 municípios com mais de 50 mil habitantes o cálculo será:

$R\$ 110.000,00 \div 11 = R\$ 10.000,00/\text{municípios}$
 $R\$ 10.000,00 \times 4 = R\$ 40.000,00 \times 5\% = R\$ 2.000,00$
 $R\$ 10.000,00 \times 7 = R\$ 70.000,00 \times 3\% = R\$ 2.100,00$
Total Contrapartida: R\$ 4.100,00

R\$ 105.900,00 do MDA
R\$ 4.100,00 de contrapartida
R\$ 110.000,00

Conclui-se que o valor da contrapartida, dado seu percentual sobre o valor a ser financiado e de acordo com os critérios estabelecidos pela fonte financiadora, no caso do PROINF a SDT/MDA, não pode ser considerado impedimento para a implantação de um

projeto em termos de custos econômicos, ou seja, o valor é pequeno em relação ao montante do recurso que se poderá acessar.

Com relação aos critérios de implantação de projetos produtivos de infra-estrutura e serviços, segundo a SDT, alguns pontos têm que ser atendidos como

Os projetos devem estar vinculados aos eixos temáticos ou aglutinadores dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS;

Os projetos devem ter caráter de integração territorial ou intermunicipal;

Os projetos devem atender o público beneficiário das ações do MDA (agricultores(as) familiares, assentados(as) da Reforma Agrária, quilombolas, indígenas, pescadores(as), artesanais e extrativistas);

Para os projetos de empreendimentos econômicos e/ou sociais, deve-se indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e público beneficiário;

Os projetos de agroindústrias tem de ser destinados a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito como de jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas, e a agricultores(as) familiares que se enquadrem no Grupo B do PRONAF e no caso de regiões de baixo dinamismo econômico, os projetos agroindustriais podem também contemplar agricultores(as) familiares que se enquadrem no Grupo C do PRONAF (MDA, 2006, p. 1-2).

Ciente dos critérios para acesso a Programas e Projetos executados por instituições públicas, cabe a Assembléia Geral do Conselho realizar o processo de discussão e negociação dos projetos a serem aprovados e a indicação dos proponentes, registrando em Ata as deliberações. Cabe ao Conselho de Administração negociar com os proponentes indicados pelo Plenário (Prefeituras, Governo Estadual e ONGs) a implantação dos projetos e a gestão dos mesmos, com participação do Conselho e beneficiários, firmando, sempre que possível, um Termo de Gestão para assegurar o cumprimento dos pontos acordados.

Ainda no caso do PROINF, para cada proponente ou executor de ações de investimento e/ou serviço deverá ser elaborado um Plano de Trabalho. O Modelo do Plano de Trabalho, conforme Anexo 3, após preenchido, o Colegiado Territorial será o responsável por enviar a relação dos projetos priorizados com uma ficha resumo composta da descrição dos objetivos dos projetos, as ações de investimento, metas, ano de execução, contrapartidas e executor e cópia da ata do Conselho, além dos Planos de Trabalho à Delegacia do MDA, a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e SDT para fins de análise, ficando responsável pelo acompanhamento da tramitação dos projetos.

Quanto aos documentos exigidos é necessária uma adequação a requisitos legais referente à engenharia, regulações ambientais e documentos para comprovação de titularidade da área de intervenção em nome de ente público ou em outros nomes para as situações especiais.

Verifica-se que do processo de negociação até a concretização dos investimentos há um longo caminho burocrático que dificulta a implantação dos projetos devido às exigências legais para o controle fiscal, mas não são impedimento para a realização de investimentos que trarão benefícios para a população como um todo.

Desde a sua formação o CODES SISAL tem o papel fundamental na indicação das prioridades para o Território, no fomento dos debates para a melhoria das condições socioeconômicas, em especial dos agricultores familiares, e nas negociações para a aplicação de investimentos do PROINF e outros recursos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual. Porém, os depoimentos evidenciam uma falha no controle dos processos e na falta de comunicação das ações empreendidas. Dos entrevistados vinte deles não souberam apontar projetos advindos de recursos do PROINF ou de outras fontes que foram colocados em prática, ou mesmo, da atuação e gestão do Conselho, que tenha gerado investimentos que resultassem na melhoria das condições econômicas e sociais. Reconhecem que o processo de formação, capacitação, educação do campo, estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, assim como alternativas de convivência com a seca tem avançado muito e são frequentes os debates, seminários e oficinas, mas quando se parte para ações concretas intermediadas pelo Conselho não souberam identificá-las. Conforme a seguir

O CODES não tem condições de acompanhar e avaliar todos os projetos, cada pessoa tem que ter consciência para tentar fiscalizar e acompanhar os projetos em seus municípios [...] Acho que até hoje nada do que foi aprovado para Serrinha colocou-se em prática, houve um projeto de criação de galinha caipira e da escola família agrícola, que o dinheiro veio e retornou por causa da inadimplência do prefeito (Representante do movimento social).

Nunca teve avaliação de projetos, mesmo porque não tem nada implantado, ficou definido que a partir de 2009 iria buscar avaliar a execução dos projetos (Representante do poder público – Prefeitura Municipal).

Sempre houve reuniões para discutir o plano, agora para fazer um balanço do que foi posto em prática, ou não, isso nunca aconteceu (Representante do movimento social).

Para muitos conselheiros, o processo de discussão e negociação dos investimentos não garantem a concretização dos projetos, por depender, em muitos casos, das prefeituras municipais para a implementação. Há a frustração dos movimentos sociais que lutam para pleitear ações articuladas e que garantam o acesso da maioria da população e estas vêm os recursos devolvidos por não haver a devida contratação, em função da falta de disposição dos órgãos proponentes em garantir as condições necessárias como documentos, certidões, enfim, cumprir as exigências legais para a efetivação. O depoimento a seguir demonstra bem como o problema aparece e se mantém

A Abordagem é recente, ainda não tem um caráter claro para o poder público dessa nova ação da sociedade civil na definição de políticas públicas e a sociedade civil não tem um papel claro da sua participação dentro do Estado. O Conselho territorial é algo de novo, os prefeitos estão acostumados a fazer a gestão junto aos deputados. Os recursos do PROINF são apenas atrativos e muito pouco para negociar, o tempo de gestão do prefeito é diferente para a construção da política pública participativa, que demanda discussão e tempo de implantação (Representante de instituição pública).

De certa forma, pode-se afirmar que a atuação do Conselho está engessada à partilha orçamentária de uma única fonte, ou seja, os recursos do PROINF e às negociações para a decisão de que projetos serão implementados e em quais municípios. Os entrevistados ressaltaram que as discussões acabam se restringindo a esses projetos e a algumas cadeias produtivas. E pela análise do Plano constatamos que a amplitude de problemas enfrentados pelo Território, como as questões ambientais, o acesso à terra, a educação, a violência contra a mulher, o trabalho infantil, habitação e acesso à cultura ficam marginalizados e sem uma discussão aprofundada ou negociação e implementação de recursos.

O CODES SISAL, apesar de seis anos de existência, ainda carece de certo reconhecimento frente às instituições públicas que atuam no Território. Pode-se constatar que há uma aproximação maior com aquelas que fomentam a agricultura familiar, afirmando, inclusive, que princípios do Plano já constam na implementação de suas ações, confirmado por determinações de instâncias superiores quanto ao seu atendimento. Mesmo com tudo isso, necessita-se de ações mais concretas nas áreas de saúde, educação, capacitação profissional e gerenciamento de empreendimentos.

Outra dificuldade levantada pelas instituições públicas é que a delimitação da área de atuação destas não coincide com os recortes territoriais, o que acaba propiciando uma

dispersão das ações e esforços que poderiam ser mais focados no território e, portanto, facilitaria, também, o controle social. Apesar da ressalva de que o Governo do Estado, assim como os dirigentes dos órgãos públicos, estão preconizando o atendimento das demandas levantadas no ambiente de participação, como cada agência do setor público segue sua regionalização fica difícil o foco na problemática de cada um dos vinte e seis territórios da Bahia e dos municípios que compõe cada um destes, como fica evidente com os depoimentos a seguir

A gerência da CAR acompanha 30 municípios de três territórios diferentes, Bacia do Jacuípe, Litoral Norte e Sisal o que dificulta o processo, o ideal seria que cada território tivesse a sua gerência, pois há uma dispersão de energias, o sentimento da CAR é que o governo do Estado integre as suas agências ao recorte territorial (Dirigente da CAR, sede município de Serrinha/BA).

[...] para o Estado precisa haver uma adequação a esta nova realidade na estrutura administrativa, a DIREC 12, por exemplo, tem municípios de três territórios diferentes, como adequar as políticas públicas do território à administração do Estado? Estamos, ainda, em fase de transição, mas acho que é a melhor forma para o atendimento à população (Dirigente da DIREC 12, sede município de Serrinha/BA).

O que se evidencia é que a administração pública, seja estadual ou municipal, no Território internalizou a importância da participação social e da consulta a conselhos seja municipais ou territoriais, mas ainda carecem de ações práticas neste sentido. As discussões se acentuam, todas as instituições afirmaram que na medida do possível há o atendimento das demandas e estão presentes no debate, mas modificações institucionais, ainda, não são efetivas.

As universidades públicas que atuam no Território do Sisal não participam ativamente do processo de articulação e discussão e, por conseguinte, o meio acadêmico ainda não contribui de forma efetiva nas atividades do Conselho. Cabe destacar que a UNEB Campus XIV, localizado no município de Conceição do Coité está presente e, inclusive, já implantou projetos que advém das preocupações destacadas no PTDRS, com a implantação de um novo curso de Comunicação Social e ampliação das instalações físicas.

A articulação territorial através do CODES SISAL ainda não evoluiu para a experiência de consórcios públicos municipais e nem há, nas administrações locais, a instituição de orçamentos participativos em que a população e/ou representantes de

organizações da sociedade civil são chamados a deliberar sobre a alocação de recursos públicos destinados a investimentos (BANDEIRA, 2000).

O apoio da SDT, a partir de 2003, ajudou a fortalecer o Conselho com a disponibilização de recursos para infra-estrutura e serviços para serem demandados a partir de projetos elaborados no ambiente de participação e negociação. Já neste mesmo ano o CODES SISAL protagonizou a negociação do montante de R\$ 1.000.000,00, assim como nos anos posteriores em 2004, 2005 e 2006, período em que analisamos os projetos elaborados e aqueles efetivamente concretizados.

A partir de dados disponibilizados pelo CODES SISAL, com relação ao gasto de custeio que podem ser proponentes de projetos entidades do movimento social, no ano de 2003 foram elaborados quatro projetos e contratado/executado um, em 2004, de dezenove projetos um total de quinze foi efetivamente contratado/executado, em 2005, de oito projetos apenas um foi contratado/executado e em 2006, de quatro projetos, dois foram contratados e executados (Tabela 15). Portanto, a dificuldade na implantação dos projetos, também se verifica com relação às entidades proponentes da sociedade civil.

TABELA 15
PROJETOS DE CUSTEIO ELABORADOS, CONTRATADOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL EM
RELAÇÃO AO TOTAL. PERÍODO DE 2003 A 2006

ANOS	PROJETOS DE CUSTEIO ELABORADOS	PROJETOS CONTRATADOS	% RELAÇÃO AO TOTAL
2003	04	01	1
2004	19	15	78,94
2005	08	01	12,5
2006	04	02	50
Total	35	19	54,29

Fonte: CODES SISAL, 2008.

Percebemos que no ano de 2003 o total de custeio correspondeu a 1% em relação ao total, em 2004 esse percentual salta significativamente para 78,94%, em 2005 fica em torno de 12,5% e em 2006 apresenta 50%.

A Tabela 16 a seguir apresenta o total de recursos disponibilizado, custeio mais investimento, e quanto destes recursos foi efetivamente contratado.

TABELA 16

PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS NO TERRITÓRIO DO SISAL / PERÍODO DE 2003 A 2006

ANO	Valor total de recursos disponibilizados (R\$)	Valor de recursos executados (Investimentos) (R\$)	Valor de recursos executados (custeio) (R\$)	Valor total dos recursos (investimentos mais custeio) (R\$)	% de recursos executados (investimentos e custeio) com relação ao total disponibilizado (R\$)	Natureza dos Projetos
2003	1.000.000,00	269.147,82	3.240,00	272.387,82	27,23	Aquisição de veículo, kit informática, kit irrigação, construção de barragem, cercas para área de fundo de pasto, construção de escola família agrícola, construção do entreposto do mel, construção do centro de treinamento, realização de encontros municipais.
2004	1.000.000,00	24.753,00	238.905,00	263.658,00	26,36	Construção da casa de beneficiamento do mel, aquisição de equipamentos para a casa do mel, manutenção do escritório do CODES SISAL com aquisição de material, consultorias e oficinas do PTDRS, realização de seminário regional CMDRS, construir estratégias de articulação e mobilização, diagnóstico e construção de agendas, avaliação e formulação de propostas, oficinas de capacitação, aquisição de combustível, pagamento de horas técnicas de consultoria para sistematização de dados, pagamento e serviços de impressão.
2005	1.000.000,00	220.280,00	278.132,20	498.412,20	49,84	Construção de barragens para piscicultura, aquisição dessalinizador, construção de casa do mel, aquisição de 03 veículos para assistência técnica e 01 motocicleta e capacitação de agricultores familiares.
2006	1.000.000,00	564.620,00	71.780,00	636.400,00	63,64	Construção e aquisição de equipamentos para escola família agrícola, aquisição de veículos para ATER e acompanhamento pedagógico das EFAs, aquisição de equipamentos e material permanente, aquisição de kit informática, aquisição de móveis e equipamentos para estruturação de escritório do CODES SISAL, aquisição de veículo, aquisição de móveis e equipamentos ARCO SERTÃO, capacitação de agricultores familiares.

FONTE: CODES SISAL, 2008

Da análise da tabela anterior fica demonstrado que os projetos colocados em prática têm uma tendência de crescimento. Os percentuais de 27,23% em 2003, 26,36% em 2004, 49,84% em 2005 e 63,64% em 2006 de recursos efetivamente executados, demonstram que apesar das dificuldades burocráticas, o Território tem conseguido implantar investimentos visando às melhorias sociais.

O Conselho, por outro lado, não tem mecanismos para fiscalizar o processo ou mesmo interferir para o cumprimento das ações compactuadas. Há a percepção de que é necessária a construção de uma estratégia para o acompanhamento e controle destes projetos até mesmo para propiciar um ambiente de maior transparência e retorno aos conselheiros e às entidades que representam. Nota-se, também, uma sobrecarga de atividades e representações na figura do Secretário Executivo e do Presidente do Conselho de Administração, faltando o compromisso de outros membros para assumir responsabilidades. Como aponta a declaração a seguir

O monitoramento e avaliação nem sempre é possível acontecer, as instituições que se beneficiam dos recursos e benefícios acessados pelo CODES criam uma blindagem e não prestam conta, o CODES, por outro lado, não consegue monitorar [...] não tem equipe de trabalho, pessoal, tem um veículo que freqüentemente está sem combustível, as instituições não disponibilizam seus resultados e não há corpo técnico maior, infelizmente deveria haver esse acompanhamento, mas ele não acontece (Representante de instituição pública).

Evidencia-se a necessidade de uma reestruturação organizacional que responsabilize os representantes de cada eixo estratégico do Plano Territorial de Desenvolvimento para o acompanhamento dos objetivos propostos e no empreendimento de ações que venham a colocar em prática as metas estabelecidas, assim como uma interligação entre os eixos para que as propostas de políticas públicas não acabem no erro da setorialização. Ficou evidente no decorrer das vivências no ambiente participativo que a grande maioria das metas propostas no PTDRS não foram concretizadas, assim como as parcerias previstas e, também, não se proporciona um balanço neste sentido para buscar alternativas de viabilização, como firmar compromissos de gestão.

Um dos grandes desafios postos mais recentemente ao CODES SISAL é gerenciar o Programa Território da Cidadania, lançado em 25 de fevereiro de 2008 por decreto presidencial e criado para superar a pobreza no meio rural através da promoção do desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos e cidadania. O Programa prevê o investimento total de R\$ 11,3 bilhões para todo o país por ano, que

possibilitará a execução de 135 ações nos territórios contemplados, com a parceria de dezenove ministérios. O critério de escolha se efetivou pelo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baixo dinamismo econômico e a concentração de agricultores familiares e assentamentos, beneficiários do Programa Bolsa Família, populações quilombolas e indígenas.

O Território do Sisal foi um dos escolhidos entre os sessenta territórios para a implantação do Programa na sua fase inicial, já que se encaixa nas características de baixo IDH, baixo dinamismo econômico e concentração de agricultores familiares. Posteriormente, de 2009 a 2010 será implementado em mais sessenta territórios.

O Programa é resultado da soma de políticas públicas coordenadas, investimentos financeiros e, também, de participação popular, visando a melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar desigualdades regionais.

Os objetivos do Programa procuram a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com a integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial, ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas, ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania, inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas.

O Território do Sisal tem previsto para 2008 o investimento inicial de R\$ 238 milhões para combater a pobreza, montante que não resolverá todos os problemas, mas, serve para intensificar o diálogo com o Governo Estadual e Federal. O processo de discussão do investimento deu-se através da intervenção CODES SISAL, que promoveu a interação entre gestores públicos e as entidades do movimento social, contribuindo com a qualificação e integração das ações do programa. Para tanto, foram realizadas oficinas e reuniões para a definição das demandas, com um processo de negociação que decidiu onde os recursos deveriam ser implementados.

O Programa Território da Cidadania veio para melhorar o desempenho da política territorial e possibilitar a integração das políticas dos diversos ministérios, proporcionando o aporte maior de recursos para a discussão e definição no ambiente dos Conselhos Territoriais.

Este Programa propiciou, além do investimento que é de grande importância para o Território, com ações nas áreas de direitos e desenvolvimento social, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, infra-estrutura, apoio à gestão territorial e ações fundiárias, com parcerias de diversos ministérios, um impulso e

visibilidade nas ações do Conselho e do seu papel enquanto ambiente participativo, uma vez que conseguiu mobilizar amplos setores representativos no Território, tanto para o lançamento do programa como para o desenvolvimento das atividades, como comprova a frequência aos grupos de trabalhos, com a finalidade do detalhamento da matriz de ações do Programa.

O evento realizado no dia 25 de fevereiro de 2008 para o lançamento do Programa contou com a participação de 238 representantes de entidades do movimento social e de instituições públicas com a representação de todos os municípios do Território, o que contribuiu para a afirmação da importância do Conselho e do papel da sociedade como um todo para a promoção do desenvolvimento territorial (Foto 1).

FOTO 1

LANÇAMENTO DO PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA



Fotografia: CODES SISAL, 2008.

O montante de recursos disponibilizados pelo Programa possibilitou, também, a percepção de que são necessárias modificações na forma como são construídas as políticas públicas, tira-se o foco na figura do prefeito ou do deputado como responsáveis pela implantação de determinadas obras, e começa, efetivamente, a discussão pela participação social, consolidando-se uma visão de que os projetos devem passar pela base que conhece e vivencia os problemas cotidianos, como bem coloca um representante de entidade do poder público

[...] a construção das políticas públicas não sai da cabeça dos iluminados, tem que ter a participação da população para dizer o que é realmente necessário, quando as pessoas participam muda o viés da coisa pública, o papel do CODES é ir forçando as políticas

públicas a responderem às prioridades da população (Representante de Instituição Pública).

Contudo, o controle social ainda não é efetivo no Território, o que fica evidente com os recursos do Programa Território da Cidadania, em que se deu a negociação e a definição de prioridades, mas não se tem o acompanhamento efetivo do que está sendo executado. O Conselho vem fazendo tentativas de acompanhar estes processos com a realização de eventos para a avaliação e monitoramento, mas nas atividades não se consegue visualizar o andamento das ações, porque a ausência de representantes de prefeituras ou a representação sem legitimidade, cumulada ao desconhecimento do andamento dos projetos, impossibilitam a transparência e controle social dos recursos públicos, explicitando ainda mais os problemas já evidenciados quanto a gestão social exercida pelo CODES SISAL.

Os problemas que se apresentam na condução das atividades do Conselho são recorrentes e necessitam de uma ação estratégica no sentido de superá-los: falta de interesse do setor público, sustentabilidade financeira para desenvolver suas ações, criação de mecanismos para acompanhar os projetos e avaliar a sua própria atuação, problemas na operacionalização dos projetos, inadimplência das prefeituras e burocracia que dificultam a efetivação dos mesmos, necessidade de ampliação da representação e do debate para além da problemática rural, pouca ênfase e capacidade de solução para a questão fundiária e falta de apoio técnico e compromisso das organizações, enquanto responsáveis pela construção do desenvolvimento territorial.

A conjuntura que se apresenta para o CODES SISAL indica que os desafios são muitos para consolidar a estratégia do desenvolvimento territorial, sendo imprescindível uma nova postura do Governo Federal no sentido de consolidar as premissas do Programa Território da Cidadania com a maior integração dos ministérios e que este desenho seja replicado pelo Governo do Estado da Bahia de forma que se consolide o novo formato administrativo e reforce as novas institucionalidades territoriais.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil vive um novo momento que impulsiona a participação e a organização, são inúmeros os conselhos criados, as associações, cooperativas e, outras tantas, formas de esforço coletivo. O próprio governo, à luz da experiência de países desenvolvidos, propõe um novo desenho de políticas públicas a partir da abordagem territorial. O entendimento de que o território é mais que atividades econômicas desenvolvidas em determinado espaço e, sim, um conjunto de relações, de identidade, de redes de solidariedade, de conflitos, de interesses, e a possibilidade que o movimento social se una ao setor público para discutir o destino do território induz à criação de uma nova institucionalidade que aponta para a mudança.

Junto a este ímpeto de participação se acirram as discussões em torno do desenvolvimento, não se quer um desenvolvimento qualquer, baseado apenas no crescimento econômico, com seus reflexos no Produto Interno Bruto ou no aumento da renda *per capita*, se quer um desenvolvimento de qualidade, que parta das necessidades locais, das peculiaridades das áreas rurais, que gere renda e emprego internamente, que prime pela conservação do meio ambiente, que consiga reduzir as desigualdades sociais. Mesmo que na realidade pareça impossível colocar em prática estes princípios, frente ao sistema capitalista que vivenciamos, no qual, o que importa é o lucro, as discussões estão sendo travadas, as lutas são cotidianas pela transformação.

Essa nova formatação das políticas públicas propicia aos territórios considerados rurais uma visibilidade para as suas especificidades, as demandas que são priorizadas procuram viabilizar a agricultura familiar, contrariando, o que sempre ocorreu no histórico do investimento público que é o benefício aos grandes produtores rurais. Mesmo que para alguns teóricos seja necessário mais do que políticas de incentivo para este setor, que é limitado para promover práticas inovadoras que venham a impulsionar o desenvolvimento, pode-se afirmar que o resultado de um maior investimento para esse segmento provavelmente melhorará as condições de vida de milhares de pessoas.

Para Abramovay et al. (2006) a política de abordagem territorial implementada pela SDT/MDA apesar do seu avanço em termos de inovação política uma vez que se apóia em participação real de seus protagonistas principais – os agricultores familiares - e tem a virtude de procurar ampliar o âmbito de sua atuação a um horizonte que vá além de seu próprio município, apresenta algumas contradições. Argumentam

[...] O impacto é muito precário nos processos de desenvolvimento localizados, por duas razões básicas, que não se prendem ao fato de ela ser muito recente e sim a seu próprio formato organizacional: a intervenção pública pulveriza-se em um sem número de pequenos projetos, que embora contem com a virtude de se apoiarem na demanda vinda da participação social não têm ambição estratégica definida e os sistemas de governança implantados não sinalizam aos atores comportamentos novos com relação aos que existiam anteriormente. A política não é traçada a partir de uma perspectiva definida de desenvolvimento rural e sim com base na representação de um segmento importante das sociedades rurais, mas que certamente não é o único: os agricultores familiares [...] não é uma política que estimula a inovação ou o uso especialmente criativo dos recursos específicos de uma região. Os mecanismos de avaliação da política são estritamente administrativos e não sinalizam aos atores nem à sociedade em geral os benefícios que dela eventualmente derivam (ABRAMOVAY et al., 2006, p.8).

Insta destacar que a simples vontade de criação de nova institucionalidade não é o bastante, os percalços são inúmeros, criar espaços de discussão das políticas públicas e priorizar determinadas ações que promovam o desenvolvimento não significa a resolução dos problemas estruturais do país. A discussão passa pelo processo de capacitação dos atores sociais, pelo reconhecimento dos setores públicos da importância do desenvolvimento endógeno e sustentável, pela ampliação do nível participativo da sociedade, pela efetiva implantação dos projetos demandados e que estes sejam baseados em uma visão de futuro com a capacidade de inserção competitiva no mercado. Além da criação de mecanismos que garantam a fiscalização dos agentes públicos responsáveis pela realização dos projetos.

A política de abordagem territorial só agora com o Programa Território da Cidadania contempla a superação do implícito caráter setorial, uma vez que até então não havia a articulação com outros ministérios para a promoção das políticas públicas, ficando restritas ao MDA. Com este Programa houve a preocupação de que recursos de outros ministérios fossem trazidos para o ambiente de participação, porém, ainda, não figura como uma estratégia que irá fundamentar a atuação governamental, já que não determina uma continuidade para a alocação de recursos nestes moldes. Além do que os recursos disponibilizados estão longe de propiciar profundas transformações socioeconômicas.

A problemática maior diz respeito às mudanças estruturais e a construção de um planejamento estratégico para o país, principalmente para o semi-árido, parte significativa de responsabilidade do Estado, que poderíamos listar:

- § implementação de uma política de reforma agrária, que venha desconcentrar a terra;
- § o processo organizativo que não pode ficar circunscrito a uma minoria que faz parte do movimento da sociedade civil organizada, faz-se necessário uma política educacional para eliminar definitivamente o analfabetismo. Essa estratégia requer uma atitude de

caráter nacional de transformação do sistema educacional brasileiro, que prime por uma metodologia que incite à organização, à cooperação, à participação e a formação política;

§ desconcentração da industrialização, com tecnologias para aproveitar as potencialidades locais e combater a degradação ambiental, em um processo de articulação entre experiência local e conhecimento científico;

§ a criação de mecanismos para combater a corrupção, a improbidade administrativa, de forma ágil.

Outra percepção é a impossibilidade da superação do sistema capitalista, entretanto, são perfeitamente praticáveis relações mais igualitárias e o caminho é através da criação de redes, capazes de articular produtores e consumidores, para a valorização dos produtos locais e da agricultura familiar, oportunizando a geração de emprego e renda, com políticas públicas que enfrentem os problemas dos territórios.

O Território do Sisal revela aspectos pragmáticos de sua realidade. Historicamente, desde sua formação aponta características marcantes do processo de colonização brasileira, não foge a regra dos problemas, como: a concentração de terras, a desigualdade social, altos índices de analfabetismo, populações que estão distantes da cidadania e para piorar enfrentam condições adversas da natureza, porém, a própria dificuldade de condição material impulsiona o desejo de mudança e marca a sua caminhada em busca da cooperação.

O histórico de lutas no combate as mutilações do sisal, na mobilização contra o trabalho infantil, a difícil convivência com a seca, a falta de investimentos públicos, propiciaram uma identidade, uma coesão social, mesmo que muitos estejam alheios aos problemas que o território enfrenta, a de ressaltar que a organização está presente e já desfruta alguns frutos, como as inúmeras associações, cooperativas de produção, coletivos de jovens, sindicatos, cooperativas de crédito e conselhos, que apesar das dificuldades encontradas no caminho, estão conseguindo imprimir outra configuração ao semi-árido.

O CODES SISAL é resultado de todo esse processo de luta e tem papel importantíssimo na articulação entre os atores públicos e entidades da sociedade civil, com o desafio de proporcionar visibilidade à agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável com a potencialização dos recursos endógenos.

Verificamos que a participação é indispensável para a transformação social, mas há a necessidade, também, do compromisso tanto dos gestores públicos para implantar as ações discutidas e propiciar uma modificação no foco do desenvolvimento para além do econômico apontando um universo de planejamento de longo prazo, como da sociedade civil para a cobrança mais efetiva de resultados. O CODES SISAL representa o anseio de mudança, mas

será necessário o decorrer de um longo período, com modificações culturais e socioeconômicas para se efetivarem as transformações, todavia o histórico de carência de cidadania reclama por resultados imediatos.

Como apontam Abramovay et al. (2006) uma estratégia de desenvolvimento rural apoiada em bases sólidas que apresentem resultados concretos é de fundamental importância para que se deixe de apostar no futuro e se possa criar condições para superar os dilemas da participação como a dependência de gestores públicos municipais e as possíveis relações clientelistas que possam aparecer no processo, afirmam

[...] a elaboração de projetos participativos guiados pela demanda comunitária não substitui a ambição de uma estratégia de desenvolvimento rural e traz conseqüências preocupantes: estimula práticas clientelistas, uma atitude de natureza corporativista na relação entre movimentos sociais e Estado e dificulta que a própria ambição maior de políticas participativas se concretize, tornando frágil a própria democratização da vida social que ela deveria promover. Há um impressionante contraste entre o entusiasmo de tantos atores locais em torno da participação organizada na tomada de decisões sobre o uso de recursos e a timidez e mesmo a ineficiência dos resultados a que chegam a partir de seus projetos. Este entusiasmo traduz-se numa espécie de permanente aposta no futuro, quando a participação deverá trazer os frutos que dela se espera e quando os atores terão passado pelo processo de aprendizagem necessário a que promovam as inovações que o processo de desenvolvimento supõe (ABRAMOVAY et al., 2006, p. 25).

O CODES SISAL é um espaço que se caracteriza pela participação de amplos setores da sociedade e não se descarta aqui o conflito de interesse e as relações de poder que permeiam o ambiente territorial. O seu grande avanço é que os representantes da sociedade civil não fazem parte de uma elite que, historicamente, sempre teve o acesso mais fácil para o atendimento de seus interesses, o que se vê são lideranças populares, construídas e legitimadas ao longo do tempo, que possuem uma história de mobilização e de lutas e se encontram em permanente busca no sentido de interferir nas políticas públicas e fazer valer os seus princípios.

A efetivação da participação depende, pois, da pactuação dos participantes, da articulação dos diferentes atores, do reconhecimento do Conselho enquanto representação dos municípios e da qualidade desta participação. Cabe ressaltar que o histórico do Território do Sisal, apesar da comprovada participação de entidades/instituições organizadas para transformar o contexto social, também, apresenta uma grande parcela da sociedade que está fora do debate territorial e que contribuiriam para ampliar as discussões, para além das

atividades produtivas agrícolas, urge se criar estratégias de convocação de outros segmentos para possibilitar a ampliação do leque de preocupações.

A falta de participação dos atores públicos, principalmente, representantes de prefeituras, evidenciada por vinte e três conselheiros entrevistados, é um fator que dificulta a concatenação para a execução de projetos discutidos no âmbito do Conselho e que cria certo sentimento de impotência nas entidades/instituições do movimento social representando a principal barreira a ser enfrentada pelo CODES SISAL.

Quando a administração pública não coloca em prática projetos que foram fruto de discussão, de debates, de participação social, utiliza um instrumento de desmobilização, com o intuito de não proporcionar mudanças, de não oportunizar que classes excluídas desfrutem o resultado da construção social. Implícito está o desejo de manutenção do poder e perpetuação do papel de tomadores de decisões, com projetos populistas, impedindo o diálogo e a interação.

Para que ocorra a modificação desta postura, o caminho é a institucionalização das suas ações contando com o apoio e convocação do Governo do Estado por meio de suas Secretarias para impulsionar a confiabilidade e reconhecimento deste espaço de discussão e negociação de políticas públicas.

No âmbito federal já se conta com o apoio do Governo e a tentativa de ampliar a atuação para outros ministérios na determinação de diretrizes e recursos negociados através do Programa Territórios da Cidadania, contudo se a ação parte do Estado se estabelece uma ligação mais próxima aumentando as chances de diálogo. A experiência do Plano Plurianual Participativo (PPA 2008-2011) com a consulta aos Territórios de Identidade do Estado da Bahia que definiram as suas demandas indica a formatação que os Conselhos Territoriais deveriam ter de verdadeiros fóruns para a consulta não só dos investimentos a nível federal, mas também, a nível estadual.

Com esta estruturação haveria a possibilidade de um maior compromisso dos gestores públicos, se tivessem a certeza de que projetos só viriam para o Território se a discussão passasse pelo ambiente de participação, com o aval do Conselho Territorial. Cabe a articulação dos Conselhos Territoriais através da CET para buscar este comprometimento do Governo do Estado o que facilitaria a própria administração pública, até porque a Bahia com a amplitude de tamanho e a existência de 417 municípios fica difícil a visualização dos problemas e as possíveis soluções.

Com a importância dada pelo Governo Estadual ao ambiente do Conselho, se resolveria outros problemas, no caso do CODES SISAL, a sustentabilidade financeira se

encontra na dependência das instituições/entidades filiadas que assumiram o compromisso de contribuir para a manutenção dos custos operacionais, mas como não participam assiduamente, não acreditam na sua potencialidade, não se sentem realmente parceiras, também, não mantêm as contribuições financeiras.

Percebe-se com a análise do CODES SISAL que apesar das dificuldades burocráticas na implementação de projetos pelos proponentes, da falta de transparências das ações dos gestores públicos e da inexistência de mecanismos de controle dos processos de implementação das políticas, é necessário que o Conselho busque alternativas para a superação desses impasses como abrir mais o diálogo, buscar a transparência, explicitar os problemas, cada vez mais divulgar o seu importante papel e até mesmo buscar formas para modificar a condução da política para a possibilidade de entidades da sociedade civil serem proponentes de projetos de investimentos, deixando de ser apenas de responsabilidade das prefeituras.

Foi verificadas dificuldades operacionais para desenvolver as atividades do Conselho e insuficiência técnica para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, uma reclamação de apontada por vinte e três dos conselheiros consultados, foi a grande quantidade de reuniões em curto espaço de tempo e sem a verificação de andamento de projetos. Algumas medidas que ajudariam o desenvolvimento das ações:

- § aproveitar o apoio de algumas prefeituras mais participativas para o convencimento de outras menos participativas da importância da atuação do CODES SISAL enquanto articulação territorial. Destacáramos a Prefeitura de Barrocas e Ichu como aquelas que mais acreditam no processo e se dispõem a pensar o desenvolvimento, seriam as responsáveis pelo chamamento e convencimento dos outros gestores públicos;
- § definir uma agenda para cada três meses, mais concisa e com clareza de propósitos, porque assim os conselheiros fariam um planejamento antecipado;
- § aperfeiçoar os instrumentos de comunicação para que todos fiquem sabendo as ações do Conselho, o andamento de projetos, as dificuldades, as definições do Plano de Desenvolvimento e o que está sendo encaminhado, de forma que todos tenham um amplo conhecimento do que está ocorrendo;
- § além do Presidente e do Secretário Executivo, outros conselheiros deveriam assumir responsabilidades, como é o caso dos grupos de trabalho por eixo de desenvolvimento, que poderiam contribuir de forma mais efetiva, buscando parcerias para a implantação de projetos e fazendo a articulação entre si, objetivando a construção políticas territoriais e não apenas setoriais. O que possibilitaria, também, a ênfase em algumas temáticas que

estão esquecidas nas discussões do Conselho, como: a questão da reforma agrária, as questões de gênero, o gerenciamento de empreendimentos e a questão ambiental.

Como já esboçado, Cunha e Cunha (2000) citam a capacidade técnica para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, a formação e capacitação dos recursos humanos, aumento da capacidade de mobilização de recursos públicos e habilidades gerenciais como desafios para a participação. No contexto do Território do Sisal esses aspectos se sobressaem e esse leque de habilidades precisa ser desenvolvido para um melhor encaminhamento operacional das atividades do Conselho.

A tradição associativa e cooperativa o Território já dispõe e prova disto é a composição do Conselho com entidades de caráter regional que já fazem a articulação entre si e criam redes de compromissos na busca pela melhoria da qualidade de vida. Enquanto ao apoio institucional, falta ainda à presença do meio acadêmico que atua nas universidades públicas e privadas do Território, necessitando um envolvimento maior destas instituições no debate e implementação das políticas públicas, assim como uma atuação maior das instituições/entidades de apoio neste processo, o que permitiria maior credibilidade às ações.

A trajetória para se enfrentar as assimetrias do desenvolvimento é apostar na participação cidadã, onde os indivíduos superem o individualismo e partam para a ação, buscando o interesse coletivo, a partir da luta reivindicatória de direitos e acompanhamento das ações públicas, engajando-se em movimentos sociais, com ideais de uma sociedade mais justa, organizando-se e sendo protagonistas.

O que não pode se perder de vista é que o déficit social no Território é muito grande e muitas vezes as regras formais e procedimentos burocráticos dificultam a obtenção de resultados mais eficazes e há uma dificuldade em se estabelecer mudanças institucionais com alterações efetivas na administração pública como um todo, há comportamentos arraigados, vícios de condutas difíceis de serem superados, mas não impossíveis de transformações. Portanto, cabe a participação ampla da sociedade civil organizada exigindo o estabelecimento de novas atitudes e a atuação dos gestores públicos enquanto parceiros para propiciar modificações estruturais para a superação da desigualdade social.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: _____. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Brasília: IPEA, 2003a, p. 17-55.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b, p. 83-100.

_____. Conselhos além dos limites. In: Seminário Desenvolvimento Local e Conselhos Municipais de Desenvolvimento rural. **Anais...** Porto Alegre: EMATER/RS, FETAG/RS, 2001.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, M. **O Processo de Constituição dos Territórios Rurais**. São Paulo: SDT/MDA-FIPE, 2006.

ACSELRAD, H. Território e Poder – a Política das Escalas. In: FISCHER, T. (org) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p. 33 - 44.

ALVES, M. O.; SANTIAGO, E. G. **Tecnologia e Relações Sociais de Produção no Setor Sisaleiro Nordestino**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto/SP, 2005.

ALVES, M. O.; SANTIAGO, E. G.; LIMA, A. R. M. **Diagnóstico Socioeconômico do Setor Sisaleiro do Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ALVES, R. M. O. **Sistema de Produção para Abelhas Sem Ferrão: uma proposta para o Estado da Bahia**. Cruz das Almas: Universidade Federal da Bahia/SEAGRI-BA, 2005.

ANDRADE, M. C. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002, p. 213-220.

ANJOS, F. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **RER**, Rio de Janeiro, nº 3, vol. 42, p. 529-548, jul/set 2004.

ARCO SERTÃO. **Estatuto social**. Valente/BA, 2003.

BAGNASCO, A. A Teoria do Desenvolvimento e o Caso Italiano. In: ARBIX, G. et al. (orgs) **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

BAHIA. SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Leite de cabra: uma opção criativa**, um desafio. Salvador: CER, 1998.

BANDEIRA, P. S. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (orgs) **Determinantes e Desafios Contemporâneos vol. 1**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 23 – 128.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Orientações para a Indicação, Elaboração e Trâmite de Projetos Territoriais em 2007 e 2008**. Brasília, outubro de 2006. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em 06 nov. 2008.

_____. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília, DF, 2003. 62 p.

BRASIL. Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 14.8.2007. Disponível em: < www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25.7.2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 nov. 2008

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Documento Referencial para a Elaboração de Projetos Inovadores de Capacitação de Gestores(as) Municipais**. Série Documentos Institucionais nº 2, Brasília, DF, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Território do Sisal – Bahia**. Brasília, 2007.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, DF, 2005a. 62 p.

_____. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Brasília, DF, 2005b. 31p.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R.; Mulheres e a Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (orgs) **Mulheres na Reforma Agrária. A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008, p. 21 - 37.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Manual de Orientações Técnicas aos Municípios**. Brasília, maio de 2007. Disponível em: < <http://portal.cnm.org.br>> . Acesso em 06 nov. 2008.

CARRIÈRE, J.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, vol. 4, n^o especial, 2003, p. 23-47.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente, 2007.

_____. **Estatuto Social**. Valente, 2002.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. et al. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000, p. 12 - 24.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1985

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades In: _____. (org) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. SP: UNICAMP, 2002, p. 279 - 301.

DIAS, W. J. V. et al. **Territórios de Identidade: Um Novo Caminho para o Desenvolvimento Rural Sustentável na Bahia**. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006.

DOWBOR, L. **Reprodução Social - Vol. III - Descentralização e participação - As novas tendências**, 1^a ed. São Paulo: Vozes, 2003.

DURÁN, F. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudios Sociedade e Agricultura**, N^o11, 1998, p. 76-98.

FARAH, M. F.S. Governo Local, Políticas Públicas e Novas Formas Gestão Pública no Brasil. In: Seminário Internacional “Reestruturação e Reforma do Estado: Brasil e América Latina no processo de Globalização”. **Anais**. São Paulo: FEA-USP, 1998, p. 59 -84.

FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V L.; WHITAKER, D. C. (orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008.

FISCHER, T. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão – Introdução a uma agenda. In: _____. (org) **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002, p. 12 - 32.

FONSECA, A. A. M. da. **Instituição e Desenvolvimento Territorial: o desempenho municipal após a descentralização.** Feira de Santana: UEFS, 2005.

FROEHLICH, J.; MONTEIRO, R. Transformações semânticas recentes do “termo rural” uma leitura a partir da perspectiva urbana. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, N° 2, 2002, p.304 - 312.

FUNDAÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DO SISAL E SEMI-ÁRIDO DA BAHIA – FATRES. Missão e Objetivos. 2007.

GHIZELINI, A. M. O Assessoramento Técnico – Organizativo como Base para a Organização Social e Política na Agricultura Familiar. In: BRANDENBURG, A. et al. **Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas.** Brasília: MDA, 2007, p. 63 - 86.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** São Paulo: Editora Record, 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.) **Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

MALUF, R. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M.; MALUF, R. (orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 135-152.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Sisal: fonte de renda para o semi-árido.** (www.moc.org.br, acesso em 11/08/2008).

_____. **Relatório Anual de Atividade 2006.** Feira de Santana: MOC, 2007.

_____. **Relatório Anual de Atividade 2005.** Feira de Santana: MOC, 2006.

NASCIMENTO, H. M. **Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/BA**. São Paulo: Annablume: FAPESP; Valente: APAEB, 2003.

OLIVEIRA FILHO, W. A. A Política Articulada de Desenvolvimento Territorial Rural Implementada no Estado da Bahia: uma análise descritiva. In: COUTO FILHO, V. A. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. TAKAGI, M.; BALSADI, O. V. (orgs). Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 107 - 121.

PAIXÃO, C. Economia Familiar. **Territórios Rurais**. Brasília, DF, 2005, nº 01, p.32-33, Janeiro/Junho 2005.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: Uma Nova Abordagem dos Processos de Desenvolvimento para as Economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, jan/dez, 2005, p.10 - 22.

PEDRÃO, F. Desenvolvimento Rural na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise Territorial da Bahia Rural**. Salvador: SEI, 2004, p.75 - 93. (Série estudos e pesquisas, 71)

PORTUGAL, C. A. **Agentes Comunitários do Semi-árido e Desenvolvimento Local**. Cruz das Almas, 2003. 189 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). UFBA, 2003.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ROMERO, J. Diferentes “miradas” conceptuales del desarrollo rural em los últimos 50 años. **Revista ALASRU**, nº 3, 2006, p. 287-316.

SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p.21-37.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Stroh, P.Y. (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALGADO, R. Ford adota sisal no Brasil e vai exportar experiência. **Jornal Valor Econômico**. Rio de Janeiro, 25/08/2008, p. 7.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento.** Aracaju, 2007. 295 p. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (NPGeo/UFS).

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.) **Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007a, p. 13-21

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007b.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. L. V. et al. **APAEB: uma história de fibra, luta e resistência.** Valente/BA: APAEB, 1993.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação –** 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. Reinventando o Território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia. In: SILVA, S. B. M., SILVA, B. C. N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia.** 2. Ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006, p.161-183.

SOUZA, J. R. et al. **Assistência Técnica, Extensão Rural e o Desenvolvimento Regional Sustentável no Semi-Árido – Notas e Reflexões de um Estudo.** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/Instituto de Cooperação Belgo, 2002.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77- 115.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índice Rural Territorial. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento Territorial na Bahia.** Brasília, DF: MDA, Salvador: SEI, 2005. CD- ROM

TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. Pesquisas em Desenvolvimento Territorial no Semi-Árido. **Raízes**, Campina Grande, Vol 24, nº 01 e 02, jan/dez, 2005, p.45-53.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

_____. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18, nº 51, 2004, p.51-67.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, Vol. 15, nº 43, 2001, p.101-119.

WANDERLEY, N. Olhares sobre o ‘Rural Brasileiro’. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 23, nº 1 e 2, 2004, p.82-98.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 15, 2000, p. 87-145.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento Territorial à Distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.

www.abracosisal.org.br

www.apaeb.com.br

www.sit.mda.gov.br/territorio

www.ibge.gov.br

www.mda.gov.br/sdt

www.mds.gov.br

www.mma.gov.br

www.planalto.gov.br

www.pronaf.gov.br

www.sidra.ibge.gov.br

www.territoriosdabahia.com.br

www.worldbank.org

8 – ANEXOS

ANEXO 1 – LISTA DE ENTREVISTADOS

Foram consultados os representantes das seguintes instituições/entidades:

Poder Público	Sociedade Civil
Prefeitura Municipal de Barrocas	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha - APAEB Serrinha
Prefeitura Municipal de Ichu	Associação de Rádios Comunitárias do Sisal - ABRAÇO Sisal
Prefeitura Municipal de Itiúba	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB Valente
Prefeitura Municipal de Lamarão	Articulação das Entidades Urbanas de Valente e Região ARTAB
Prefeitura Municipal de Monte Santo	Central das Associações Comunitárias de Ocupação e Assentamentos do Semi-Árido Baiano – COASB
Prefeitura Municipal de Retiroândia	Cooperativa dos Apicultores do Semi-Árido Baiano – COOPMEL
Prefeitura Municipal de Serrinha	Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia – COOAMEL
Prefeitura Municipal de Tucano	Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão – COOPERAFIS
Prefeitura Municipal de Valente	Fundação de Apoio ao desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - FUNDAÇÃO APAEB
	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-Árido da Bahia – FATRES
	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR
	Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal – SINTSEF

Entidades de Apoio (governamentais e não-governamentais)
Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS Bahia
Banco do Nordeste do Brasil – BNB – Agência Feira de Santana
Diretoria Regional de Saúde – 12 ^a DIRES
Companhia de Ação Regional - CAR
Diretoria Regional de Educação – DIREC 12
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA – Gerência Regional de Serrinha
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Movimento de Organização Comunitária – MOC
Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido – REFAISA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus XIV

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PESQUISADORA: Solange Lima da Silva

TÍTULO DA PESQUISA: A Gestão Social no Território do Sisal: uma análise do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES SISAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- ARTICULAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

- 1 – O CODES Sisal representa todas as entidades/instituições do Território? Dos que estão representados quais os mais frequentes e menos frequentes?
- 2 – Alguma categoria não é representada no CODES?
- 3 – A representação é sempre a mesma ou é frequente a mudança de representantes?
- 4 – Como é a atuação da sua entidade/instituição no CODES?
- 5 – Há conflitos na articulação dos atores sociais? Qual a origem dos conflitos e como são administrados?
- 6 – Sua entidade/instituição já tinha articulações com outras entidades/instituições anteriores à criação do CODES Sisal?

2- PROJETOS

- 1 - Como se processa a negociação dos projetos a serem aprovados pelo CODES?
- 2 – Após aprovados é feito o acompanhamento e avaliação dos seus resultados?
- 3 – Há algum projeto que foi aprovado para o seu município ou para o Território que está propiciando transformações sociais?

3- PROBLEMAS E SOLUÇÕES

- 1 – Que problemas dificultam a atuação do CODES?
- 2 – Qual a avaliação do papel do Conselho no processo de elaboração de políticas públicas?

3 – Acredita que através do CODES é possível melhorar as condições sociais? De que maneira o Conselho vai acompanhar e constatar essa melhora?

4 – O que fazer para melhorar o papel desempenhado pelo Conselho?

ANEXO 3 – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS 2008					
PLANO DE TRABALHO (PT - 1/5)					
1 - DADOS CADASTRAIS					
Órgão ou Entidade Proponente					CNPJ
Endereço					
Cidade		UF	CEP	DDD - Telefone	Esfera Administrativa
Conta Corrente	Banco	Agência			Praça de Pagamento
Responsável					CPF
CI/Órgão Expedidor	Cargo			Função	
Endereço					CEP
Nº PT	Existem contratos anteriores? Prestou contas?	O município está no Programa Fome Zero?	População Rural	População Urbana	População Total
2 - OUTROS PARTICIPES					
Nome			CPF ou CNPJ	Esfera Administrativa	
Endereço					CEP
3 - DESCRIÇÃO DO ATENDIMENTO					
Título do Programa 1334 - APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS				Duração	
				Início:	
				Término:	
Identificação do Objeto:					
Justificativa da Proposição:					

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS 2008									
PT - 2/5	Entidade:								UF
4 - METAS E ESTIMATIVA DE CUSTO (R\$ 1,00)									
Meta	Código da Natureza da Despesa	Descrição	Localização	Duração		Indicador Físico		Custo	
				Início	Término	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
01									
02									
03									
TOTAL									0,00
5 - CAPACIDADE INSTALADA (refere-se à capacidade que o proponente tem para atingir o objeto)									

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS 2008				
PT - 5/5	Entidade:		UF:	
9 - PLANO DE APLICAÇÃO				
Natureza da Despesa		Participação		
Código	Especificação	Proponente	MDA	Total
44.30.41	Contribuições	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00
10 - DECLARAÇÃO DO PROPONENTE				
Na qualidade de representante legal do Proponente declaro, para fins de prova junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho.				
Nome:				
Cargo:				
Local:				
Data:				
Assinatura				
11 - PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DO CEDRS				
Nome:				
Cargo:				
Local:				
Data:				
Assinatura				
12 - DE ACORDO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL-SDT				
Nome:				
Cargo:				
Local:				
Data:				
Assinatura				
13 - APROVAÇÃO PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA				
Nome:				
Cargo:				
Local:				
Data:				
Assinatura				

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)